Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 10

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 11

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 19

Demonstração do Resultado Abrangente 20

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2020 à 31/12/2020 23

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019 24

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2018 à 31/12/2018 25

Demonstração de Valor Adicionado 26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 28

Notas Explicativas 65

Proposta de Orçamento de Capital 153

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 154

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 157

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 158

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 161

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 162

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.165.000
Preferenciais	0
Total	1.165.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	28.109.000	25.531.000	24.906.000
1.01	Ativo Circulante	13.533.000	12.046.000	12.566.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.196.000	2.114.000	2.830.000
1.01.03	Contas a Receber	4.336.000	4.649.000	5.413.000
1.01.03.01	Clientes	4.336.000	4.649.000	5.413.000
1.01.04	Estoques	3.545.000	3.390.000	2.898.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.543.000	1.042.000	665.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.543.000	1.042.000	665.000
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	126.000	221.000	10.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições a recuperar	1.417.000	821.000	655.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	60.000	56.000	44.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	853.000	795.000	716.000
1.01.08.03	Outros	853.000	795.000	716.000
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	54.000	29.000	12.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	592.000	604.000	591.000
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	19.000	9.000	0
1.01.08.03.04	Ativos mantidos para vendas	11.000	36.000	12.000
1.01.08.03.05	Outros	177.000	117.000	101.000
1.02	Ativo Não Circulante	14.576.000	13.485.000	12.340.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.441.000	6.379.000	6.252.000
1.02.01.04	Contas a Receber	752.000	588.000	1.153.000
1.02.01.04.01	Clientes	752.000	588.000	1.153.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.127.000	2.410.000	2.273.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.705.000	1.890.000	1.845.000
1.02.01.07.02	Impostos e contribuições a recuperar	1.422.000	520.000	428.000
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	139.000	153.000	180.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	144.000	136.000
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	0	144.000	136.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.423.000	3.084.000	2.510.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	1.163.000	1.148.000	1.027.000
1.02.01.10.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.753.000	1.926.000	1.467.000
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	498.000	0	0
1.02.01.10.07	Outros Realizáveis a Longo Prazo	9.000	10.000	16.000
1.02.02	Investimentos	565.000	356.000	321.000
1.02.02.01	Participações Societárias	565.000	356.000	321.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	11.000	11.000	12.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	41.000	231.000	215.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	513.000	114.000	94.000
1.02.03	Imobilizado	6.212.000	6.233.000	5.293.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.583.000	4.595.000	4.480.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.090.000	1.128.000	375.000
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	539.000	510.000	438.000
1.02.04	Intangível	358.000	517.000	474.000
1.02.04.01	Intangíveis	358.000	517.000	474.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	28.109.000	25.531.000	24.906.000
2.01	Passivo Circulante	6.967.000	8.556.000	4.543.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	233.000	423.000	371.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	233.000	423.000	371.000
2.01.01.02.01	Salários, férias, encargos, prêmios e participações	232.000	306.000	288.000
2.01.01.02.02	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	0	2.000	83.000
2.01.01.02.03	Programas de desligamento e reestruturação	1.000	115.000	0
2.01.02	Fornecedores	2.226.000	2.331.000	2.251.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.814.000	1.700.000	2.199.000
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	412.000	631.000	52.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	0	44.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	0	44.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	44.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.212.000	4.303.000	225.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.980.000	4.104.000	94.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	232.000	199.000	131.000
2.01.05	Outras Obrigações	2.194.000	1.307.000	1.498.000
2.01.05.02	Outros	2.194.000	1.307.000	1.498.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	942.000	525.000	758.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições a recolher	354.000	305.000	291.000
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	666.000	279.000	297.000
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	81.000	41.000	0
2.01.05.02.07	Outras contas e despesas a pagar	151.000	157.000	152.000
2.01.06	Provisões	102.000	192.000	154.000
2.01.06.02	Outras Provisões	102.000	192.000	154.000
2.01.06.02.04	Plano de pensão e saúde	102.000	192.000	154.000
2.02	Passivo Não Circulante	8.935.000	8.209.000	10.677.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.113.000	2.149.000	4.918.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.007.000	962.000	4.486.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.106.000	1.187.000	432.000
2.02.04	Provisões	2.822.000	6.060.000	5.759.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	899.000	1.039.000	1.001.000
2.02.04.02	Outras Provisões	1.923.000	5.021.000	4.758.000
2.02.04.02.04	Plano de pensão e saúde	1.768.000	5.013.000	4.750.000
2.02.04.02.06	Outras contas e despesas a pagar	155.000	8.000	8.000
2.03	Patrimônio Líquido	12.207.000	8.766.000	9.686.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.353.000	6.353.000	6.353.000
2.03.02	Reservas de Capital	4.000	0	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.000	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	7.055.000	4.681.000	5.259.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.272.000	1.136.000	1.025.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	270.000	270.000	270.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.205.000	2.741.000	1.765.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.308.000	534.000	2.199.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.205.000	-2.268.000	-1.926.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	80.931.000	94.180.000	97.014.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-76.547.000	-88.300.000	-91.234.000
3.03	Resultado Bruto	4.384.000	5.880.000	5.780.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	212.000	-4.544.000	-3.371.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.267.000	-2.993.000	-2.889.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-442.000	-842.000	-767.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.855.000	-763.000	248.000
3.04.05.01	Tributárias	-146.000	-106.000	-312.000
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	3.001.000	-657.000	560.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.000	54.000	37.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.596.000	1.336.000	2.409.000
3.06	Resultado Financeiro	230.000	1.961.000	2.396.000
3.06.01	Receitas Financeiras	442.000	2.549.000	2.937.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	442.000	2.549.000	2.937.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-212.000	-588.000	-541.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-436.000	-502.000	-463.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	224.000	-86.000	-78.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.826.000	3.297.000	4.805.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-921.000	-1.086.000	-1.612.000
3.08.01	Corrente	-925.000	-1.012.000	-124.000
3.08.02	Diferido	4.000	-74.000	-1.488.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.905.000	2.211.000	3.193.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.905.000	2.211.000	3.193.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,3519	1,8979	2,74
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,3517	1,8979	2,74

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	3.905.000	2.211.000	3.193.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.063.000	-342.000	-503.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	1.252.000	-462.000	-603.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	-189.000	120.000	100.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.968.000	1.869.000	2.690.000

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.759.000	2.812.000	3.364.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.022.000	3.059.000	2.829.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	3.905.000	2.211.000	3.193.000
6.01.01.02	Despesas com planos de pensão e saúde	-1.711.000	480.000	438.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos relevantes	-66.000	-54.000	-37.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	541.000	531.000	411.000
6.01.01.06	Apropriação/baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	652.000	519.000	522.000
6.01.01.07	Resultado com alienação/baixas de ativos	147.000	-12.000	-13.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	428.000	-1.924.000	-2.443.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	921.000	1.086.000	1.612.000
6.01.01.10	Créditos de ICMS – Fim da definitividade	-52.000	0	0
6.01.01.11	Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	67.000	84.000	45.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	55.000	51.000	86.000
6.01.01.14	Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	-52.000	108.000	-1.077.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	0	-21.000	92.000
6.01.01.16	Provisão abono por repactuação salarial	63.000	0	0
6.01.01.17	Ganho valor justo instrumentos financeiros, líquido	-909.000	0	0
6.01.01.18	Recuperação de PIS e Cofins - exclusão de ICMS da base de cálculo	-1.040.000	0	0
6.01.01.19	Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)	190.000	0	0
6.01.01.20	Ganho com indenização contrato de concessão	-117.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.279.000	-245.000	530.000
6.01.02.01	Contas a receber	620.000	3.509.000	1.685.000
6.01.02.02	Estoques	-155.000	-492.000	397.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-21.000	-98.000	-13.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-44.000	-36.000	-89.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-467.000	-991.000	-597.000
6.01.02.06	Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)	-190.000	0	0
6.01.02.07	Fornecedores	-378.000	66.000	-491.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-986.000	-1.211.000	-25.000

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	163.000	-392.000	-98.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-371.000	-640.000	-198.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-2.000	-60.000	-17.000
6.01.02.12	Programas de desligamento e reestruturação	-114.000	115.000	0
6.01.02.13	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-51.000	-53.000	0
6.01.02.14	Adiantamento de clientes	387.000	-21.000	0
6.01.02.15	Outros ativos e passivos, líquidos	330.000	59.000	-24.000
6.01.03	Outros	16.000	-2.000	5.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	16.000	-2.000	5.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-478.000	-356.000	-287.000
6.02.01	Aquisições de imobilizados e intangíveis	-541.000	-557.000	-409.000
6.02.02	Aportes em participações societárias	-13.000	-36.000	-1.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	35.000	16.000	2.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	0	212.000	249.000
6.02.05	Dividendos recebidos	24.000	8.000	5.000
6.02.06	Empréstimos concedidos a partes relacionadas	0	0	-133.000
6.02.07	Recebimentos de empréstimos concedidos	17.000	1.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-199.000	-3.172.000	-504.000
6.03.02	Captações	4.713.000	500.000	944.000
6.03.03	Amortizações de principal de financiamentos	-3.278.000	-10.000	-13.000
6.03.04	Amortizações de juros de financiamentos	-251.000	-308.000	-265.000
6.03.05	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	-1.080.000	-3.049.000	-1.034.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	0	0	-2.000
6.03.10	Pagamento do principal dos arrendamentos	-209.000	-186.000	-83.000
6.03.11	Pagamento dos juros dos arrendamentos	-78.000	-119.000	-51.000
6.03.12	Outros	-16.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.082.000	-716.000	2.573.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.114.000	2.830.000	257.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.196.000	2.114.000	2.830.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.000	774.000	-2.305.000	0	-1.527.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.000	0	0	0	4.000
5.04.06	Dividendos	0	0	774.000	-1.807.000	0	-1.033.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-498.000	0	-498.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.905.000	1.063.000	4.968.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.905.000	0	3.905.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.063.000	1.063.000
5.05.02.06	Ganhos atuariais	0	0	0	0	1.063.000	1.063.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.600.000	-1.600.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.600.000	-1.600.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	4.000	7.055.000	0	-1.205.000	12.207.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.665.000	-1.124.000	0	-2.789.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.665.000	-584.000	0	-2.249.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-540.000	0	-540.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.211.000	-342.000	1.869.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.211.000	0	2.211.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-342.000	-342.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-177.000	0	-177.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.897.000	-177.000	-1.423.000	8.649.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	0	1.379.000	-3.033.000	0	-1.653.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	-1.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.766.000	-2.469.000	0	-703.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-386.000	-564.000	0	-950.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.193.000	-503.000	2.690.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.193.000	0	3.193.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-503.000	-503.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17.000	17.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-17.000	17.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	103.050.000	118.241.000	120.323.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	102.737.000	117.924.000	120.064.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	380.000	401.000	304.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-67.000	-84.000	-45.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-81.417.000	-95.340.000	-95.934.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-76.503.000	-88.527.000	-90.723.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.649.000	-3.142.000	-1.729.000
7.02.04	Outros	-3.265.000	-3.671.000	-3.482.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.265.000	-3.671.000	-3.482.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.633.000	22.901.000	24.389.000
7.04	Retenções	-541.000	-531.000	-411.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-541.000	-531.000	-411.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.092.000	22.370.000	23.978.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.469.000	3.077.000	3.410.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.000	54.000	37.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.168.000	2.771.000	3.108.000
7.06.03	Outros	235.000	252.000	265.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.561.000	25.447.000	27.388.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.561.000	25.447.000	27.388.000
7.08.01	Pessoal	-1.040.000	2.023.000	1.642.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	507.000	950.000	897.000
7.08.01.02	Benefícios	-1.598.000	947.000	687.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	51.000	126.000	58.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.632.000	20.234.000	21.481.000
7.08.02.01	Federais	2.162.000	2.001.000	2.387.000
7.08.02.02	Estaduais	16.443.000	18.201.000	19.069.000
7.08.02.03	Municipais	27.000	32.000	25.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.064.000	979.000	1.072.000
7.08.03.01	Juros	938.000	810.000	712.000

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	126.000	169.000	360.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.905.000	2.211.000	3.193.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	498.000	540.000	564.000
7.08.04.02	Dividendos	499.000	50.000	270.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.908.000	1.621.000	2.359.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	28.327.000	25.866.000	25.345.000
1.01	Ativo Circulante	13.351.000	12.225.000	12.803.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.358.000	2.362.000	3.057.000
1.01.03	Contas a Receber	3.997.000	4.475.000	5.327.000
1.01.03.01	Clientes	3.997.000	4.475.000	5.327.000
1.01.04	Estoques	3.545.000	3.412.000	2.923.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.543.000	1.130.000	735.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.543.000	1.130.000	735.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	126.000	224.000	13.000
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições a recuperar	1.417.000	906.000	722.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	60.000	56.000	45.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	848.000	790.000	716.000
1.01.08.03	Outros	848.000	790.000	716.000
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	55.000	29.000	12.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	592.000	604.000	591.000
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	19.000	9.000	0
1.01.08.03.04	Ativos mantidos para venda	11.000	38.000	15.000
1.01.08.03.05	Outros	171.000	110.000	98.000
1.02	Ativo Não Circulante	14.976.000	13.641.000	12.542.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.447.000	6.371.000	6.236.000
1.02.01.04	Contas a Receber	752.000	592.000	1.155.000
1.02.01.04.01	Clientes	752.000	592.000	1.155.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.127.000	2.512.000	2.361.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.705.000	1.905.000	1.863.000
1.02.01.07.02	Impostos e contribuições a recuperar	1.422.000	607.000	498.000
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	139.000	153.000	180.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.429.000	3.114.000	2.540.000
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	1.164.000	1.173.000	1.051.000
1.02.01.10.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.753.000	1.926.000	1.467.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	498.000	0	0
1.02.01.10.07	Outros Realizáveis a Longo Prazo	14.000	15.000	22.000
1.02.02	Investimentos	448.000	47.000	33.000
1.02.02.01	Participações Societárias	448.000	47.000	33.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	11.000	11.000	12.000
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	437.000	36.000	21.000
1.02.03	Imobilizado	6.723.000	6.703.000	5.797.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.919.000	4.975.000	4.869.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	746.000	775.000	91.000
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.058.000	953.000	837.000
1.02.04	Intangível	358.000	520.000	476.000
1.02.04.01	Intangíveis	358.000	520.000	476.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	28.327.000	25.866.000	25.345.000
2.01	Passivo Circulante	6.942.000	8.599.000	4.561.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	234.000	426.000	373.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	234.000	426.000	373.000
2.01.01.02.01	Salários, férias, encargos, prêmios e participações	233.000	309.000	290.000
2.01.01.02.02	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	0	2.000	83.000
2.01.01.02.03	Programas de desligamento e reestruturação	1.000	115.000	0
2.01.02	Fornecedores	2.196.000	2.307.000	2.219.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.784.000	1.676.000	2.167.000
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	412.000	631.000	52.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.197.000	4.341.000	239.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.082.000	4.254.000	210.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	115.000	87.000	29.000
2.01.05	Outras Obrigações	2.213.000	1.333.000	1.576.000
2.01.05.02	Outros	2.213.000	1.333.000	1.576.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	942.000	525.000	758.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições a recolher	355.000	315.000	300.000
2.01.05.02.05	Imposto de renda e contribuição social	0	1.000	45.000
2.01.05.02.06	Adiantamentos de clientes	666.000	285.000	299.000
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	81.000	41.000	0
2.01.05.02.08	Outras contas e despesas a pagar	169.000	166.000	174.000
2.01.06	Provisões	102.000	192.000	154.000
2.01.06.02	Outras Provisões	102.000	192.000	154.000
2.01.06.02.04	Plano de pensão e saúde	102.000	192.000	154.000
2.02	Passivo Não Circulante	9.178.000	8.501.000	11.098.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.356.000	2.434.000	5.333.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.675.000	1.703.000	5.314.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	681.000	731.000	19.000
2.02.04	Provisões	2.822.000	6.067.000	5.765.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	899.000	1.040.000	1.001.000
2.02.04.02	Outras Provisões	1.923.000	5.027.000	4.764.000
2.02.04.02.04	Plano de pensão e saúde	1.768.000	5.019.000	4.755.000
2.02.04.02.06	Outras contas e despesas a pagar	155.000	8.000	9.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.207.000	8.766.000	9.686.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.353.000	6.353.000	6.353.000
2.03.02	Reservas de Capital	4.000	0	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.000	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	7.055.000	4.681.000	5.259.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.272.000	1.136.000	1.025.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	270.000	270.000	270.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.205.000	2.741.000	1.765.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.308.000	534.000	2.199.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.205.000	-2.268.000	-1.926.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	81.501.000	94.985.000	97.770.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-77.044.000	-89.027.000	-91.914.000
3.03	Resultado Bruto	4.457.000	5.958.000	5.856.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	109.000	-4.645.000	-3.470.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.292.000	-3.017.000	-2.927.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-457.000	-868.000	-786.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.849.000	-762.000	244.000
3.04.05.01	Tributárias	-147.000	-108.000	-315.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	2.996.000	-654.000	559.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.000	2.000	-1.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.566.000	1.313.000	2.386.000
3.06	Resultado Financeiro	264.000	1.990.000	2.423.000
3.06.01	Receitas Financeiras	450.000	2.568.000	2.959.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	450.000	2.568.000	2.959.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-186.000	-578.000	-536.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-385.000	-449.000	-419.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	199.000	-129.000	-117.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.830.000	3.303.000	4.809.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-925.000	-1.092.000	-1.616.000
3.08.01	Corrente	-931.000	-1.014.000	-126.000
3.08.02	Diferido	6.000	-78.000	-1.490.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.905.000	2.211.000	3.193.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.905.000	2.211.000	3.193.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.905.000	2.211.000	3.193.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,3519	1,8979	2,74
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,3517	1,8979	2,74

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.905.000	2.211.000	3.193.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.063.000	-342.000	-503.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	1.252.000	-462.000	-603.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	-189.000	120.000	100.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.968.000	1.869.000	2.690.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.968.000	1.869.000	2.690.000

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.818.000	2.899.000	3.328.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.061.000	3.099.000	2.857.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	3.905.000	2.211.000	3.193.000
6.01.01.02	Despesa com planos de pensão e saúde	-1.711.000	481.000	438.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos Relevantes	-9.000	-2.000	1.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	537.000	528.000	417.000
6.01.01.06	Apropriação/baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	652.000	519.000	522.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixas de ativos	147.000	-17.000	-13.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	393.000	-1.944.000	-2.459.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	925.000	1.092.000	1.616.000
6.01.01.10	Créditos de ICMS – Fim da definitividade	-52.000	0	0
6.01.01.11	Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	79.000	79.000	42.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	57.000	64.000	86.000
6.01.01.14	Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	-49.000	109.000	-1.078.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	0	-21.000	92.000
6.01.01.16	Ganho valor justo instrumentos financeiros, líquido	-909.000	0	0
6.01.01.17	Provisão abono por repactuação salarial	63.000	0	0
6.01.01.18	Recuperação de PIS e Cofins - exclusão de ICMS da base de cálculo	-1.040.000	0	0
6.01.01.19	Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)	190.000	0	0
6.01.01.20	Ganho com indenização contrato de concessão	-117.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.257.000	-197.000	466.000
6.01.02.01	Contas a receber	633.000	3.583.000	1.728.000
6.01.02.02	Estoques	-163.000	-489.000	393.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-21.000	-98.000	-13.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-47.000	-48.000	-89.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-467.000	-991.000	-597.000
6.01.02.06	Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)	-190.000	0	0
6.01.02.07	Fornecedores	-345.000	74.000	-560.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-987.000	-1.213.000	-26.000

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	118.000	-429.000	-131.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-371.000	-640.000	-198.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-2.000	-60.000	-17.000
6.01.02.12	Programas de desligamento e reestruturação	-114.000	115.000	0
6.01.02.13	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-51.000	-53.000	0
6.01.02.14	Adiantamentos de clientes	388.000	-17.000	0
6.01.02.15	Outros ativos e passivos, líquidos	362.000	69.000	-24.000
6.01.03	Outros	14.000	-3.000	5.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	14.000	-3.000	5.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-581.000	-373.000	-196.000
6.02.01	Aquisições de imobilizados e intangíveis	-606.000	-595.000	-430.000
6.02.02	Aportes em participações societárias	-13.000	-36.000	-1.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	31.000	16.000	2.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	0	242.000	233.000
6.02.05	Dividendos recebidos	1.000	0	0
6.02.06	Recebimentos de empréstimos concedidos	17.000	0	0
6.02.07	Efeito caixa decorrente da perda de controle de participação	-11.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-241.000	-3.221.000	-558.000
6.03.02	Captações	4.713.000	530.000	964.000
6.03.03	Amortizações de principal de financiamentos	-3.396.000	-122.000	-137.000
6.03.04	Amortizações de juros de financiamentos	-297.000	-361.000	-320.000
6.03.05	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	-1.080.000	-3.049.000	-1.034.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	0	-32.000	2.000
6.03.10	Pagamento do principal dos arrendamentos	-95.000	-110.000	-19.000
6.03.11	Pagamento dos juros dos arrendamentos	-70.000	-77.000	-14.000
6.03.12	Outros	-16.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	996.000	-695.000	2.574.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.362.000	3.057.000	483.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.358.000	2.362.000	3.057.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000	0	8.766.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000	0	8.766.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.000	774.000	-2.305.000	1.063.000	-464.000	0	-464.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.000	0	0	0	4.000	0	4.000
5.04.06	Dividendos	0	0	774.000	-1.807.000	0	-1.033.000	0	-1.033.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-498.000	0	-498.000	0	-498.000
5.04.08	Ganhos atuariais	0	0	0	0	1.063.000	1.063.000	0	1.063.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.905.000	0	3.905.000	0	3.905.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.905.000	0	3.905.000	0	3.905.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.600.000	-1.600.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.600.000	-1.600.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	4.000	7.055.000	0	-1.205.000	12.207.000	0	12.207.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000	0	9.686.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000	0	9.686.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.665.000	-1.124.000	0	-2.789.000	0	-2.789.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.665.000	-584.000	0	-2.249.000	0	-2.249.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-540.000	0	-540.000	0	-540.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.211.000	-342.000	1.869.000	0	1.869.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.211.000	0	2.211.000	0	2.211.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-342.000	-342.000	0	-342.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	4.681.000	0	-2.268.000	8.766.000	0	8.766.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000	0	8.826.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-177.000	0	-177.000	0	-177.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.897.000	-177.000	-1.423.000	8.649.000	0	8.649.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	0	1.379.000	-3.033.000	0	-1.653.000	0	-1.653.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	-1.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.766.000	-2.469.000	0	-703.000	0	-703.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-386.000	-564.000	0	-950.000	0	-950.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.193.000	-503.000	2.690.000	0	2.690.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.193.000	0	3.193.000	0	3.193.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-503.000	-503.000	0	-503.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17.000	17.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-17.000	17.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.353.000	0	5.259.000	0	-1.926.000	9.686.000	0	9.686.000

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	103.851.000	119.333.000	121.330.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	103.473.000	118.965.000	121.038.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	457.000	447.000	334.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-79.000	-79.000	-42.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-82.162.000	-96.379.000	-96.663.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-76.979.000	-89.219.000	-91.374.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.753.000	-3.242.000	-1.807.000
7.02.04	Outros	-3.430.000	-3.918.000	-3.482.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.430.000	-3.918.000	-3.482.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.689.000	22.954.000	24.667.000
7.04	Retenções	-537.000	-528.000	-417.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-537.000	-528.000	-417.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.152.000	22.426.000	24.250.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.420.000	3.044.000	3.395.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.000	2.000	-1.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.176.000	2.790.000	3.131.000
7.06.03	Outros	235.000	252.000	265.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.572.000	25.470.000	27.645.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.572.000	25.470.000	27.645.000
7.08.01	Pessoal	-1.026.000	2.048.000	1.666.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	517.000	970.000	917.000
7.08.01.02	Benefícios	-1.595.000	951.000	689.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	52.000	127.000	60.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.641.000	20.233.000	21.710.000
7.08.02.01	Federais	2.171.000	2.011.000	2.479.000
7.08.02.02	Estaduais	16.443.000	18.190.000	19.206.000
7.08.02.03	Municipais	27.000	32.000	25.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.052.000	978.000	1.076.000
7.08.03.01	Juros	926.000	809.000	720.000

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	126.000	169.000	356.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.905.000	2.211.000	3.193.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	498.000	540.000	564.000
7.08.04.02	Dividendos	499.000	50.000	270.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.908.000	1.621.000	2.359.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

OS PRIMEIROS GANHOS DA TRANSFORMAÇÃO

O ano de 2020 foi o primeiro ano completo desde a privatização da BR e, mesmo com todos os desafios impostos pela pandemia, conseguimos avançar rapidamente em nossa agenda de transformação. A maior prova de que estamos no caminho certo é que conseguimos entregar já no ano passado a rentabilidade que era esperada apenas para 2021. Nosso EBITDA ajustado no ano foi de R$ 3,811 bilhões, um crescimento de 22% em relação a 2019. Alcançamos um EBITDA unitário de R$ 104/m³, um marco histórico para a Companhia, que nos três anos anteriores à privatização operou com margem média de R$ 66/m³. Esse resultado robusto será essencial para que a BR siga firme em direção a sua ambição de longo prazo: tornar-se uma companhia cada vez mais relevante nas áreas de energia, mobilidade e conveniência.

O alcance de um novo patamar de margens para a Companhia foi fruto de um intenso esforço de aumento de eficiência e melhora de rentabilidade, através da combinação de várias iniciativas de nossa agenda de valor, que acreditamos estar apenas começando. Uma delas foi uma profunda e abrangente diligência para aumento de eficiência de despesas, que alcançou a marca de R$ 1 bilhão/ano de redução em comparação com 2019.

Além disso, saímos de uma posição praticamente inexistente na atividade de trading de derivados para nos tornarmos em 2020 os maiores importadores de combustíveis do país, o que nos permitiu ganhar eficiência também na originação de produtos, trazendo uma contribuição positiva às nossas margens brutas em todos os trimestres até aqui, a despeito dos fortes movimentos de preços das commodities.

Também sentimos a recuperação gradual dos volumes comercializados – impactados sobretudo no primeiro semestre, por conta da pandemia. Vale dizer que no 4T20 registramos inclusive uma expansão de 3,5% em comparação ao mesmo período de 2019. Ou seja: um desempenho superior ao dos níveis pré-pandemia.

A expansão de volume foi acompanhada também de aumento de market share em todos os trimestres de 2020, revertendo uma tendência de queda. No 4T20, por exemplo, a

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

participação foi 1 ponto percentual maior que no trimestre anterior e 2 pontos percentuais superior à do 4T19 – o que demonstra a consistência da trajetória de recuperação.

Esses avanços só foram possíveis porque de fato colocamos os clientes no centro de nossa estratégia. Todos os meses quase 30 milhões de consumidores únicos abastecem em nossos 8 mil postos espalhados pelo Brasil. São quase 2 milhões de abastecimentos diários em nossa rede. Além disso, atendemos outros 15 mil clientes corporativos. Neste primeiro ano pós-privatização demos passos importantes para entender melhor e nos aproximar ainda mais desses consumidores. Entre as principais iniciativas nesse sentido, tivemos a introdução de uma nova imagem para nossos postos revendedores após mais de 20 anos, a parceria com a AME em meios de pagamentos, e o aperfeiçoamento contínuo de nosso processo de precificação, com todo o pacote de suporte aos nossos clientes em face da crise da COVID-19.

A solidez da Companhia foi reconhecida por agentes externos. Pela primeira vez a BR recebeu um rating corporativo, avaliado em Ba1/Aaa.br pela agência Moody's. Em 2020, apesar do ambiente de incertezas causado pela COVID-19 nos mercados de crédito, conseguimos sucesso no alongamento das dívidas da BR, antes altamente concentradas em único instrumento com vencimento no curtíssimo prazo. Elevamos o prazo médio da dívida de apenas um ano, no início de 2020, para 3,5 anos atualmente. Acreditamos que a manutenção do acesso a capital de maneira competitiva continuará fundamental em nosso processo de transformação, como forma de financiar nossas ambições para o futuro.

Nesse início de transformação, demos também os primeiros e importantes passos em nossa gestão de portfólio, com o desinvestimento dos negócios de asfaltos (Stratura), de gás comprimido (CDGN) e de térmicas (Muricy e Pecém). Os desinvestimentos realizados contribuirão para o financiamento de novas oportunidades e nos permitirão focar nos negócios mais aderentes à nossa visão de longo prazo. Ao mesmo tempo, avançamos em novas avenidas de crescimento, com nossa entrada na comercialização de energia elétrica (aquisição da Targus) e nossa parceria em distribuição de GNL (Golar), deixando cada vez mais clara a nossa vocação de ser uma empresa

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

distribuidora de energia – qualquer que seja o tipo de energia demandada pela nossa base de clientes.

Também celebramos a parceria com a Lojas Americanas para o negócio de conveniência, que prevê a integração das 1.255 lojas das marcas BR Mania e Local em uma nova sociedade, cujo capital será dividido em partes iguais entre as duas empresas, e contará com estrutura profissional e de governança próprias.

A aceleração que vivemos em 2020 e que nos tornou uma Companhia mais eficiente, rentável, focada no cliente, e voltada para o longo prazo exigiu uma transformação cultural. Esse processo, ainda em curso, fez com que a Companhia incorporasse um senso de urgência e uma obsessão por inovação inéditos. Implementamos uma reestruturação organizacional com mudanças profundas em todas as áreas da empresa, elevamos significativamente a participação da remuneração variável na remuneração dos administradores, gestores e colaboradores, remodelamos integralmente o sistema de medição de performance e instituímos pela primeira vez a remuneração de longo prazo baseada em ações para todas as lideranças da Companhia, buscando criar o alinhamento de mentalidade e propósitos com nossos acionistas.

Estratégia ESG

Os esforços da BR no campo da sustentabilidade se acentuaram em 2020 e receberam diversos reconhecimentos externos. A BR manteve-se como a única distribuidora de combustíveis a integrar o índice de sustentabilidade da B3 (ISE B3) e estreou no índice de carbono eficiente da B3 (ICO2). A companhia ficou em 16º entre as 116 empresas de varejo avaliadas a nível mundial pela metodologia do índice Dow Jones (SAM GROUP – S&P Global). No início de 2021, fomos incluídos no Sustainability Yearbook 2021 da S&P Global, como parte do top 15% da nossa indústria.

Um dos destaques é a Governança da Companhia. Desde nossa privatização, um caso único no Brasil, via mercado de capitais, a Companhia adota os mais rigorosos padrões de governança para operar como uma corporation. No ano passado foram feitos avanços nesse campo que vão da revisão do Estatuto Social, para tornar a empresa mais ágil e competitiva, à criação de um Sistema de Gestão de Integridade. Nossos esforços em Governança foram inclusive reconhecidos em 2020 pelo índice FTSE4Good

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Emerging Markets, que não apenas inclui a Companhia em sua listagem como também nos deu nota máxima em Governança.

O contexto trazido pela pandemia nos levou a desenvolver diversas iniciativas envolvendo os cuidados especiais e protocolos de segurança para nossos colaboradores, parceiros de negócios, clientes e consumidores. Entre as diversas ações que realizamos, estão o envio de máscaras e álcool em gel para postos, alcançando quase 80 mil funcionários desses estabelecimentos, a doação de kits de higiene e refeições que chegaram a cerca de 80 mil caminhoneiros, a distribuição de 3 milhões de litros de combustível doado pela Petrobras para unidades e órgãos de saúde de estados e municípios, e a distribuição de cestas básicas e kits de higiene para 1.758 famílias da comunidade no entorno de nossa sede.

No quesito ambiental, fizemos nosso primeiro reporte independente no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol e fomos qualificados com o selo ouro. Também participamos pela primeira vez da avaliação sobre Mudança do Clima do CDP (Carbon Disclosure Project).

Internamente, um avanço importante foi o aumento da diversidade na Companhia. O percentual de mulheres aumentou de 23,56% para 27,09% entre 2019 e 2020, e o de negros (pretos e pardos) cresceu de 29,53% para 38,69%. Acreditamos que é possível tornar a companhia ainda mais diversa e mais aderente a requisitos ESG.

Ficamos, de um lado, motivados por estas primeiras e importantes conquistas em nossa transformação e, por outro, confiantes de que novas oportunidades se encontram adiante em nossa jornada de mudança cultural e de transição energética.

A seguir apresentamos os principais destaques dos resultados consolidados de 2020 e nossas ambições para o futuro.

O ANO DE 2020

Recuperação em V

Não há como avaliarmos o ano de 2020 sem uma reflexão sobre a pandemia da COVID-19 que trouxe profundos impactos no mercado de combustíveis e lubrificantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Chegamos a ver a demanda por alguns de nossos principais produtos cair cerca de 85% no início da pandemia, como no caso dos produtos de aviação, e cerca de 60% como no caso do ciclo Otto. Nossa resiliência foi colocada à prova. Ao mesmo tempo em que precisávamos manter a agenda de transformações e nosso ecossistema operando, era preciso garantir a segurança de todos os quase 3.400 colaboradores – tanto os que foram para home office quanto os que continuaram na linha de frente.

Atingimos em 2020, pela primeira vez, o EBITDA ajustado de R$ 104/m3. Este indicador embute alguns efeitos importantes, tais como o reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, as significativas perdas de estoque pela variação do petróleo (já líquidas dos ganhos com hedge) e os custos com a aquisição de CBIOs nos últimos meses do ano. Se ajustássemos esses efeitos, ainda teríamos uma margem EBITDA da ordem de R$ 96/m3, mesmo apesar da massiva deseconomia de escala sofrida com a pandemia e de outros efeitos adversos ocorridos no ano.

Crescimento da rede e da participação de mercado

Nosso market share total evoluiu positivamente em todos os trimestres do ano, saindo de 25,6% no 4T19 para 27,6% no 4T20 (+2p.p.). Essa evolução foi consistente em todos os segmentos em que atuamos, tendo nossa evolução sido de +1,5p.p. no segmento de revenda, de +3,8p.p. no segmento B2B e de +21,1p.p. no segmento de aviação. No óleo combustível, tivemos também uma evolução expressiva de +11,3p.p. de market share, no mesmo período de comparação.

Esse melhor equilíbrio entre margens e market share tem origem primeiramente nos avanços obtidos na iniciativa de pricing, agora mais centralizado e baseado em dados, buscando consistência, assertividade e um equilíbrio que proporcione resultados sustentáveis para a BR e seus clientes. Passamos a buscar desde a privatização uma maior consistência na precificação dos produtos, focando em uma visão de longo prazo e ao mesmo tempo evitando volatilidades exacerbadas nas margens de reposição. A estratégia tem se mostrado acertada.

A elevação de market share ao longo do ano teve ainda outros elementos de suporte como o lançamento da nova identidade visual de nossos postos e lojas de conveniência,

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

a parceria de grande sucesso com o aplicativo de pagamentos AME, além do lançamento da nova campanha publicitária “Posto, Posto é Posto BR” na grande mídia.

Destaque-se ainda que, apesar do contexto desafiador para o embandeiramento de novos postos no primeiro semestre em função das restrições impostas pela pandemia, aceleramos nosso esforço de renovação e ampliação da rede no segundo semestre e alcançamos uma adição líquida de cerca de 200 postos em 2020.

Ganhos de eficiência e expansão de margens

Em 2020 nos posicionamos como os maiores importadores de combustíveis do país. Avançamos também em melhorar o sourcing de etanol, adotando as melhores práticas de aquisição e aumentando o volume de operações de carregamento de estoques durante a safra, o que enfatizamos durante a pandemia, aproveitando momento de necessidade de liquidez dos produtores e a situação de caixa robusto da Companhia. Os avanços obtidos ao longo do ano com as estratégias de importação e o aproveitamento de arbitragens em combustíveis e biocombustíveis trouxeram contribuição positiva para os resultados de todos os trimestres, variando entre R$ 5 e R$ 15/m^3, a despeito da alta volatilidade de mercado.

As iniciativas de redução de despesas ofereceram contribuição muito significativa para a evolução de margens no ano de 2020, passando pelo plano de transformação organizacional e por uma abrangente redução de custos administrativos e operacionais de diversas naturezas. Nossa despesa unitária normalizada (excluindo os efeitos dos CBIOs e do PIS/COFINS) se reduziu em mais de 30% em relação ao ano anterior, tendo saído de R$ 83/m3 em 2019 para R$ 58/m3 em 2020. Esta economia adicionou em termos absolutos cerca de R$ 1 bilhão aos nossos resultados em relação a 2019. Nossa expectativa é de que esses ganhos de eficiência sejam mantidos no futuro. Fez também parte desse esforço uma expressiva otimização de nossas despesas de fretes, pela redução de 144 para 58 transportadoras contratadas e a implantação de melhores práticas de contratação e operações de transporte.

Ganhos fiscais e atuariais

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Devemos mencionar o êxito obtido em 2020 de todo o esforço de recuperação de créditos fiscais, possibilitando à BR reaver, entre outros, valores expressivos de PIS e COFINS recolhidos a maior, entre abril de 2012 e fevereiro de 2020, relativos à inclusão de ICMS na base de cálculo dos referidos tributos. A recuperação total, por força de decisão transitada em julgado, foi estimada em aproximadamente R$ 1,4 bilhão e foi registrada no resultado de 2020, embora seu efeito caixa vá se dar de maneira gradual, conforme as compensações nas apurações correntes. Vale destacar que, desse montante, apenas R$ 1,04 bilhão possuem efeito no EBITDA ajustado, sendo a parcela restante referente às correções monetárias, que são contabilizadas nos resultados financeiros da Companhia.

Outro importante avanço foi a mudança do Plano de Saúde dos empregados e aposentados, migrando do plano AMS, de auto-gestão, para um plano de mercado, Bradesco Saúde. Essa migração, que também considera ajustes no regulamento e forma de utilização do plano, somada às recentes mudanças no perfil e quantitativo dos empregados da BR, levou a uma significativa redução do passivo atuarial relativo ao plano de saúde, com contribuição de cerca de R$ 2,1 bilhões para o lucro líquido do ano (já ajustado em nosso EBITDA). Estimamos que a mudança do plano de saúde nos permitirá uma redução de despesas anuais de aproximadamente R$ 200 milhões, já a partir de 2021, ao mesmo tempo em que conseguimos oferecer a nossos colaboradores e demais beneficiários um plano moderno e com amplo reconhecimento de mercado.

A reavaliação atuarial dos planos de pensão (PETROS), sobretudo pelo impacto de recentes ajustes nos regulamentos do Plano e das mudanças no perfil e quantitativo da força de trabalho da BR, traduziu-se também em uma redução de aproximadamente R$ 700 milhões do passivo atuarial. Somando-se, portanto, os dois movimentos - plano de saúde e planos de pensão -, a redução total dos passivos atuariais da Companhia foi da ordem de R$ 2,8 bilhões em 2020, em comparação com a posição ao final de 2019, uma redução de 64%.

Por todos estes efeitos, o resultado líquido consolidado do ano foi de R$ 3,905 bilhões, 77% superior ao ano de 2019.

O FUTURO E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Mudança inexorável

Temos convicção de que os significativos avanços que fizemos em todas as nossas iniciativas estratégicas até aqui foram passos relevantes para a pavimentação do futuro que queremos construir. Sabemos, no entanto, que o processo de transformação cultural é de ciclo longo e requer resiliência e consistência de conduta por tempo suficiente para processos, negócios e o pensamento coletivo se alinharem para as condições necessárias ao sucesso nas próximas décadas.

Os segmentos em que atuamos vêm passando por transformações importantes e continuarão em permanente mutação, tanto com respeito à transição gradual para fontes de energia mais renováveis, quanto com respeito à forma de consumi-las. Em outras palavras, a experiência dos consumidores – e a conveniência associada a ela – deve sofrer grandes mudanças nos próximos anos. Estaremos preparados para esse novo cenário e queremos ser protagonistas desta mudança, adaptando nossos negócios, processos e mentalidade a estes novos desafios.

Temos buscado migrar a Companhia para negócios que acreditamos promissores neste ambiente de transição energética, e onde, ao mesmo tempo, entendemos ser capazes de alocar capital criando valor para nossos acionistas. Essa estratégia está sendo claramente executada com a saída da Companhia de algumas áreas de atuação (como os desinvestimentos da Stratura, da CDGN e das térmicas), em paralelo aos movimentos para ampliar seu alcance em mercados considerados mais promissores (como as parcerias com as Lojas Americanas e a Golar, e a aquisição da Targus).

Entendemos ainda que a transição energética e as mudanças competitivas e regulatórias ora em curso em diversos segmentos de nosso interesse deverão criar novas oportunidades de negócios. A abertura do mercado de gás natural, onde já temos autorização para operar, é, sem dúvida, um exemplo disto. Outras oportunidades poderão advir ainda do segmento de comercialização de etanol e do trading de derivados.

A preparação para a transição energética não significa que as oportunidades de crescimento e ganhos de rentabilidade nos negócios atuais estejam esgotadas. Ao contrário, continuamos engajados na busca de oportunidades adicionais de otimização

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

de despesas, na simplificação e digitalização de nossos processos e no melhor uso de nossos ativos.

Novos limites de alavancagem

Acreditamos que nossa capacidade financeira e resiliente geração de caixa constituirão diferenciais importantes na captura das oportunidades que acreditamos estarem adiante. Desde a privatização, vínhamos operando com um nível de alavancagem (definida pela dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM) dentro da faixa de 1x a 1,5x. Especialmente nos primeiros momentos de nosso processo de transformação, verificávamos um nível de retornos em nossa atividade ainda muito próximos, e por vezes até inferiores, aos custos marginais de captação. Desta forma, entendemos que, àquela altura, um nível mais alto de alavancagem não asseguraria maior criação de valor aos acionistas. Desde então, acreditamos ter alcançado um novo patamar de retornos em nossos negócios, o que, aliado à queda dos custos de endividamento, tornou oportuna a consideração de novos limites de alavancagem.

Nossa nova banda de até 2,5x Dívida Líquida / EBITDA deverá nos proporcionar a latitude de atuação necessária, de forma a viabilizar nossa captura de valor em novas oportunidades que se apresentem adiante. Entendemos que a melhor forma de fazermos uso desta maior amplitude será através de uma alocação balanceada e gradual de capital, em oportunidades orgânicas e inorgânicas que se mostrem criadoras de valor, complementadas por futuras distribuições adicionais aos acionistas.

Como primeiros passos nesta direção, concluímos no mês de fevereiro de 2021, captações adicionais de R$ 2,8 bilhões em instrumentos bilaterais com diferentes instituições. Apesar do ambiente de alta volatilidade de mercado, obtivemos condições de financiamento atrativas, com prazos mais longos e custos competitivos (CDI + 1,65%aa). Além de financiar o capital de giro da Companhia, parte desses recursos serão usados para a quitação dos instrumentos captados como reforço de caixa durante a pandemia, e o restante para a antecipação de dividendos de aproximadamente R$ 1,1 bilhão, a serem pagos até o final do mês de abril, sujeitos à aprovação da AGO, de um montante de dividendos declarados de aproximadamente R$ 2,3 bilhões. Vale lembrar que já realizamos em janeiro de 2021 o pagamento de JCP de R$ 498,3 milhões, que fazem parte da composição dos dividendos declarados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Gostaríamos de encerrar esta mensagem agradecendo nossos quase 3.400 colaboradores, que trabalharam incansavelmente durante este ano tão desafiador. Juntos, entregamos mais do que era esperado. Em 2021, a BR completa 50 anos de fundação e estamos convictos de que com um time motivado, voltado para a inovação e para a busca incansável por resultados cada vez melhores, vamos garantir o crescimento da Companhia por muitas décadas futuras. Nossa jornada de transformação apenas começou.

PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 1971 para assumir as atividades de distribuição e comércio de produtos de petróleo e derivados, então realizadas pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Possuímos a maior capilaridade do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Brasil, servindo 8.022 postos de serviço com bandeira “BR” e, aproximadamente, 17,7 mil clientes dos segmentos no B2B, produtos de aviação e outros, conforme definidos a seguir. Para atender aos milhares de postos de serviço revendedores e de clientes consumidores, nos valemos da capilaridade de nossa infraestrutura logística, atuando em todas as unidades federativas do país, contando com 44 bases operadas pela BR, participações em 19 bases conjuntas (pool com sócio (s)), 19 armazenagens conjuntas com outras distribuidoras, e 13 operadores logísticos, totalizando 95 unidades operacionais. Possuímos ainda 11 depósitos de lubrificantes, 5 operadores logísticos de lubrificantes e atuamos em 90 aeroportos, todos estrategicamente distribuídos ao longo das cinco regiões brasileiras. Com essa plataforma, somos capazes de suprir eficientemente as demandas de todos os nossos clientes em qualquer município brasileiro.

Somos líderes no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no país em volume de vendas, com destaque para excelência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos em todos os segmentos operacionais, quais sejam:

- Rede de Postos: comercialização de combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustível e produtos de conveniência da Companhia com a nossa revenda;

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

- B2B: comercialização de combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, Arla 32 e prestação de serviços associados aos nossos clientes do mercado consumidor. No negócio de Produtos Químicos, atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de energia, distribuímos o coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional e desenvolvemos projetos para comercialização de energia elétrica, bem como projetos de distribuição de energia. Adicionalmente, fomos responsáveis pela operação da concessão de gás natural, no estado do Espírito Santo, até julho de 2020.

- Aviação: comercialização de produtos e serviços de aviação em aeroportos do país para as companhias aéreas nacionais e estrangeiras;

- Corporativo: itens vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e pensionistas.

SUSTENTABILIDADE

Em 2020, atuamos em diferentes frentes no combate à COVID-19. Viabilizamos, em conjunto com o Circo Crescer e Viver, a distribuição de cestas básicas e materiais de higiene e limpeza para famílias e organizações sociais que atuam no entorno da nossa sede.

Doamos combustíveis para instituições que atuam na linha de frente contra a pandemia, como Fiocruz e Cruz Vermelha, além de fornecer o combustível para os voos da Força Aérea Brasileira que levaram insumos de saúde para todas as regiões do país.

Doamos mais de 100 mil litros de etanol para a produção de álcool sanitizante líquido e gel por centros de ensino brasileiros para distribuição a unidades de saúde. Além

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

disso, apoiamos, com vale combustível, diversos projetos que prestam suporte a pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No que se refere ao relacionamento comunitário, adicionalmente ao apoio durante os meses críticos da pandemia, permanecemos participando remotamente das reuniões do Conselho Consultivo Comunitário em Campos Elíseos (Duque de Caxias-RJ) e com as instituições que atuam no entorno da nossa sede no Rio de Janeiro. Além disso, mobilizamos nossos colaboradores em duas campanhas de doação em favor de ONGs que atuam no entorno das nossas unidades, por meio do nosso Voluntariado Corporativo.

Mantivemos a parceria com o Circo Crescer e Viver como principal investimento social privado (ISP) de 2020. Localizado nas proximidades de nossa sede, o Circo mantém uma escola de artes circenses voltada a crianças e jovens de 7 a 24 anos, majoritariamente oriundos de comunidades de baixa renda.

Em 2020, reafirmamos nosso compromisso com os princípios do Pacto Global da ONU e do Empoderamento das Mulheres fortalecendo iniciativas de equidade de gênero, e de eliminação do trabalho degradante em nossa cadeia de valor através da filiação ao Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Mantivemos nossa participação na Coalizão Empresarial pela Equidade de Gênero e Raça do Instituto Ethos e CERRT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, no Programa Na Mão Certa da Fundação Childhood Brasil e no Programa Laço Amarelo do Observatório Nacional da Segurança Viária, visando tornar o ambiente corporativo mais inclusivo, apoiando o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, e trânsito seguro, respectivamente.

Através do nosso Programa Motorista DEZtaque, em parceria com a Childhood Brasil, divulgamos orientações sobre Paternidade Responsável, Educação no Trânsito e Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes para os motoristas. Ainda, patrocinamos o evento “Truck Drive In Experience” no qual realizamos uma campanha com distribuição de quebra-cabeças da Turma do Disque 100 para conscientizar motoristas participantes do evento sobre a necessidade de proteger os direitos das crianças e adolescentes nas estradas.

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

A BR foi incluída pela segunda vez consecutiva no índice de sustentabilidade da B3 (ISE B3) e pela primeira vez no índice de carbono eficiente da B3 (ICO2). Também fizemos nosso primeiro reporte independente no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e fomos qualificados com o selo ouro. Ainda, publicamos pela primeira vez nosso Relatório de Sustentabilidade de forma independente. Esses resultados demonstram nosso compromisso com a transparência e com a adoção de práticas mais sustentáveis.

Tivemos outros resultados importantes em diferentes avaliações ESG: recebemos medalha de Prata no Ecovadis, plataforma de avaliação ESG de fornecedores, fomos incluídos no índice FTSE4 Good Emerging Markets, ficamos com o melhor desempenho em ESG entre as empresas do setor na avaliação da Sustainalytics, participamos pela primeira vez da avaliação sobre Mudança do Clima do CDP (Carbon Disclosure Project) e ficamos em 16º entre as 116 empresas de varejo avaliadas a nível mundial pela metodologia do índice Dow Jones (SAM GROUP – S&P Global). No início de 2021, fomos incluídos no Sustainability Yearbook 2021 da S&P Global, como parte do top 15% da nossa indústria.

SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Em relação à Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, buscamos a sustentabilidade em nossas atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, alinhados ao nosso Plano Estratégico e PNG.

A Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) em 2020 foi de 0,49, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,75). Este resultado reflete a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a saúde e segurança dos trabalhadores.

Dentre as ações de segurança realizadas em 2020, destacamos o Programa “Você Ligado no Trabalho”, que tem por objetivo capacitar nossos colaboradores para reconhecer, observar e distinguir ameaças nos ambientes de trabalho, por meio da

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

percepção dos Perigos e Riscos, permitindo a rápida interpretação e tomada de atitudes preventivas. O programa conta com ações sustentadas em três pilares: “Mente focada no trabalho”, “Alerta constante nos perigos e riscos das atividades” e “Identificação e eliminação das distrações”.

Por meio da realização do Programa de Auditorias de SSMAS, inspecionamos as unidades operacionais, avaliando seus aspectos em cinco dimensões: “Gestão de Integridade e Responsabilidade Social”, “Segurança da Instalação”, “Segurança no Transporte”, “Meio Ambiente” e “Saúde”. Além disto, coordenamos o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com ênfase no monitoramento da frota a serviço da BR, e ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece e premia os motoristas pelo seu desempenho.

A taxa de frequência de acidentes de transporte calculada por milhão de quilômetros rodados (TFAT) em 2020 foi de 0,07, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,08). Este resultado reflete a efetividade do programa de Gerenciamento de Risco do Transporte, implantado desde 2010 na BR.

Na gestão de saúde, foram realizadas ações de prevenção e promoção da qualidade de vida como: Campanha de Vacinação Antigripal; Acompanhamento de crônicos e ações de conscientização como Outubro Rosa, Novembro Azul, Saúde Mental, Alimentação Saudável, além de outras orientações de saúde através da intranet. No contexto da pandemia da COVID-19 foram realizadas ações de orientação, controle e monitoramento, bloqueio, conscientização e prevenção em todas as unidades BR, além da disponibilização de atendimento médico e apoio psicossocial online para toda força de trabalho. Também foi realizada testagem para a COVID-19 em diversas unidades.

Na gestão da segurança e contingência, atuamos na prevenção, redução da acidentalidade, realização de simulados e no controle dos riscos e prontidão para situações de emergência. Encerramos o ano com o resultado de 8,39 m^3 no indicador de vazamentos de produtos com impacto ambiental (VAZO), 42% abaixo do seu limite de alerta (14,4 m^3).

Na área ambiental, buscamos melhorar continuamente o desempenho da gestão através de ações que promovam a atuação sustentável nas nossas atividades.

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Trabalhamos constantemente para atender a conformidade legal nas nossas operações, reduzir o uso dos recursos naturais e a geração de resíduos em nossos processos, minimizar as emissões atmosféricas, preservar a biodiversidade, prevenir e mitigar os passivos ambientais, desenvolver projetos que visam a eficiência energética e o fortalecimento da educação ambiental dentro da Companhia.

Em 2020 mantivemos a certificação SGI de 9 unidades operacionais e reestruturamos o programa de auditoria interna de SSMAS, contribuindo para manter a conformidade e aprimorar as práticas de gestão da segurança, meio ambiente, saúde e responsabilidade social nas nossas atividades. Finalizamos o ano com 10 unidades auditadas.

Por meio do Programa de Cultura Ambiental, demos continuidade à conscientização das equipes operacionais e ao fortalecimento da cultura de proteção ao meio ambiente na empresa, com maior foco na promoção dos temas Prevenção de Vazamentos e Mudança do Clima.

Implementamos um novo sistema de gestão dos indicadores ambientais e de sustentabilidade, O novo sistema contempla as diversas áreas de atuação ambiental da BR, o que facilita a alimentação dos dados e traz ganhos de gestão, uma vez que todas as informações se encontram no mesmo banco de dados.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Gente e Gestão

O ano de 2020 foi pautado pela transformação e reinvenção na área de Gestão de Pessoas. Frente a uma pandemia e uma crise mundial sem precedentes, a BR consolidou e acelerou mudanças na gestão de pessoas, iniciadas após a privatização, para responder às demandas de nossos clientes de forma efetiva, pautada por um lema único: "Consciência, Responsabilidade, Solidariedade".

Gestão focada em resultados

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Por meio deste modelo mental, baseado na metodologia PDCA (Plan, Do, Check, Act), foram desdobradas metas até o nível de colaborador, desenhando o quanto cada pessoa poderia contribuir para o resultado da BR Distribuidora.

Com essas metas definidas e seus resultados apurados mensalmente, uma rotina de controle de resultados foi estabelecida, iniciando nos níveis mais operacionais e culminando no relato mensal dos resultados e ações de recuperação de desvios ao Conselho de Administração.

Atualmente, a rotina de controle de resultados acontece de forma sistemática em todos os níveis das diretorias da companhia.

Essa metodologia possibilitou o desenho do modelo de meritocracia, que permitirá identificar as forças e fraquezas de nossa equipe e promover um pagamento de remuneração variável focado em entregas e resultados efetivos.

Atração, seleção e retenção

Em 2020, estruturamos o processo de atração e seleção de lideranças e equipes, tendo em vista a não obrigatoriedade da realização de processo seletivo público.

Para suportar essa importante mudança, que possibilita maior compatibilidade entre os requisitos das vagas e as competências e experiências dos candidatos, foram definidas novas etapas para esse fluxo, que tem início na atração e termina com a admissão de novos colaboradores.

E para que todo esse percurso seja conduzido de forma mais assertiva e transparente, implantamos uma ferramenta informatizada que possibilita a avaliação dos candidatos, utilizando diferentes algoritmos que fazem a correlação entre o que está previsto para cada posição e as características informadas pelas próprias pessoas quando se cadastram na plataforma.

Além disso, também passaram a ser adotadas técnicas comuns no mercado como entrevistas por competências e instrumentos de assessment, por exemplo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Em 2020, foram contratados do mercado 296 colaboradores, aproximadamente 25 contratações por mês.

Para fortalecer a atração, seleção e a retenção dos líderes e colaboradores, possuímos diversas ações com foco em benefícios e em programas de qualidade de vida. Entre eles, destacamos:

Plano de saúde: Novo plano destinado aos líderes, colaboradores e ex-colaboradores da BR e seus respectivos dependentes, totalizando 20.303 beneficiários. O plano é oferecido por meio da operadora Bradesco Saúde, referência na América Latina, líder de mercado no Brasil por sua atenção aos beneficiários, ampla rede médica (31 mil referenciados) e dental (29 mil referenciados), garantia de assistência nos segmentos ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, cobertura de despesas para consultas, exames simples e especiais, terapias, tratamentos ambulatoriais e internações clínicas ou cirúrgicas, saúde digital e clube de vantagens.

Programas que visam à manutenção da qualidade de vida e saúde de seus empregados e dependentes como: Campanha de Vacinação Antigripal; Acompanhamento de crônicos; Ações de conscientização: Outubro Rosa, Novembro Azul, Saúde Mental, Alimentação Saudável, além de Orientações de Saúde através da intranet. No contexto da pandemia da COVID-19, foram realizadas ações de conscientização e prevenção em todas as unidades BR, além da disponibilização de atendimento médico e apoio psicossocial online para toda força de trabalho.

Plano de previdência complementar para suplementação dos benefícios concedidos pelo INSS. O plano, administrado pela Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social), oferece aos empregados participantes e seus beneficiários uma série de vantagens, como suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço e especial, suplementação da pensão por morte e do auxílio-doença, além de pecúlio por morte do participante (este, concedido ao seu dependente/designado);

Benefícios educacionais cujo objetivo é de contribuir para a formação e a instrução dos dependentes dos líderes e colaboradores da BR desde a creche até o ensino universitário. Em 2020, foram aplicados R$ 13 milhões em benefícios educacionais.

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Treinamento e Desenvolvimento

O processo de treinamento e desenvolvimento foi um dos mais impactados com a pandemia da COVID-19, considerando a redução da oferta de treinamentos presenciais e in company, em alinhamento às orientações sanitárias de distanciamento social e de evitar aglomerações.

Não obstante às dificuldades apresentadas, a BR Distribuidora fortaleceu seu modelo de aprendizagem corporativa, com propósito de oferecer soluções educacionais que impulsionem o protagonismo de carreira e o autodesenvolvimento.

Ao longo de 2020, investimos em diversos programas de capacitação e desenvolvimento, nas modalidades interno, externo, à distância e treinamento no local de trabalho, totalizando mais de 12 mil participações em treinamento, com média de 3,7 por empregado, destas participações 90% foram à distância.

Dentre os programas de maior relevância, destacamos a Jornadas dos Executivos de Vendas Varejo e B2B, Retorno Seguro ao Trabalho, Conexão BR (Programa de Ambientação aos Novos Colaboradores), lançamento do Novo Regras de Ouro as áreas operacionais e o Capacidade Máxima (Capacitação voltada ao público externo, nossos parceiros comerciais da rede de postos).

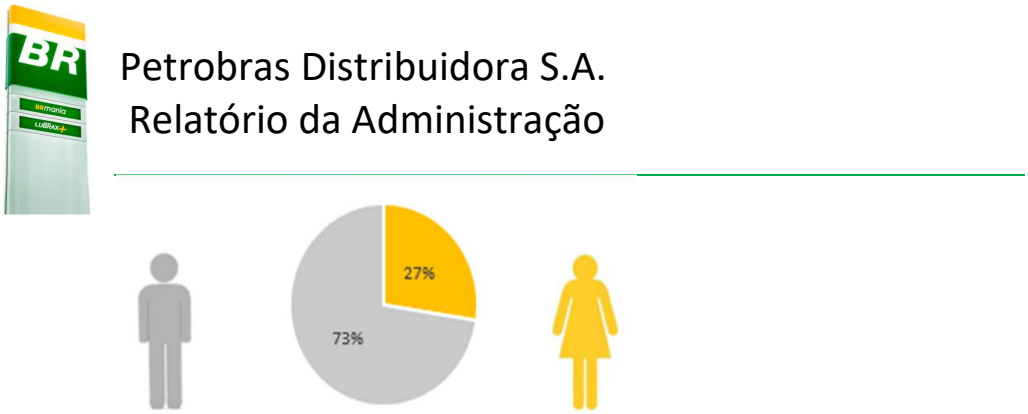
Perfil

Encerramos o ano de 2020 com 3.370 empregados, um aumento de 47,9% em relação a 2019. Este acréscimo se deve, principalmente, à admissão de pessoas que trabalhavam em empresas prestadoras de serviço à BR, com o consequente encerramento dos contratos firmados. Este movimento vai ao encontro das ações relacionadas à adequação do dimensionamento de pessoal considerando os indicadores de produtividade e mudanças dos processos da BR.

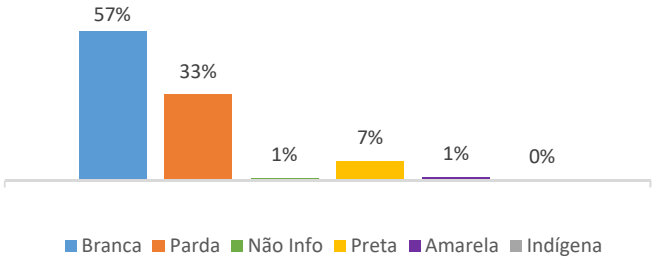
São apresentados, a seguir, alguns gráficos do perfil do efetivo:

Sexo

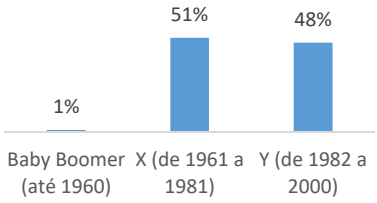
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



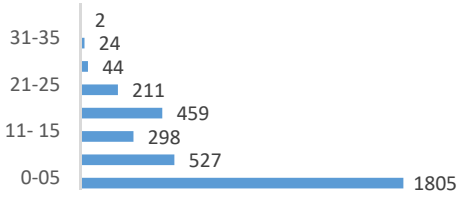
Raça



Geração



Tempo de BR Distribuidora

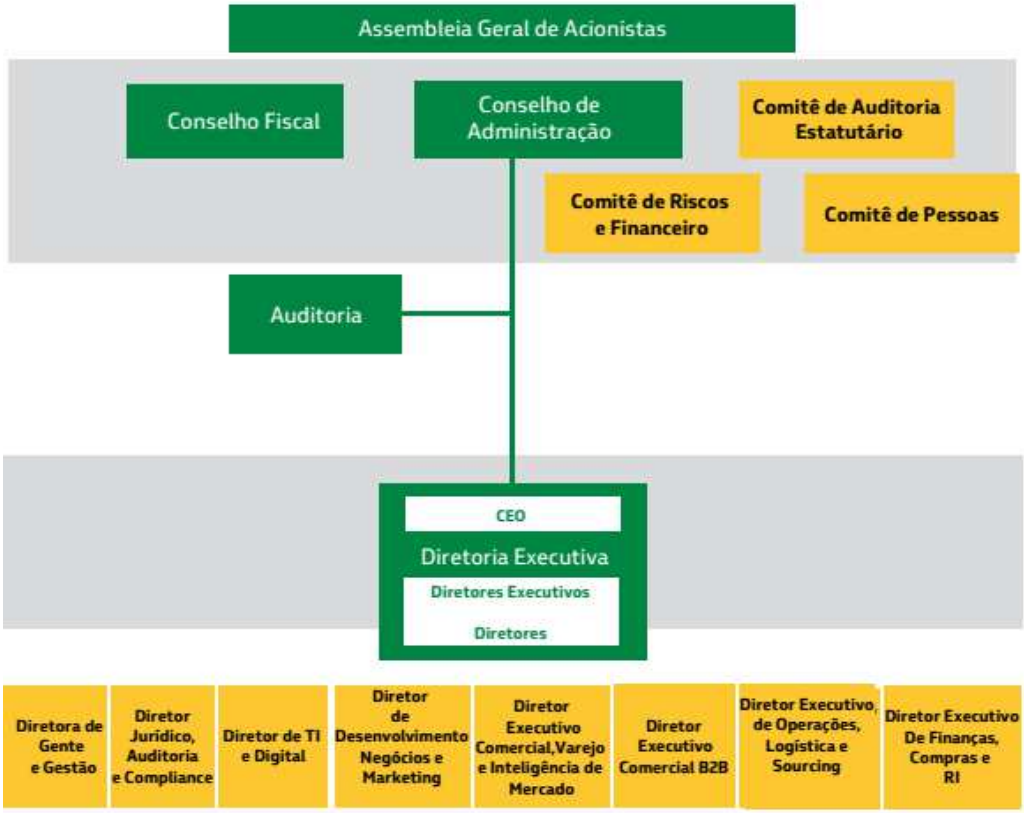


Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa da Companhia é formada por Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração e seus Comitês, e Diretoria

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Executiva. A Companhia dispõe ainda de uma Auditoria Interna, cuja atividades são reportadas diretamente ao Conselho de Administração, ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.



Em 2020, após se tornar uma empresa privada, a Companhia pôde intensificar e agilizar o aperfeiçoamento e o fortalecimento do seu modelo de governança corporativa, alinhado às melhores práticas de mercado.

Foram realizados diferentes ajustes e revisões dos instrumentos de governança, tais como:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

O Estatuto Social foi revisto com o intuito de tornar a empresa mais ágil e competitiva, com ajustes como: exclusão da limitação a 3 reeleições dos administradores e da previsão de que após os prazos de reeleição, o administrador só poderia concorrer novamente após um prazo de gestão; previsão de que o Conselho de Administração poderá criar comitês ou grupos de trabalho específicos e transitórios, além dos permanentes previstos no Estatuto; que seja da Diretoria Executiva, e não mais do Conselho de Administração, a competência para indicar e destituir os titulares da estrutura geral da Companhia; incluir a competência de todos os Diretores da Companhia, inclusive os não-estatutários; ajustes formais da nova estrutura, entre outros.

Outro instrumento de governança da Companhia, a Tabela de Limites de Competência, que dispõe sobre o desdobramento das alçadas de competência da Diretoria Executiva também foi revisto, onde foram compilados diversos pontos de melhoria, com intuito de tornar as tomadas de decisões da Companhia cada vez mais céleres, acompanhando cada vez mais a dinâmica dos negócios e do mercado onde atua.

Atualmente a Companhia conta com 3 (três) Comitês de assessoramento permanentes, com atribuições especificas de análise, vinculados diretamente ao Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê de Riscos e Financeiro; e (iii) Comitê de Pessoas.

No ano passado, também promovemos o aprimoramento da gestão das áreas que suportam a governança corporativa da Companhia. Com base no modelo de três linhas e tendo em vista a efetividade da prevenção, da detecção, da apuração e da correção desvios em geral, criou-se um Sistema de Gestão de Integridade que, sobremaneira, integra dados e ações das áreas de Auditoria Interna, Ouvidoria, Controles Internos, Riscos e Conformidade e Ética. Esse Sistema de Gestão da Integridade tem representado uma evolução organizacional — que compreende um conjunto de arranjos institucionais, processos de trabalho, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle — destinada a promover a integridade da corporação e de sua força de trabalho, sob a responsabilidade e a coordenação de uma área específica.

Como consequência, a Companhia obteve resultados e reconhecimentos expressivos junto a diferentes plataformas de avaliação de ESG; sobretudo, no quesito

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

"Governança" obtendo pontuação de destaque no ISEB3 e pontuação máxima no FTSE4Good Emerging Markets.

Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos

Em razão da oferta pública de distribuição secundária de ações da BR Distribuidora, a Companhia deixou de integrar a Administração Pública Federal. Nesse contexto, a Gerência de Integridade (Auditoria, Compliance e Ouvidoria) vem atualizando as políticas e procedimentos de forma a alinhá-los às melhores práticas de mercado no que se refere à integridade corporativa, considerando o atual cenário de empresa privada.

O Programa de Integridade vem sendo atualizado através do aprimoramento dos mecanismos de prevenção, detecção e tratamento a eventos de fraude, corrupção e temas afins, tais como:

(i) elaboração de nova Política de Integridade (atualmente em fase de proposição);
(ii) elaboração de novo Código de Conduta Ética (atualmente em fase de proposição);
(iii) revisão do processo de Avaliação de Background Check de Integridade;
(iv) revisão do processo de Due Diligence de Integridade de Contrapartes;
(v) revisão do processo de apurações internas;
(vi) aprimoramento do processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT);
(vii) aplicação da Pesquisa de Percepção sobre as ações de Integridade 2020.

Em janeiro de 2020, a Contato Seguro, empresa especializada e independente, iniciou a operação de nosso "Canal de Ética" (nova denominação do "Canal de Denúncias"). O Canal de Ética está vinculado ao Comitê de Auditoria Estatutário da BR e se encontra sob responsabilidade direta da área de Auditoria, Compliance e Ouvidoria. A ferramenta tem por princípio garantir o caráter sigiloso da denúncia, bem como o anonimato e a não retaliação do denunciante. Estimulamos nossos empregados e demais públicos de interesse a relatar irregularidades e transgressões às normas. Os

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

registros podem ser feitos de forma identificada ou anônima, por contato telefônico ou formulário eletrônico.

Em prosseguimento ao projeto de adequação dos nossos processos e atividades à Lei 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), destacamos às seguintes ações:

Contratação de consultoria para apoiar no projeto, incluindo as seguintes etapas: (i) GAP Assessment; (ii) Acompanhamento das recomendações de melhoria sugeridas no relatório do GAP Assessment; (iii)Avaliação da Maturidade do Programa de Privacidade da BR (etapa prevista para 2021);

Aprovação da Política de Privacidade da BR e da Política de Cookies atualizadas de acordo com a LGPD (https://www.br.com.br/pc/portal-da-privacidade-da-br);

Implementação de canal exclusivo para o atendimento de requisição dos direitos dos Titulares previstos na LGPD (https://www.br.com.br/pc/portal-da-privacidade-da-br);

Aprovação de Diretriz Interna de tratamento de dados pessoais pela BR;

Adoção de cláusulas para tratamento de dados pessoais nas minutas padrão de contrato de prestação de serviços e contratos comerciais;

Ativação de EAD sobre o tratamento de dados pessoais destinado para todos os colaboradores BR;

Ações de Comunicação para os colaboradores, prestadores e serviços e parceiros comerciais sobre o tema privacidade e LGPD;

Atualização das atribuições dos Agentes de Integridade das áreas de negócios para incluir as responsabilidades no apoio da disseminação da cultura de privacidade, adequado tratamento de dados pessoais e suporte operacional.

Em se tratando de riscos corporativos, a Matriz de Riscos Corporativa foi atualizada ao longo de 2020, resultando em mudança de severidade para determinados riscos com

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

base na avaliação da efetividade de controles e análise de cenários do mercado. Cabe destacar que os efeitos da pandemia foram considerados para avaliação e mapeamento de riscos.

Adicionalmente, iniciou-se um aprofundamento na análise dos Fatores de Riscos de maior severidade da Companhia para identificação da Causa Raiz, fato que minimiza a probabilidade de ocorrência bem como reduz o impacto dos riscos em casos de materialização. Destaca-se também o acompanhamento de ações relacionadas aos Riscos de Negócio e dos Planos de Ação (controles) para os Riscos de Processo junto às áreas gestoras.

Ademais, foram elaboradas análises de risco qualitativas e quantitativas, incluindo Projetos de M&A, negociações comerciais, ampliação de bases, cenários de Sourcing, gestão das marcas, otimizações de compra de produtos e contratações, árvores de decisão para avaliação do risco jurídico e acordos trabalhistas.

Com relação às atividades de controles internos, novas melhores práticas foram elaboradas para mitigação de riscos, considerando novos segmentos de atuação da BR e otimização de processos já existentes. A área de Controles Internos assessorou os gestores, identificando e avaliando mudanças e riscos que pudessem afetar o sistema de controles da Companhia. Adicionalmente, a automatização de inúmeros controles foi proposta e implementada, minimizando erros de execução e contribuindo para melhoria de eficácia e eficiência das operações da Companhia.

Cabe destacar que a área de Controles Internos contribui para a realização dos objetivos da BR promovendo confiabilidade dos relatórios financeiros, e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Por fim, cumpre registrar que disseminamos a cultura de gestão de riscos, conformidade e controles internos, por meio de ações de comunicação e realização de treinamentos dirigidos aos administradores e à força de trabalho da Companhia.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

O montante total distribuído à conta de dividendos, incluindo, portanto, o valor a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, tanto em relação à juros sobre capital próprio já declarados quanto a título de dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021 ("AGO"), é de R$2.305.206.951,34, equivalentes a aproximadamente 1,98 por ação ordinária, conforme discriminado na tabela abaixo:

Descrição	Data da Pagamento	Valor Bruto por ação (R$)	Valor Total Bruto (R$)
Juros sobre capital próprio já declarados e quitados	12/01/2021	0,42757683954	498.127.018,06
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório e parte dos dividendos adicionais serem declarados na AGO	até 30/04/2021	0,94420600858	1.100.000.000,00
Parcela restante dos dividendos adicionais propostos a serem declarados na AGO	até 31/12/2021	0,60693556505	707.079.933,28
Total	-	1,97871841317	2.305.206.951,34

O montante equivalente a juros sobre capital próprio indicado na tabela acima foi declarado tendo como base a posição acionária verificada em 21 de dezembro de 2020 e foi pago no dia 12 de janeiro de 2021. Tal montante equivalente a juros sobre capital próprio foi atualizado monetariamente a partir do encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC. A legislação do imposto de renda em vigor equipara essa atualização a um rendimento de aplicação financeira em renda fixa, sujeito à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, com base na tabela regressiva.

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Vale ressaltar que o valor total bruto de R$498.127.018,06 indicado na tabela acima será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei 9.249, de 26/12/1995 e em consonância com o artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Guia de Conduta e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O Art. 23 XI. do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Durante o ano de 2020, a KPMG Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa na Petrobras Distribuidora.

RESULTADOS E NEGÓCIOS

Análise do desempenho financeiro de 2020

Medições não contábeis - EBITDA, EBITDA Ajustado e margem EBITDA ajustado

Desde 1º de janeiro de 2013, a Companhia calcula seu EBITDA, de acordo com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012.

O EBITDA ajustado é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da amortização das bonificações antecipadas a clientes, perdas de crédito esperadas do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), gastos com anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras, operações de hedge de commodities em andamento, alienação de participação societária, indenização - concessão do Espírito Santo e remensuração do passivo atuarial - plano de pensão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

A margem EBITDA ajustada é um índice calculado por meio da divisão do EBITDA ajustado pelo volume de produtos vendidos. A Companhia utiliza a margem EBITDA ajustada por entender ser um bom indicador da rentabilidade de seus segmentos de negócios.

Reconciliação do EBITDA	Consolidado				
R$ milhões	4T20	4T19	3T20	2020	2019
Composição do EBITDA					
Lucro Líquido	3.148	96	335	3.905	2.211
Resultado financeiro líquido	(261)	27	(22)	(264)	(1.990)
Imposto de renda e contribuição social	400	(96)	211	925	1.092
Depreciação e amortização	134	146	132	537	528
EBITDA	**3.421**	**173**	**656**	**5.103**	**1.841**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Setor Elétrico (Sistema Isolado e Interligado)	-	-	-	(1)	(12)
Perdas e provisões com processos judiciais e administrativos	(23)	14	16	(49)	109
Amortização de bonificações antecipadas concedidas a clientes	183	139	148	638	513
Planos de desligamento	-	330	-	(2)	311
Remensuração atuarial - Plano de Saúde	(2.132)	-	-	(2.132)	-
Verbas Rescisórias (Plano de desligamento Optativo e Executivo)	-	173	-	-	173
Abono por repactuação salarial - Plano de Transformação Organizacional	30	55	12	63	55
Gastos com consultoria - Plano de Transformação Organizacional	-	11	-	-	11
Programa de Anistias Fiscais	9	4	-	20	4
Operações de hedge de commodities em andamento	109	36	(75)	50	67
Ganho com indenização de contrato de concessão do Gás do ES	-	-	(117)	(117)	-
Resultado com alienação - Stratura	-	-	152	152	-
Despesas tributárias sobre resultado financeiro	19	12	42	86	60
EBITDA AJUSTADO	**1.616**	**947**	**834**	**3.811**	**3.132**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Volumes de vendas (milhões de m³)	10.278	9.929	9.455	36.751	40.181
MARGEM EBITDA AJUSTADA (R$/m³)	**157**	**95**	**88**	**104**	**78**

Desempenho Consolidado 2020

A receita líquida de vendas reduziu 14,2%, passando de R$ 94,985 bilhões em 2019, para R$ 81,501 bilhões em 2020. Esta redução é explicada, principalmente, pela redução de 6,2% nos preços médios de realização, além da redução de 8,5% do volume vendido, bastante impactado pelas medidas restritivas impostas pela pandemia da COVID-19.

O lucro bruto reduziu 25,2%, passando de R$ 5,958 bilhões em 2019, para R$ 4,457 bilhões em 2020, principalmente em função da pandemia da COVID-19 que gerou medidas restritivas, reduzindo o volume vendido em 8,5%. No último trimestre do ano maior seletividade no mix de vendas e constante trabalho nas margens de comercialização, além de maiores ganhos com a estratégia de suprimentos, redução das medidas restritivas da pandemia e o acionamento das térmicas permitiu o aumento do volume vendido em 8,7% considerando igual período do ano anterior. O reposicionamento do diesel, especialmente no mercado consumidor, além da maior demanda de combustíveis pelas térmicas e do retorno do fornecimento de combustível para um importante player da aviação nacional no final do terceiro trimestre de 2020, somados à nova dinâmica do mercado de distribuição de combustíveis e da redução das medidas de isolamento, foram determinantes para o aumento do volume vendido no último trimestre de 2020.

As despesas operacionais ajustadas (tirando os efeitos da recuperação do PIS e COFINS e os gastos com CBIOS) no ano de 2020 reduziram 36,3%, passando de R$ 3,351 bilhões em 2019, para R$ 2,133 bilhões em 2020. Sendo os maiores efeitos na redução de gastos com pessoal e encargos em R$ 454 milhões originado no plano de desligamento optativo, nas reduções dos gastos com frete, gastos com engenharia menores e redução dos gastos com operações e logísticas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

O resultado financeiro apresentou uma redução de R$ 1,726 bilhões, com uma receita líquida de R$ 264 milhões em 2020, contra R$ 1,990 bilhões em 2019, principalmente em função da menor recuperação de créditos do sistema elétrico a partir dos Instrumentos de Confissão de Dívidas. Em 2019 houve quitação do saldo integral do instrumento de confissão de dívida com a Amazonas Energia cujos montantes recebidos ao longo do exercício somaram R$2,154 bilhões, sem correspondência em 2020.

O lucro líquido do exercício cresceu 76,6%, o resultado de R$ 3,905 bilhões é bastante relevante e reflete o empenho dedicado ao melhor gerenciamento do passivo da Companhia e reforça a trajetória de resultados positivos e de rentabilidade que marcam a história de sucesso da Companhia.

O EBITDA ajustado cresceu cerca de 18%, passando a R$ 3,811 bilhões em 2020, de R$ 3,132 bilhões em 2019, representando uma Margem EBITDA Ajustada de R$ 104/m3 em 2020, aumento de 25% em relação a 2019, quando este indicador apresentou resultado de R$ 78/m3. Destacam-se a redução das despesas operacionais em destaque para os gastos com salários e benefícios e fretes, em que pese os desafios enfrentados com a pandemia da COVID-19 que provocou uma redução em nossos volumes de venda em cerca de 8,5% em comparação com 2019.

Desempenho dos Segmentos de Negócios 2020

Rede de postos

Em 2020 aumentamos nossa rede de postos em 205 estações, intensificando nossa estratégia de expansão com rentabilidade e qualidade, aproveitando as oportunidades de embandeiramento de postos bandeira-branca e de implantação de novos negócios.

Dentro do segmento de Rede de Postos destacamos:

Lojas de Conveniência BR Mania

Apesar de 2020 ter sido um ano bastante desafiador para BR Mania em função das restrições governamentais de permanência em loja por conta da pandemia e do próprio comportamento do consumidor que impactou muito a categoria de food service,

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

conseguimos mais que dobrar nossa margem de contribuição, com todas as eficiências realizadas em 2019 com a reestruturação organizacional.

Além disso, esse resultado foi possível devido à versatilidade da rede, que vende tanto para consumo imediato como para consumo futuro. Exploramos bastante nosso calendário promocional e as parcerias de delivery ao longo do ano e, com isso, observamos que os consumidores foram menos vezes às lojas, mas quando foram, gastaram mais. Nosso ticket médio na loja física chegou ao recorde, crescendo 20% em comparação ao ano de 2019. E no delivery o tícket representou 2,8 vezes o valor da loja física.

As categorias de tabaco e vinho se destacaram positivamente, apresentando aumento de 1% e 25%, respectivamente, em comparação a 2019. Já o food service e as bebidas não alcóolicas que normalmente o acompanham caíram 34% e 18%, respectivamente.

O ano de 2020 também foi marcado por importantes renegociações que trazem mais competitividade à nossa proposta de valor perante o franqueado. Destacam-se a negociação com operador logístico do food service, que gerou economia de 12% para a rede, assim como a negociação com nosso parceiro de tecnologia e software de PDV, onde houve uma redução de 33%.

No auge da pandemia, optamos por isentar dois meses de royalty dos franqueados, o que nos levou a uma queda de 21% na nossa arrecadação de royalty, mas que foi necessário para suportar a nossa rede num momento de muitas incertezas e lockdown do varejo.

Contudo, conseguimos fechar o ano com 1.132 lojas ativas que, em resultado de same store sales, caíram apenas 8%, resultado superior à média do varejo.

Centros de lubrificação Lubrax+

Apesar dos grandes desafios do ano de 2020, ampliamos nossa rede de franquias Lubrax+ para 1.665 unidades. Até o mês de agosto a rede foi fortemente impactada com a crise relacionada à pandemia da COVID-19, com redução de mais de 50% das vendas, mas conseguimos recuperar parcialmente e fechamos o ano com 30% de queda

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

no faturamento. Como apoio aos franqueados no enfrentamento da crise, aplicamos isenção nas cobranças mensais dos royalties e fundo de marketing nos meses mais críticos da pandemia.

O destaque no ano foi a capacidade de expansão da rede. Até o mês de julho houve redução de 53 unidades na rede, porém a partir de agosto aceleramos fortemente o ritmo de inaugurações e fechamos o ano com um saldo positivo de 26 unidades em comparação a dezembro de 2019.

Em 2020 tivemos também algumas novidades na franquia Lubrax+: implantamos a nova imagem, mais atrativa e moderna, reforçando os valores e diferenciais da franquia e incorporando melhorias operacionais e de atendimento e vendas, tudo isso com um custo menor de implantação. Além disso, lançamos o programa de rebates de Lubrax+ por faixa de faturamento, reforçamos os investimentos em mídia digital para divulgação da franquia, intensificamos as ações promocionais e de incentivos de vendas para os lubrificadores e renovamos acordos comerciais com os principais parceiros da franquia.

Rede de excelência Siga Bem

A Rede Siga Bem é a rede rodoviária de excelência da BR, localizada nas principais rodovias brasileiras, que oferece estrutura completa de atendimento e serviços dedicados aos caminhoneiros.

No ano de 2020, a Rede Siga Bem cresceu 8%, chegando a 113 postos em dezembro, representando mais de 30% do volume total de diesel rodoviário comercializado pela BR. Investimos fortemente em ações de apoio e de prevenção à COVID-19, distribuindo gratuitamente refeições, máscaras e frascos de álcool gel para mais de 80 mil caminhoneiros na Rede Siga Bem.

Adicionalmente, iniciamos em junho de 2020 na Rede Siga Bem, em parceria com a Iveco, a 29ª edição da Gincana do Caminhoneiro, maior ação de marketing das estradas brasileiras, levando aos caminhoneiros orientações de segurança na estrada, testes rápidos de saúde, aplicação de vacinas e a realização da gincana de testes que premiará o melhor caminhoneiro com um caminhão Iveco zero Km.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Desempenho da Rede de Postos

A receita líquida ajustada da Rede de Postos reduziu em 10,1%, passando a R$ 50,813 bilhões em 2020, de R$ 56,524 bilhões em 2019. Esta redução é explicada principalmente em função dos menores preços médios de realização (-4,6%) e a redução do volume de -5,7%.

O lucro bruto ajustado diminuiu em 22,7%, passando a R$ 2,527 bilhões em 2020, de R$ 3,270 bilhões em 2019. Esta redução é explicada principalmente pela redução de 8,3% do volume vendido do ciclo otto, redução de 2,3% no volume vendido de diesel e menor margem de realização.

As despesas operacionais totais ajustadas reduziram 34,6%, passando a R$ 818 milhões em 2020, de R$ 1,251 bilhões em 2019, principalmente em razão menores gastos com Perdas de Créditos Esperadas (R$ 66 milhões), menores gastos com frete (R$ 44 milhões) e com Serviços Contratados (R$ 21 milhões), além da receita oriunda de operações de hedge (R$ 229 milhões).

O EBITDA ajustado apresentou redução de 15,4%, passando a R$ 1,709 bilhões em 2020, de R$ 2,019 bilhões em 2019, em decorrência principalmente da redução de 22,7% do lucro bruto. A margem EBITDA ajustada apresentou redução de 10,2%, passando a R$ 81/m3 em 2020, de R$ 90/m3 em 2019.

A Rede de Postos representa aproximadamente 62% das Receitas Liquidas Ajustadas e 45% do EBITDA ajustado total da Companhia.

B2B

Somos líderes no segmento B2B com 36,5% de market share. Atendemos cerca de 80% das 100 maiores empresas do Brasil (Fonte: Revista Exame) com um portfólio amplo de combustíveis claros, óleo combustível, coque, energia, produtos químicos e lubrificante.

Em 2020, atendemos cerca de 16,0 mil clientes, resultando em 13,6 milhões de m^3 de produtos vendidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

O EBITDA Ajustado B2B acumulado, em 2020, reduziu 4,5% em relação a 2019.

Os negócios desse segmento, apresentaram, em 2020, uma diminuição no lucro bruto ajustado de aproximadamente 13,3% em relação a 2019. Esse resultado contribuiu para um EBITDA ajustado de R$ 1,371 bilhões, o que representou um decréscimo da ordem de 7,1% em relação ao ano anterior.

Analisando o resultado consolidado da área de mercado consumidor, tivemos uma redução de 13,3% no lucro bruto ajustado frente a 2019, passando a R$ 2,094 bilhões em 2020. O EBITDA ajustado apresentou redução de 14,7%, passando de R$ 1,435 bilhões em 2019 para R$ 1,371 bilhões em 2020. O impacto nos resultados pode ser justificado, principalmente, pela redução de 4,4% do volume de produtos vendidos impactado pelas medidas de restrição impostas pela pandemia da COVID-19, parcialmente compensado pelo maior despacho para térmicas e pela redução nas despesas operacionais ajustadas da ordem de 26,2% frente a 2019, passando para R$ 723 milhões em 2020.

Mercado de Aviação

Somos líderes no segmento de aviação com 71,9% de market share. Estamos presentes em 90 unidades distribuídas por todas as regiões do país e possuímos uma carteira de mais de 1900 clientes ativos.

Em 2020, realizamos, aproximadamente, 39 mil operações de abastecimento de aeronaves por mês, em atendimento aos nossos clientes em todo o território nacional.

O mercado apresentou queda na ordem de 49,0% em comparação a 2019. O início da pandemia, a partir de março de 2020, foi o principal motivo para a redução do volume em relação a 2019. Nesse contexto, o volume de vendas da BR, no segmento de aviação, sofreu uma redução de 42,1%.

O motivo pela queda tão acentuada do mercado está diretamente ligado ao efeito da pandemia da COVID-19 que impactou o mercado brasileiro a partir de março de 2020, com lockdown decretado em diversos estados do país. Nesse contexto, o volume de vendas da BR, no segmento de aviação, sofreu uma redução de 42,1%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

A margem EBITDA ajustada alcançou R$ 52/m3, 49% inferior ao resultado de 2019. Impactado pela piora na margem, o EBITDA ajustado de 2020 foi de R$ 110 milhões frente a R$ 373 milhões em 2019. Esse resultado é reflexo da redução de 40,6% no lucro bruto ajustado, passando a R$ 474 milhões em 2020, impactado pela redução do volume, fruto da pandemia da COVID-19. Parte desse impacto no EBITDA ajustado foi compensado, parcialmente, pela redução de cerca de 14% nas despesas operacionais totais ajustadas.

Endividamento

O endividamento bruto consolidado da Companhia, após Instrumento Derivativo (swap), alcançou no período findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$ 8,049 bilhões, 18,8% acima da posição em 31 de dezembro de 2019 principalmente pelos efeitos:

- Rolagem R$ 3,518 bilhões das Debêntures – Itaú com vencimento em abril/2020, através do aditamento da escritura de emissão das Debêntures com o objetivo de alterar o vencimento de R$ 750 milhões; E através de novas captações no valor total de R$2,733 bilhões.
- Captações de curto prazo realizadas em março e abril/20, no início da pandemia da COVID-19 no valor aproximado de R$ 2,0 bilhões;

Em função das captações de curto prazo, a Companhia possuía 27,3% da dívida bruta no passivo circulante em 31 de dezembro 2020.

Além disso, encerramos o exercício de 2020 com uma dívida líquida de R$ 4,691 bilhões, montante 6,3% acima da dívida líquida do exercício anterior de R$ 4,413 bilhões.

O custo médio da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de 4,8% a.a. (6,0 % a.a. em 31 de dezembro de 2019). Os principais fatores na redução, foram a queda da taxa Selic e principalmente pela nossa gestão de passivos.

Capex e embandeiramentos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Realizamos, juntamente com nossas controladas, R$ 626 milhões em Capex, concentrados na manutenção das infraestruturas operacional e varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2020.

Investimentos em Capex (R$ Milhões)	2020	%
Ampliação e Melhorias de Terminais, Bases e demais instalações Operacionais	279	44%
Manutenção e Ampliação da Rede de Postos	57	9%
Ampliação da Fábrica de Lubrificantes	80	13%
Obras e Instalações em Clientes Consumidores	23	4%
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	11	2%
Expansão da rede de Gás Natural / ES	6	1%
Tecnologia de Informação	146	23%
Outros Investimentos	24	4%
Total	**626**	**100%**

Para a expansão da rede de postos de serviços em 152 novas estações e renovações contratuais, a Companhia investiu R$ 826 milhões em 2020, sendo R$ 470 milhões em bonificações antecipadas, R$ 323 milhões em bonificações por performance e R$ 33 milhões em financiamentos ressarcível.

Renovabio

A partir de 2020, foi efetivamente implementada a Política Nacional dos Biocombustíveis (Renovabio), instituída pela Lei no. 13.576/2017, que para incentivar a produção de biocombustíveis e reduzir a emissão de carbonos, apresenta como principal instrumento a criação de um mercado de crédito de carbono e metas definidas para sua execução, tendo em vista o volume comercializado de combustíveis fósseis por cada distribuidora de combustíveis, a qual é a única parte obrigada a compensar as emissões destes combustíveis, por meio de aquisição de CBIO (Certificados de Descarbonização) neste novo mercado, cuja negociação ocorre no âmbito da B3.

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

Os CBIO são emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis devidamente certificados de acordo com a eficiência para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil.

Ao mesmo tempo que apoiamos a iniciativa do Renovabio, estamos participando ativamente de discussões com os órgãos responsáveis com o objetivo de implementar ajustes e melhorias na execução do Programa.

Assim, cumprindo integralmente sua obrigação legal de aquisição de CBIO para o ano de 2020, a Companhia adquiriu estes Certificados na forma e no prazo previstos nas normas, no total de 4.040.538 (quatro milhões, quarenta mil, quinhentos e trinta e oito) CBIO, correspondente ao montante de R$ 190.168.374,98 (cento e noventa milhões, cento e sessenta e oito reais, trezentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavo).

Em 28/12/2020, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou a meta preliminar da BR para 2021, na quantidade de 6.543.316 (seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil e trezentos e dezesseis) CBIOs, que representa 26% da meta total do Brasil. A meta definitiva para o ano de 2021 será disponibilizada por esta agência em 31/03/2021.

Gestão de ativos investidos 2020

STRATURA

Em cumprimento ao nosso cronograma de desinvestimentos, foi finalizada a alienação de 100% da Stratura Asfaltos S.A., empresa controlada, que produz e comercializa produtos asfálticos para a Bitumina do Brasil Participações Ltda (“Comprador”), sociedade brasileira controlada pela Bitumina Industries Ltd., com sede administrativa em Londres, no Reino Unido.

ES GÁS

Em 22 de julho de 2020, foi firmado entre a Companhia de Gás do Espírito Santo (“ES Gás”) e o Estado do Espírito Santo, Contrato de Concessão de gás natural permitindo que a ES Gás como concessionária estadual de gás natural por 25 anos, tendo assumido os serviços de distribuição a partir de 01 de agosto de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Petrobras Distribuidora S.A.
Relatório da Administração

CDGN

Após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), foi finalizada, em 05/06/2020, a venda da totalidade da participação societária da BR na empresa CDGN Logística S.A. (CDGN) para o MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

TARGUS

Em 25/11/2020, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças das empresas Targus Comercializadora de Energia Ltda e Targus Serviços de Energia Ltda ("Targus Energia") com o objetivo de atuar no segmento de comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. O mercado livre, onde atuam as comercializadoras de energia, representa hoje pouco mais de 30% do consumo energético do país, com grande potencial de crescimento para os próximos anos. A consumação da operação está sujeita à aprovação da operação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR") é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

1.2 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da "Operação Lava Jato", não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014 (R$23). A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

De janeiro até dezembro de 2020, não ocorreram ressarcimentos provenientes de acordos de leniência celebrados com pessoas jurídicas (R$3 em 2019).

1.3 Impactos causados pela COVID-19 nas demonstrações financeiras

Diante da decretação pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 do estado de pandemia referente ao COVID-19, a Companhia acionou seu Comitê de Crise. Desde então seguimos com as medidas mitigadoras buscando a estabilidade de nossas operações, a normalidade no atendimento aos clientes e a preservação da saúde e bem-estar de colaboradores diretos e indiretos. A partir da Sala de Crise também monitoramos as medidas implementadas, abrangendo a adaptação a novas formas de trabalho, novos protocolos e cuidados operacionais, novas formas de interação com clientes e novos processos administrativos.

Colocamos em home office todos os nossos trabalhadores cujas atividades podem ser desempenhadas remotamente. E em prol da segurança dos nossos empregados que estão dedicados a atividades que necessariamente precisam ser realizadas presencialmente, reduzimos o efetivo para minimizar a circulação de pessoas em nossas unidades operacionais, e orientamos a observância do distanciamento seguro entre as pessoas. Oferecemos soluções de transporte para evitar o uso de transporte público por nossos colaboradores que permanecem nas atividades operacionais. Também reforçamos as medidas de higiene e limpeza em nossas instalações e elaboramos planos de contingência para cada unidade para mitigação de riscos de impacto operacional. Utilizamos a nossa cadeia de abastecimento para ajudar na segurança de motoristas de caminhões-tanque, operadores de abastecimento, frentistas e toda a equipe dos postos.

Medidas de resiliência

A partir do 3T20, a Companhia observou uma gradual recuperação nas vendas, em relação ao 1T20, o que tem acompanhado a contínua retomada da circulação de pessoas, em especial em algumas das principais metrópoles do país. No trimestre atual, a receita de vendas da BR de diesel, gasolina e etanol, principais produtos para a mobilidade urbana, foi 19% superior ao verificado no 1º trimestre, o que representa um aumento de receita de

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

R$4.135 para este grupo. Em que pese esta recuperação, em relação ao ano de 2019 a Companhia apresentou uma redução de 10%, ou seja, R$ 9.786.

As vendas de querosene de aviação continuam com uma lenta recuperação, tendo performado no 4T20 27% abaixo do 1º trimestre (de R$2.350 no 1T20 para R$1.722 no 4T20). Comparativamente ao ano de 2019, as receitas com este setor reduziram 47% (R$4.676).

Nesse contexto, foram importantes as medidas adotadas desde o início da crise, como forma de preservação do caixa e reforço de liquidez, tais como contingenciamento de despesas e capex, bem como captações adicionais de instrumentos de dívida de cerca de R$ 2.000. Desses instrumentos, aproximadamente R$ 1.500 foram captados já durante o segundo trimestre (Nota 14). Estas captações foram adicionais ao Liability Management já realizado para fins da rolagem da debênture vincenda em abril de 2020 e tiveram um caráter preventivo em face das incertezas trazidas pela pandemia, como forma de assegurar um maior nível de liquidez no curto prazo (todos com prazos contratados de até 1 ano).

O contexto da pandemia trouxe ainda desafios adicionais em função de seus impactos nas condições de liquidez de curto prazo de parte de nossos clientes. Implementamos neste período diversas medidas com vistas a também fortalecê-los, através da postergação de cobrança de aluguéis em postos próprios, suspensão temporária de pagamento de royalties e fundo marketing, condições favoráveis para antecipação de recebíveis, entre diversas outras medidas. Além disso, avaliamos individualmente a situação de cada cliente e renegociamos condições comerciais e de pagamentos de maneira a adequá-las ao contexto do mercado.

Efeitos nas demonstrações financeiras

No segmento de aviação, onde temos uma presença preponderante no fornecimento de combustíveis, as restrições a viagens e circulação de pessoas naturalmente afetaram de maneira significativa o tamanho das operações das principais companhias. Temos mantido junto a nossos principais clientes um diálogo próximo, de maneira a alcançarmos as melhores soluções de continuidade operacional e financeira. A redução brusca de demanda neste segmento, embora seguida de significativo contingenciamento de despesas, gerou importante deseconomia de escala, o que afetou nossas margens consolidadas no período. Acreditamos no potencial de recuperação do segmento à medida que gradualmente se reduzam os efeitos da pandemia e pensamos estar bem posicionados para esta retomada. Em que pese nossa expectativa positiva, a Companhia elevou as perdas esperadas em relação final do exercício de 2019 para este grupo de clientes (nota 28.3). Assim sendo, o saldo das perdas de crédito esperadas para este segmento em 31 de dezembro de 2020 é de R$137 contra R$75 em 31 de dezembro de 2019.

A Administração entende que os ativos fiscais diferidos e os ativos de longo prazo são recuperáveis economicamente e, portanto, não há necessidade de reconhecer provisões adicionais para perdas de ativos não financeiros. Também não há efeitos materiais adversos nas operações da Companhia que ponham em dúvida o pressuposto de sua continuidade operacional.

Seguimos acompanhando de perto a evolução da demanda e as dinâmicas próprias de cada mercado, bem como nos adaptando às possíveis novas tendências nos hábitos de consumo.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de março de 2021, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas investidas, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas de crédito esperadas – nota 7
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível – nota 11 e 12
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível - nota 11 e 12
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - nota 16
- Benefícios concedidos a empregados (planos de pensão e saúde) - nota 19
- Processos judiciais, administrativos e contingências - nota 25
- Provisão para créditos de descarbonização – nota 22.4

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As políticas contábeis significativas estão descritas nas respectivas notas explicativas.

5 Novos pronunciamentos contábeis

A seguir são apresentadas as principais alterações e novas normas que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2020.

Data de vigência	Novas normas ou alterações	Descrição
1º de janeiro de 2021 (aplicação retrospectiva)	Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)	Estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, encerrando os endereçamentos da "Reforma da Taxa de Juros de Referência" com tratamento de mudanças nos fluxos de caixa, requisitos de contabilidade de hedge e divulgações.
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)	Esclarece que os custos diretos de cumprimento de um contrato incluem os custos incrementais e outros custos diretamente relacionados com o cumprimento dos contratos. Antes de reconhecer uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável ocorrida nos ativos usados para o cumprimento do contrato.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Data de vigência	Novas normas ou alterações	Descrição
1º de janeiro de 2022 (aplicação retrospectiva)	Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)	Proíbe uma entidade de deduzir do custo de um item do imobilizado quaisquer receitas recebidas pelas vendas de itens produzidos enquanto a entidade está preparando o ativo para o uso pretendido.
1º de janeiro de 2022 (aplicação prospectiva)	Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020	Refere-se às seguintes atualizações: IFRS 9 - taxas a serem consideradas no teste para desreconhecimento de passivos financeiros; IFRS 16 - alteração do exemplo ilustrativo 13; IFRS 1 – simplificação da aplicação da norma por uma subsidiária que se torne adotante de IFRS pela primeira vez após a sua controladora; e IAS 41 - fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo.
1º de janeiro de 2022 (aplicação prospectiva)	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)	Atualiza a referência à Estrutura Conceitual e adiciona exceção para o reconhecimento de obrigações no âmbito do IAS 37 e IFRIC 21. As alterações também confirmam que os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em uma combinação de negócios.
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)	Esclarece que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existam na data do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos que ocorram após a data de relatório.
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro).	Emitido como substituto do IFRS 4 Seguros (CPC 11 - Contratos de Seguro). Estabelece requisitos de reconhecimento e divulgação que permita a avaliação dos efeitos que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção destas normas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	50	239	50	238
Aplicações financeiras				
No pais	3.283	2.010	3.121	1.763
No exterior	25	113	25	113
Total	**3.358**	**2.362**	**3.196**	**2.114**

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados predominantemente em títulos públicos federais brasileiros, e a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de bancos de primeira linha. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior referem-se a aplicações de recurso no *Overnight*.

A Companhia reforçou sua posição financeira concluindo no exercício negociações referentes a captações de recursos (nota 14).

⇒ *Política contábil*

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

7 Contas a receber, líquidas

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Partes relacionadas (nota 29)				
Setor elétrico - Sistema isolado (nota 7.2)	206	632	206	632
Clientes governo federal	89	93	89	93
Empresas da Companhia e do Sistema Petrobras	301	216	640	500
Total partes relacionadas	**596**	**941**	**935**	**1.225**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber	6.413	6.390	6.413	6.217
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 7.2)	1.008	1.020	1.008	1.020
Total terceiros	**7.421**	**7.410**	**7.421**	**7.237**
Total das contas a receber (nota 7.1)	**8.017**	**8.351**	**8.356**	**8.462**
Recebíveis de contratos com clientes	6.511	7.061	6.511	6.889
Outras contas a receber	1.506	1.290	1.845	1.573
Financiamentos a receber	1.398	1.247	1.398	1.247
Adiantamentos	-	-	339	283
Recebíveis por desinvestimentos	69	-	69	-
Outros	39	43	39	43
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(3.241)	(3.259)	(3.241)	(3.200)
Partes relacionadas	(27)	(25)	(27)	(25)
Total das perdas de crédito esperadas	**(3.268)**	**(3.284)**	**(3.268)**	**(3.225)**
Contas a receber - líquidas	**4.749**	**5.067**	**5.088**	**5.237**
Contas a receber (circulante), líquidas	3.997	4.475	4.336	4.649
Contas a receber (não circulante), líquidas	752	592	752	588

	Consolidado		Controladora	
Mutação das perdas de crédito esperadas	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	**(3.284)**	**(3.371)**	**(3.225)**	**(3.307)**
(Adições)/Reversões, líquidas	(79)	(79)	(67)	(84)
Baixas	24	27	24	27
Baixa pela venda da Stratura	71	-	-	-
Desreconhecimento (*)	-	139	-	139
Saldo final	**(3.268)**	**(3.284)**	**(3.268)**	**(3.225)**
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.284)	(2.293)	(2.284)	(2.241)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(984)	(991)	(984)	(984)

(*) Em 2019, houve o desreconhecimento do contas a receber, pelo acordo celebrado junto ao Grupo Bolognesi no montante de R$ 139, sem impacto no resultado.

A Companhia apresenta R$ 3.141 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R$ 3.148 no consolidado e R$ 3.073 na controladora em 31 de dezembro de 2019). A Companhia efetuou provisão para a totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

Os saldos de precatórios (R$ 23) e os valores a receber referente ao "*earn-out*" da operação de venda da participação societária na Stratura (R$ 61) estão mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	2020			2019		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	61	(17)	44	179	(28)	151
De 3 a 6 meses	76	(71)	5	49	(18)	31
De 6 a 12 meses	82	(25)	57	59	(29)	30
Acima de 12 meses	3.263	(3.129)	134	3.337	(3.188)	149
Total	**3.482**	**(3.242)**	**240**	**3.624**	**(3.263)**	**361**
A vencer	4.535	(26)	4.509	4.727	(21)	4.706
Total	**8.017**	**(3.268)**	**4.749**	**8.351**	**(3.284)**	**5.067**

	Controladora					
	2020			2019		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	61	(17)	44	167	(26)	141
De 3 a 6 meses	76	(71)	5	48	(18)	30
De 6 a 12 meses	82	(25)	57	57	(27)	30
Acima de 12 meses	3.263	(3.129)	134	3.276	(3.135)	141
Total	**3.482**	**(3.242)**	**240**	**3.548**	**(3.206)**	**342**
A vencer	4.874	(26)	4.848	4.914	(19)	4.895
Total	**8.356**	**(3.268)**	**5.088**	**8.462**	**(3.225)**	**5.237**

7.2 Composição - Setor elétrico (Sistema isolado)

	A vencer	Vencido	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Sistema Eletrobras					
Eletrobras	205	-	205	-	205
Centrais Elétricas do Norte do Brasil	-	1	1	(1)	-
	205	**1**	**206**	**(1)**	**205**
Terceiros					
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	-	826	826	(826)	-
Rio Amazonas Energia S/A	-	103	103	(103)	-
Cia Energética de Roraima	-	47	47	(47)	-
Outros	25	7	32	(7)	25
	25	**983**	**1.008**	**(983)**	**25**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**230**	**984**	**1.214**	**(984)**	**230**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**667**	**985**	**1.652**	**(985)**	**667**

7.3 Movimentação das contas a receber de clientes - Setor elétrico (Sistema isolado – Sistema Eletrobras e Terceiros)

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Fornecimento corrente	ICD 2014 e 2013	ICD 2018	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14	94	1.010	1.118
Faturamento	336	-	-	336
Recebimento	(327)	(19)	(2.676)	(3.022)
Atualização monetária	-	5	56	61
Reversão de perdas de crédito esperadas	15	3	1	19
Recuperação de créditos	-	-	2.154	2.154
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**38**	**83**	**545**	**666**
Faturamento	389	-	-	389
Recebimento	(402)	(16)	(425)	(843)
Atualização monetária	-	2	15	17
(Constituição) reversão de perdas de crédito esperadas	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**25**	**69**	**136**	**230**

A Companhia celebrou com a Eletrobras e suas concessionárias de distribuição de energia, em 30 de abril de 2018, instrumentos contratuais para recomposição das garantias previstas nos CCDs 2014 e novos CCDs (CCDs 2018) abrangendo os recebíveis cobrados judicialmente. Adicionalmente, as partes também celebraram Instrumentos de Assunção de Dívidas, onde uma significativa parcela da dívida seria assumida pela Eletrobras em caso de privatização das distribuidoras.

Assim sendo, em 2018, com a privatização das distribuidoras Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Eletricidade do Acre (Eletroacre) e Boa Vista Energia, a Eletrobras assumiu integralmente a dívida da Boa Vista e parte das dívidas da Eletroacre e Ceron. A parcela da dívida que permaneceu na Ceron e na Eletroacre, foi quitada antecipadamente pela Energisa.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a receber com a Eletrobras totaliza R$205.

Em relação ao contrato com a Amazonas Energia, em setembro de 2019, o montante total foi quitado antecipadamente, tendo a Companhia reconhecido uma receita financeira de R$1.446, que representou um deságio de 6% em relação ao saldo atualizado até a data do pagamento.

⇒ *Política contábil*

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento de 180 e 360 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita (nota 21). Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desreconhecidos do contas a receber da Companhia.

Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes. Na avaliação do aumento do risco de crédito, a Companhia considera as informações sobre atrasos nos pagamentos e indicadores de classificação de crédito externo (nota 28.3.1).

As contas a receber com garantias não integram a matriz de provisões para cálculo das perdas de crédito esperadas.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	461	452	461	452
Óleo diesel	1.165	1.265	1.165	1.265
Óleo combustível	179	242	179	242
Querosene de Aviação	166	218	166	218
Lubrificantes	165	158	165	158
Outros	106	151	106	147
Biocombustíveis (*)	924	663	924	663
	3.166	3.149	3.166	3.145
Outros produtos	379	263	379	245
Total	**3.545**	**3.412**	**3.545**	**3.390**

(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R$204 em 31 de dezembro de 2020 e R$209 em 31 de dezembro de 2019.

⇒ *Política contábil*

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2018	Adições	Baixa / apropriação	2019	Adições	Baixa / apropriação	2020
2.058	991	(519)	2.530	467	(652)	2.345
Circulante			**604**			**592**
Não circulante			**1.926**			**1.753**

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 21).

10 Investimentos

10.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas	Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto								Coligada
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Brasil Carbonos	Brasil Supply (a)	Energética Camaçari Muricy II (a)	Pecém Energia (a)	ES Gas	Nordeste I	Nordeste II	Nordeste III	Navegantes	BRF Biorefinos (a)
Ativo											
Ativo circulante	268	24	-	2	4	206	1	19	21	25	-
Ativo Não Circulante	898	102	17	4	4	659	6	18	31	166	22
Total do Ativo	**1.166**	**126**	**17**	**6**	**8**	**865**	**7**	**37**	**52**	**191**	**22**
Passivo											
Passivo circulante	462	10	10	2	3	176	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	668	-	3	-	-	34	5	14	23	126	-
Patrimônio Líquido	36	116	4	4	5	655	2	23	29	65	22
Total do Passivo	**1.166**	**126**	**17**	**6**	**8**	**865**	**7**	**37**	**52**	**191**	**22**
Resultados											
Receita operacional líquida	14	54	-	-	-	392	-	-	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	38	27	-	(1)	(2)	20	-	-	-	(2)	-
Participação no capital total- %	99,01%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	60,02%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	49,00%
Participação no capital votante- %	99,01%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	49,00%

(a) Posição: 30.11.2020

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10.2 Descrição das atividades das controladas

Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

10.3 Descrição da operação em conjunto

Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada e com matriz estabelecida na cidade de Cosmópolis, São Paulo.

O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é comercializado pela própria Companhia diretamente aos seus clientes finais, utilizando-se para tal a estrutura operacional existente no Brasil Carbonos S/A., sem a necessidade de retorno do produto às bases ou terminais.

10.4 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto e coligada

Brasil Supply S.A. - A Sociedade, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prestação de serviços logísticos; de importação e exportação, movimentação de cargas, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos; armazenagem e despacho de demais correlatos à espécie, entre outros serviços. Em 02 de fevereiro de 2017 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Brasil Supply a abertura de processo de pedido de recuperação judicial. A participação acionária da Companhia na Brasil Supply é 0,38%.

Energética Camaçari Muricy II S.A. e Pecém Energética S.A. - Possuem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pelas Usinas Termelétricas Muricy II e pela Usina Termelétrica Pecém II, ambas as construções são na cidade de Dias D'Ávila - BA, e com sede em Salvador - BA. Estas empresas se encontram em fase pré-operacional.

Em 05 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou contrato de compra e venda para alienar suas participações acionárias nas empresas Energética Camaçari Muricy II S.A. e Pecém Energética S.A. (nota 32).

Companhia de Gás do Espírito Santo - Sociedade de economia mista, tendo como sócios a BR e o Estado do Espírito Santo, com sede na cidade de Vitória, destinada à exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, de interesse público, em todo território do Estado do Espírito Santo.

Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - São Sociedades por ações de capital fechado, com único e exclusivo objeto social a exploração, sob regime de arrendamento, de áreas de infraestrutura públicas para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos,

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

especialmente combustíveis e possuem prazos de duração indeterminados. As áreas de exploração são: Navegantes - Porto Organizado de Vitória, Estado do Espírito Santo; Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba.

BRF Biorefino de Lubrificantes S.A. - Tem por objetivo a construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) no Estado do Rio de Janeiro, operação e comercialização de coleta de OLUC para suprimento da planta de rerrefino, aquisição de OLUC e demais insumos necessários à operação da planta de rerrefino e compra e venda de óleo básico rerrefinado (OBR). A BRF encontra-se em fase pré-operacional.

10.5 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controladora							
	2019	Aportes	Redução de capital social (c)	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Baixa por alienação	2020
Controladas								
Stratura	222	-	(7)	3	(1)	-	(217)	-
FII	9	-	-	41	(9)	-	-	41
	231	-	**(7)**	**44**	**(10)**	-	**(217)**	**41**
Operação em conjunto								
Brasil Carbonos (a)	**78**	-	-	**13**	**(14)**	**(1)**	-	**76**
Empreendimentos controlados em conjunto								
Camaçari Muricy II	1	2	-	(1)	-	-	-	2
Pecém Energia	1	2	-	(1)	-	-	-	2
ES GÁS(b)	2	379	-	12	-	-	-	393
Navegantes	22	-	-	(1)	-	-	-	21
Nordeste I	1	-	-	-	-	-	-	1
Nordeste II	4	4	-	-	-	-	-	8
Nordeste III	5	5	-	-	-	-	-	10
	36	**392**	-	**9**	-	-	-	**437**
Coligada								
BRF Biorefinos	**11**	-	-	-	-	-	-	**11**
Total	**356**	**392**	**(7)**	**66**	**(24)**	**(1)**	**(217)**	**565**

	Controladora								
	2018	Aportes	Perda atuarial Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Reclassificação para Ativo mantido para venda	Outros	2019
Controladas									
Stratura	215	-	(1)	8	-	-	-	-	222
FII	-	-	-	13	(4)	-	-	-	9
	215	-	**(1)**	**21**	**(4)**	-	-	-	**231**
Operação em conjunto									
Brasil Carbonos (a)	**73**	-	-	**11**	**(5)**	**(1)**	-	-	**78**
Empreendimentos controlados em conjunto									
Camaçari Muricy II	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Pecém Energia	-	1	-	-	-	-	-	-	1
ES GÁS(b)	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Navegantes	-	22	-	-	-	-	-	-	22
Nordeste I	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Nordeste II	-	4	-	-	-	-	-	-	4
Nordeste III	-	5	-	-	-	-	-	-	5
CDGN	21	-	-	3	-	-	(24)	-	-
	21	**36**	-	**3**	-	-	**(24)**	-	**36**
Coligada									
BRF Biorefinos	**12**	-	-	-	-	-	-	**(1)**	**11**
Total	**321**	**36**	**(1)**	**35**	**(9)**	**(1)**	**(24)**	**(1)**	**356**

(a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R$ 19 (R$20 em 31 de dezembro de 2019) está classificado no imobilizado, no Consolidado.

(b) Aporte por meio da indenização pelos ativos reversíveis.

(c) Redução de capital da Stratura tendo como contrapartida o recebimento de bens pela Companhia.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Venda da participação na Stratura Asfaltos S.A.

No dia 16 de janeiro de 2020, a Companhia assinou, com a empresa Bitumina Industries Ltd, com sede em Dubai, documento que estabelecia exclusividade por 90 (noventa dias) para negociação e as condições gerais para iniciar as discussões de um SPA (Sales Purchase Agreement – Contrato de Compra e Venda) para venda de sua participação de 100% das ações da Stratura Asfaltos S.A (Stratura).

No dia 18 de agosto de 2020, a Companhia realizou a assinatura dos documentos e fechamento da operação de venda da totalidade de sua participação acionária na Stratura à empresa Bitumina do Brasil Participações Ltda. ("Comprador"), sociedade brasileira controlada pela Bitumina Industries Ltd., com sede administrativa em Londres, no Reino Unido ("Operação" ou "Transação").

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis a baixa do investimento no valor de R$217 e a receita da venda da participação de R$65, em Outras Receitas (Despesas), Líquidas. Do valor total da venda da participação da Companhia, R$ 4 foram recebidos no fechamento da Operação e o restante será pago pelo Comprador de acordo com um mecanismo de "*earnout*" atrelado ao desempenho da empresa e à recuperação de créditos tributários.

Os ativos e passivos da Stratura desreconhecidos no Consolidado da Companhia estão apresentados a seguir:

Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	15	Fornecedores	38
Contas a receber, líquidas	147	Impostos e contribuições a recolher	14
Impostos e contribuições a recuperar	132	Empréstimos a pagar	15
Outros ativos circulantes	33	Outras contas e despesas a pagar	14
	327		81
Não circulante		**Não circulante**	
Realizável a longo prazo		Financiamentos	30
Contas a receber, líquidas	4	Empréstimos a pagar	133
Depósitos judiciais	25	Outras contas e despesas a pagar	10
Impostos e contribuições a recuperar	84		173
	113		
		Patrimônio Líquido	
Imobilizado	28	Capital social realizado	209
Intangível	3	Reservas de lucros	8
			217
	471		**471**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ *Política contábil*

Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados nas demonstrações consolidadas.

Controladas
As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto
Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada
Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

11 Imobilizado

	Consolidado					
Custo do imobilizado	**Terrenos**	**Edificações e Benfeitorias**	**Equipamentos e Outros Bens**	**Ativos em Construção**	**Direitos de uso (a)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**313**	**3.764**	**5.168**	**837**	**118**	**10.200**
Adoção inicial CPC 06 (R2) - IFRS 16	-	-	-	-	771	771
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**313**	**3.764**	**5.168**	**837**	**889**	**10.971**
Adições	-	1	141	370	114	626
Baixas	(1)	(2)	(115)	(1)	-	(119)
Transferências (b)	68	80	217	(262)	(106)	(3)
Juros capitalizados	-	-	-	9	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**380**	**3.843**	**5.411**	**953**	**897**	**11.484**
Adições	-	2	157	300	116	575
Baixas	(2)	-	(96)	(1)	(48)	(147)
Transferências (b)	1	83	134	(207)		11
Juros capitalizados	-	-	-	14	-	14
Encerramento contrato Gás ES	-	(1)	(4)	-	(1)	(6)
Baixa pela venda da Stratura	-	(22)	(41)	(1)	-	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**379**	**3.905**	**5.561**	**1.058**	**964**	**11.867**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**(1.230)**	**(3.146)**	**-**	**(27)**	**(4.403)**
Depreciação	-	(129)	(245)	-	(114)	(488)
Baixas	-	1	107	-	-	108
Transferências (b)	-	(4)	(13)	-	19	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(1.362)**	**(3.297)**	**-**	**(122)**	**(4.781)**
Depreciação	-	(134)	(252)	-	(111)	(497)
Baixas	-	-	87	-	15	102
Transferências (b)	-	(1)	(7)	-	-	(8)
Encerramento contrato Gás ES	-	-	4	-	-	4
Baixa pela venda da Stratura	-	8	28	-	-	36
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(1.489)**	**(3.437)**	**-**	**(218)**	**(5.144)**
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2019	**380**	**2.481**	**2.114**	**953**	**775**	**6.703**
Em 31 de dezembro de 2020	**379**	**2.416**	**2.124**	**1.058**	**746**	**6.723**
Tempo de vida útil estimada	n/a	01 a 60 anos	02 a 31 anos	n/a	01 a 25 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 15.

	Controladora					
Custo do imobilizado	**Terrenos**	**Edificações e Benfeitorias**	**Equipamentos e Outros Bens**	**Ativos em Construção**	**Direitos de uso (a)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**307**	**3.380**	**5.080**	**438**	**437**	**9.642**
Adoção inicial CPC 06 (R2) - IFRS 16	-	-	-	-	847	847
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**307**	**3.380**	**5.080**	**438**	**1.284**	**10.489**
Adições	-	1	140	334	118	593
Baixas	(1)	(1)	(113)	(1)	-	(116)
Transferências (b)	67	82	217	(261)	(103)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**373**	**3.462**	**5.324**	**510**	**1.299**	**10.968**
Adições	-	1	156	237	123	517
Baixas	(2)	-	(95)	(2)	(49)	(148)
Transferências (b)	1	90	132	(206)	-	17
Encerramento contrato Gás ES	-	(1)	(4)	-	(1)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**372**	**3.552**	**5.513**	**539**	**1.372**	**11.348**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**(1.182)**	**(3.105)**	**-**	**(62)**	**(4.349)**
Depreciação	-	(121)	(242)	-	(128)	(491)
Baixas	-	1	104	-	-	105
Transferências (b)	-	(4)	(15)	-	19	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(1.306)**	**(3.258)**	**-**	**(171)**	**(4.735)**
Depreciação	-	(127)	(248)	-	(126)	(501)
Baixas	-	-	86	-	15	101
Transferências (b)	-	(2)	(3)	-	-	(5)
Encerramento contrato Gás ES	-	-	4	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(1.435)**	**(3.419)**	**-**	**(282)**	**(5.136)**
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2019	**373**	**2.156**	**2.066**	**510**	**1.128**	**6.233**
Em 31 de dezembro de 2020	**372**	**2.117**	**2.094**	**539**	**1.090**	**6.212**
Tempo de vida útil estimada	n/a	01 a 60 anos	02 a 31 anos	n/a	01 a 60 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 15
(b) Referem-se, basicamente, a transferências entre outros grupos como por exemplo, intangível, mantidos para venda, entre outros.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações (nota 15).

Garantias
Parte do imobilizado da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré, sendo R$13 em 31 de dezembro de 2020 e R$16 em 31 de dezembro de 2019.

Impairment
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos.

⇒ *Política contábil*

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes.

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ *Estimativas e julgamentos*

Vida útil

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Em 2019, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados, tendo como base laudos de avaliadores externos, identificando somente alteração na vida útil de Equipamentos de Proteção e Segurança de 23 para 22 anos.

Considerando que as características dos ativos da Companhia não mudaram de um exercício para o outro, a Companhia optou por manter em 2020 as mesmas vidas úteis praticadas em 2019.

Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

12 Intangível

	Consolidado				
Custo do intangível	**Direitos e Concessões**	**Créditos de Descarbonização**	**Softwares (a)**	**Goodwill (b)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**377**	**-**	**482**	**29**	**888**
Adições (c)	10	-	73	-	83
Transferências	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**388**	**-**	**555**	**29**	**972**
Adições (c)	6	190	141	-	337
Aposentadoria CBIOS	-	(190)	-	-	(190)
Transferências	(1)	-	(1)	-	(2)
Baixas	(7)	-	-	-	(7)
Encerramento contrato Gás ES	(376)	-	-	-	(376)
Baixa pela venda da Stratura	(4)	-	-	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6**	**-**	**695**	**29**	**730**
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(104)**	**-**	**(308)**	**-**	**(412)**
Amortização	(12)	-	(28)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(116)**	**-**	**(336)**	**-**	**(452)**
Amortização	(7)	-	(33)	-	(40)
Transferências	2	-	-	-	2
Baixas	1	-	-	-	1
Encerramento contrato Gás ES	116	-	-	-	116
Baixa pela venda da Stratura	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(3)**	**-**	**(369)**	**-**	**(372)**
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2019	**272**	**-**	**219**	**29**	**520**
Em 31 de dezembro de 2020	**3**	**-**	**326**	**29**	**358**
Tempo de vida útil estimada	10 a 20 anos	Indeterminado	5 a 9 anos	Indeterminado	

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora				
Custo do intangível	Direitos e Concessões	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**372**	**-**	**482**	**29**	**883**
Adições (c)	10	-	72	-	82
Transferências	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**383**	**-**	**554**	**29**	**966**
Adições (c)	6	190	141	-	337
Aposentadoria CBIOS	-	(190)	-	-	(190)
Baixas	(7)	-	-	-	(7)
Encerramento contrato Gás ES	(376)	-	-	-	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6**	**-**	**695**	**29**	**730**
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(101)**	**-**	**(308)**	**-**	**(409)**
Amortização	(12)	-	(28)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(113)**	**-**	**(336)**	**-**	**(449)**
Amortização	(7)	-	(33)	-	(40)
Encerramento contrato Gás ES	116	-	-	-	116
Baixas	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(3)**	**-**	**(369)**	**-**	**(372)**
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2019	**270**	**-**	**218**	**29**	**517**
Em 31 de dezembro de 2020	**3**	**-**	**326**	**29**	**358**
Tempo de vida útil estimada	10 a 20 anos	Indeterminado	9 anos	Indeterminado	

(a) A Companhia apresenta saldo de R$ 179 de *software* em desenvolvimento (R$ 83 em 31 de dezembro de 2019).
(b) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.
(c) Do total de R$ 141 de adições de *softwares* (R$ 73 em 31 de dezembro de 2019), R$ 65 correspondem a desenvolvimento interno (R$ 22 em 31 de dezembro de 2019).

Os ativos intangíveis são representados pelos gastos com direitos e concessões, goodwill, softwares e créditos de descarbonização.

Impairment
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos intangíveis.

12.1 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

Em 22 de julho de 2020 a Diretoria Executiva da Companhia aprovou os termos do contrato de Concessão de gás natural, firmado entre a Companhia de Gás do Espírito Santo ("ES Gás") e o Estado do Espírito Santo. A ES GAS tornou-se a nova concessionária estadual de gás natural por 25 anos, assumindo os serviços de distribuição a partir de 01 de agosto de 2020, que antes eram prestados pela BR.

Nesta mesma data também foi aprovada a indenização cabível à BR pelos ativos reversíveis e sua conversão em ações da ES Gás, no montante de R$ 379 nos termos da Lei 10.955/2018.

As informações da ES Gás estão apresentadas na nota 10.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ *Política contábil*

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos softwares são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

O goodwill, resultante da aquisição de controladas da área de distribuição de combustíveis, é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os Créditos de Descarbonização (CBIOS) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

Vida útil

A vida útil é revista anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Em 2019, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos intangíveis e não identificou necessidade de alteração. Em 2020 a Companhia optou por manter as vidas úteis praticadas em 2019.

A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, que neste caso ocorreu em 31 de julho de 2020.

Impairment

A Companhia avalia os ativos com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

O goodwill tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. Neste caso, a Companhia é considerada como unidade geradora de caixa de acordo com a avaliação da Administração, com base em seu modelo de negócio.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, projetados para os anos de 2021 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 5,5% (7,3% em 2019). A taxa nominal de 2020 e 2019 foi de 9,3% e 9,4%, respectivamente.

As principais premissas são:

- *Preço: curva de preço derivada do Business Plan da Companhia, considerando transações entre partes independentes;*
- *Volume: curvas de demanda de derivados do Business Plan da Companhia; e*
- *Custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.*

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

13 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores				
No país	1.784	1.676	1.814	1.700
No exterior	412	631	412	631
Total	**2.196**	**2.307**	**2.226**	**2.331**

O saldo de Fornecedores no país está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes) e o saldo de Fornecedores no exterior representa, principalmente, a importação de óleo diesel e gasolina.

⇒ *Política contábil*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14 Empréstimos e Financiamentos

	Moeda contratual	Indexadores e taxas de juros contratuais	Vencimento	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Controladora 2020	Controladora 2019
Banco IBM	R$	CDI - 0,37% a.a.	set-20	-	19	-	19
NCE Santander	R$	CDI + 0,85% a.a.	nov-20	-	503	-	503
Banco Rendimento (*)	R$	CDI+0,60% a.m.	jan-21	-	30	-	-
NCE Santander	R$	CDI + 4,50% a.a.	mar-21	211	-	211	-
NCE Santander	R$	CDI + 4,65% a.a.	mar-21	85	-	85	-
NCE Itaú	R$	CDI + 4,05% a.a.	mar-21	203	-	203	-
CCB itaú	R$	CDI + 4,00% a.a.	abr-21	1.013	-	1.013	-
NCE Santander	R$	CDI + 3,85% a.a.	abr-21	314	-	314	-
Bank of China	R$	CDI + 2,50% a.a.	abr-22	86	-	86	-
CRA - 9ª Série (**)	R$	98% do CDI a.a.	jul-22	481	487	481	487
CRI 73 (***)	R$	IPCA + 6,84% a.a.	fev-23	250	309	-	-
CRA - 10ª série (**)	R$	100% do CDI a.a.	jul-24	204	206	204	206
CRI 99 (***)	R$	IPCA + 4,09% a.a.	fev-25	181	208	-	-
Banco Itaú - Debêntures	R$	CDI + 0,89% a.a.	abr-25	753	3.557	753	3.557
CRA - 11ª série (**)	R$	IPCA + 5,59% a.a.	jul-25	309	294	309	294
CRI 100 (***)	R$	IPCA + 4,98% a.a.	fev-32	339	344	-	-
Total no país				**4.429**	**5.957**	**3.659**	**5.066**
NCE MUFG	Ienes	2,08% a.a.	abr-21	125	-	125	-
Loan 4131 JP Morgan	US$	0,91% a.a.	mar-22	325	-	325	-
Loan 4131 JP Morgan	US$	0,92% a.a.	mar-23	325	-	325	-
NCE Citibank	US$	1,22% a.a	fev-25	1.040	-	1.040	-
NCE MUFG	US$	2,08% a.a. até 2021 e 2,18% a.a até 2025	mar-25	350	-	350	-
Loan 4131 Scotiabank	US$	2,19% a.a.	mar-25	1.163	-	1.163	-
Total no exterior				**3.328**	**-**	**3.328**	**-**
Total de financiamentos				**7.757**	**5.957**	**6.987**	**5.066**
Circulante				2.082	4.254	1.980	4.104
Não circulante				5.675	1.703	5.007	962

(*) Baixa pela venda da Stratura
(**) Debêntures – Certificado de Recebíveis do Agronegócio
(***) Certificados de Recebíveis Imobiliários

Prorrogação e quitação de parte das debêntures do Banco Itaú
Em abril de 2020, a Companhia concluiu as aprovações referentes ao aditamento da Escritura das Debêntures da Primeira emissão da Companhia com vencimento em 15/04/2020, deliberado em AGD realizada em 28/02/2020, com o objetivo de prorrogar o vencimento de uma parte do valor principal para 15/04/2025 e alterar a fórmula de cálculo dos juros remuneratórios. Com isso, em 15/04/2020, dos R$ 3.518 do valor principal das Debêntures, a Companhia quitou R$ 2.768 no vencimento e R$ 750 foram renegociados e reclassificados para o passivo não circulante. Os juros remuneratórios da operação foram alterados de 111,57% a.a. do CDI para CDI + 0,89% a.a., a partir de 15/04/2020 e somente para o valor do principal que foi renegociado.

Captações
No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou captações diversas totalizando R$4.713, sendo R$2.848 em moeda estrangeira. Todas as operações de empréstimos em moeda estrangeira (NCE e empréstimos diretos) foram integralmente hedgeadas tanto em valor quanto em vencimentos por meio de contratos de swap celebrados com as respectivas contrapartes (Nota 28.2.1.1).

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Aditamento das operações com indexador Libor
Com a sinalização da extinção da taxa Libor ao final de 2021, a Companhia celebrou o aditamento dos instrumentos de dívidas e contratos de swap atrelados a Libor, com o objetivo de trocar o indexador por uma taxa pré-fixada, evitando assim a necessidade de revisão dos instrumentos ao final de 2021. A mudança não acarretou a necessidade de reversão do swap e não alterou o custo final da operação. Os contratos que tiveram os indexadores alterados no 3º trimestre de 2020 foram: 4131 JP Morgan e NCE Citibank.

14.1 Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamentos

			Consolidado	Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	**41**	**5.483**	**5.524**	**4.580**
Entrada de novos empréstimos	530	-	530	500
Amortização de principal	(15)	(107)	(122)	(10)
Amortização de juros	(11)	(350)	(361)	(308)
Alterações não caixa				
Provisionamento de juros	6	293	299	298
Variações monetárias	-	87	87	6
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	**551**	**5.406**	**5.957**	**5.066**
Entrada de novos empréstimos	1.865	-	1.865	1.865
Amortização de principal	(510)	(2.886)	(3.396)	(3.278)
Amortização de juros	(69)	(190)	(259)	(213)
Baixa pela venda da Stratura	(30)	-	(30)	-
Alterações não caixa				
Provisionamento de juros	104	101	205	205
Variações monetárias	-	87	87	14
Total no país	**1.911**	**2.518**	**4.429**	**3.659**
No exterior				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	-	-	-	-
Entrada de novos empréstimos	2.848	-	2.848	2.848
Amortização de juros	(38)	-	(38)	(38)
Alterações não caixa				
Provisionamento de juros	51	-	51	51
Variação cambial	467	-	467	467
Total no exterior	**3.328**	**-**	**3.328**	**3.328**
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**5.239**	**2.518**	**7.757**	**6.987**

(*) Os financiamentos no exterior tiveram início em 2020.

14.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

								Consolidado	Controladora
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	**-**	**1.947**	**671**	**415**	**623**	**506**	**267**	**4.429**	**3.659**
Indexados a taxas flutuantes	-	1.947	671	415	623	506	267	4.429	3.659
Financiamentos Exterior:	**-**	**135**	**424**	**840**	**515**	**1.414**	**-**	**3.328**	**3.328**
Indexados a taxas flutuantes	-	1	338	754	429	371	-	1.893	1.893
Indexados a taxas fixas	-	134	86	86	86	1.043	-	1.435	1.435
Total em 31 de dezembro de 2020	**-**	**2.082**	**1.095**	**1.255**	**1.138**	**1.920**	**267**	**7.757**	**6.987**
Total em 31 de dezembro de 2019	**4.254**	**128**	**609**	**143**	**262**	**349**	**212**	**5.957**	**5.066**

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor justo dos financiamentos país em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 4.497 (R$ 3.627 na Controladora) e dos financiamentos exterior é de R$ 3.207 (Consolidado e Controladora).

Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas dos indexadores (ou proxies) dos respectivos financiamentos e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Os financiamentos feitos em moeda estrangeira são calculados utilizando uma projeção do câmbio para cada vencimento e os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas do indexador DI e pelo risco de crédito da Companhia (Nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.1.2.1.

14.3 Custos de transação

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. O valor apropriado em 2020 e os saldos a apropriar nos próximos exercícios estão apresentados a seguir:

	31.12.2019	Custos incorridos	Amortizações	31.12.2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Debêntures	(1)	(1)	1	(1)	-	-	-	1	1
CRA (*)	(13)	-	4	(9)	3	3	1	2	9
	(14)	**(1)**	**5**	**(10)**	**3**	**3**	**1**	**3**	**10**

(*) Debêntures – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

⇒ *Política contábil*

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis, unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

A Companhia reconhece o ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início do contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados pelos prazos contratuais.

15.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativo

	Consolidado				Controladora			
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos	Total	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**65**	**8**	**18**	**91**	**66**	**290**	**19**	**375**
Adoção inicial CPC 06 (R2) - IFRS 16	330	441	-	771	406	441	-	847
Saldo em 1° de janeiro de 2019	**395**	**449**	**18**	**862**	**472**	**731**	**19**	**1.222**
Adições	77	25	12	114	81	25	12	118
Transferências	(65)	(6)	(16)	(87)	(64)	(5)	(15)	(84)
Depreciação	(69)	(42)	(3)	(114)	(76)	(49)	(3)	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**338**	**426**	**11**	**775**	**413**	**702**	**13**	**1.128**
Adições	103	12	1	116	109	13	1	123
Baixas	(28)	(5)	-	(33)	(28)	(6)	-	(34)
Depreciação	(67)	(41)	(3)	(111)	(75)	(48)	(3)	(126)
Encerramento contrato Gás ES	(1)	-	-	(1)	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**345**	**392**	**9**	**746**	**418**	**661**	**11**	**1.090**
Prazo contratual	01 a 25 anos	01 a 24 anos	01 a 05 anos		01 a 25 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

15.2 Passivo de Arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Saldo início do exercício	**818**	**48**	**1.386**	**563**
Adoção inicial IFRS 16	-	771	-	847
Saldo inicial ajustado	**818**	**819**	**1.386**	**1.410**
Pagamento de principal	(95)	(110)	(209)	(186)
Pagamento de juros	(70)	(77)	(78)	(119)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	116	106	123	113
Provisionamento de juros	70	78	125	137
Variações monetárias	-	2	34	31
Baixas	(43)	-	(43)	-
Saldo final do exercício	**796**	**818**	**1.338**	**1.386**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15.3 Fluxos de pagamentos

	Consolidado			Controladora
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
2021	174	(59)	115	233
2022	130	(65)	65	94
2023	127	(58)	69	99
2024	106	(51)	55	88
2025	106	(46)	60	97
2026 em diante	587	(155)	432	727
Em 31 de Dezembro de 2020	**1.230**	**(434)**	**796**	**1.338**
Circulante			115	232
Não circulante			681	1.106
Em 31 de Dezembro de 2020			**796**	**1.338**
Circulante			87	199
Não circulante			731	1.187
Em 31 de dezembro de 2019			**818**	**1.386**

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R$ 91 e R$ 35, respectivamente (Consolidado e Controladora). Os pagamentos de parcelas variáveis representam 11% no Consolidado e 7% na Controladora em relação aos pagamentos fixos realizados.

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
130	100	81	76	70	358	**815**

15.4 Taxas nominais médias de desconto

Prazos contratuais	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	7,80%	10,09%	10,01%	10,02%	8,29%

15.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/n°2/2019

15.5.1 Apresentação dos arrendamentos e direito de uso

O Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019 determina a apresentação dos saldos de passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e depreciação com base no fluxo de caixa descontado, incluindo a projeção de inflação futura, diferentemente do que preconiza o CPC 06 (R2), cujo cálculo é feito considerando fluxo de caixa

Notas Explicativas

não inflacionado. Assim sendo, segue quadro comparativo com ambas mensurações para atendimento ao Ofício CVM, que busca resguardar a fidedignidade destes valores aos investidores.

Consolidado				
	Passivo de Arrendamento (*)	Direito de uso	Despesa Financeira	Depreciação
CPC 06 (R2)	781	746	16	27
Ofício CVM	1.154	1.012	28	37

(*) Referem-se aos contratos impactados pela revisão do IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

15.5.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária. O quadro a seguir apresenta o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, embutido nas contraprestações, considerando os fluxos de pagamentos nominais e os fluxos descontados a valor presente.

Consolidado		
	Contraprestação	PIS/COFINS
Fluxo de caixa nominal	751	70
Fluxo de caixa a valor presente	336	34

⇒ *Política contábil*

Os passivos de arrendamento são mensurados inicialmente ao valor presente dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos, sem a projeção de inflação futura, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

São remensurados quando há uma alteração nos pagamentos futuros, resultante de mudanças em índices ou taxas ou se a Companhia alterar a avaliação se exercerá uma opção de compra ou ainda em caso de mudanças nos prazos, decorrentes de prorrogações ou rescisões.

Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e o preço de exercício da opção de compra, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção.

Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo não estão inseridos nos passivos de arrendamentos, sendo reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Tributos

16.1 Impostos e contribuições

	Consolidado						
	Ativo				Passivo		
	2020				2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	2019	Circulante	Total	2019
ICMS	878	591	1.469	1.425	187	187	186
IPI	4	-	4	9	-	-	-
PIS / COFINS (*)	487	831	1.318	29	-	-	71
IR e CSLL retidos na fonte	-	-	-	-	70	70	30
Outros impostos	48	-	48	50	98	98	28
Total	**1.417**	**1.422**	**2.839**	**1.513**	**355**	**355**	**315**

(*) Inclui os créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A ação judicial da Companhia para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos, transitou em julgado em junho de 2020 em sentido favorável, determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições.

Em 28 de outubro de 2020, foi juntada aos autos do processo a certidão declarando que a decisão adicional favorável da 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro tornou-se irrecorrível. A decisão adicional determina que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, nos termos da orientação firmada pelo STF (RE 574706), é o destacado na nota fiscal.

Desta forma, a nova confirmação judicial do conceito jurídico e da metodologia de cálculo para apuração de tal crédito gerou um reconhecimento total no resultado da Companhia em 2020 de R$ 1.437, sendo R$ 1.040 de principal como outras receitas (nota 22.4) e R$ 397 de atualização monetária (nota 23).

A Companhia tem expectativa de recebimento e/ou compensação dos valores apresentados.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

			2020		
Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor a ser pago após benefício
MS	Lei 5.457 de 18/12/2019	Redução de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o total das multas punitivas ou moratórias, e de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora correspondentes	55	38	17
AL	Decreto nº 71.800 de 23/10/2020	Redução de 95% sobre o valor total das multas punitivas e do valor dos juros de mora e demais acréscimos legais.	4	3	1
DF	Decreto nº 41.463, de 13/11/2020	De forma à vista, em parcela única, redução de até 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos juros, ou de forma parcelada com redução de até 60% (sessenta por cento) sobre o valor total das multas e dos juros.	29	20	9
MT	Decreto MT nº 578/2020	De forma à vista, em parcela única, redução de até 75% sobre o valor total das multas e dos juros, desde que o pagamento seja realizado até 30/12/2020.	2	1	1
RN	Lei nº 10.874/20 e Decreto nº 30.084/20	De forma à vista, em parcela única, redução de até 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos juros, ou de forma parcelada com redução de até 60% (sessenta por cento) sobre o valor total das multas e dos juros	1	1	-
PI	Lei Estadual nº 7404, de 09/11/2020	De forma à vista, em parcela única, redução de até 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos juros, ou de forma parcelada com redução de até 60% (sessenta por cento) sobre o valor total das multas e dos juros.	1	1	-
SE	Lei nº 8.763/202 e Decreto nº 40.691/2020	De forma à vista, em parcela única, redução de até 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos juros, desde que o pagamento seja realizado até 30/11/2020.	22	17	5
Total			**114**	**81**	**33**

			2019		
Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
MT	Lei nº 10.977/19 e do Decreto nº 216/19	Remissão de 75% incidente sobre o total dos juros, da multa moratória e da penalidade decorrente do descumprimento e/ou inadimplemento de obrigação principal e de 75% do valor total da penalidade decorrente do descumprimento de obrigação acessória	11	5	6
Outras anistias			1	-	1
Total			**12**	**5**	**7**

16.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

16.3.1 Movimentação

	Consolidado								Controladora
		Reconhecido no			Reconhecido no				
Origem do registro dos impostos diferidos	2018	Resultado	Patrimônio Líquido	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	Baixa pela venda da Stratura	2020	2020
Contas a receber	75	(37)	-	38	27	-	(17)	48	48
Bonificações antecipadas	727	98	-	825	102	-	-	927	927
Imobilizado	(36)	(43)	-	(79)	(28)	-	3	(104)	(104)
Arrendamentos	(72)	(1)	-	(73)	12	-	-	(61)	(61)
PIDV (*)	28	(27)	-	1	(1)	-	-	-	-
Processos judiciais	340	13	-	353	(48)	-	-	305	305
Benefício Pós Emprego	801	(43)	120	878	(36)	(189)	(2)	651	651
Prejuízos fiscais	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(123)	(13)	-	(136)	(11)	-	-	(147)	(147)
Hedge	24	15	-	39	(33)	-	-	6	6
Participações nos lucros ou resultados	23	(23)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	75	(16)	-	59	22	-	(1)	80	80
Total	**1.863**	**(78)**	**120**	**1.905**	**6**	**(189)**	**(17)**	**1.705**	**1.705**
Imposto de renda diferido	1.369			1.401				1.253	1.253
Contribuição social diferida	494			504				452	452
	1.863			**1.905**				**1.705**	**1.705**
Impostos diferidos ativos	2.398			2.357				2.167	2.167
Impostos diferidos passivos	(535)			(452)				(462)	(462)
	1.863			**1.905**				**1.705**	**1.705**

(*) Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.3.2 Estimativa de realização

Período	Imposto de renda e CSLL	
	Consolidado	Controladora
2021	393	393
2022 a 2024	526	526
2025 a 2030	786	786
31 de dezembro de 2020	**1.705**	**1.705**
31 de dezembro de 2019	**1.905**	**1.890**

16.3.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2020 e 2019 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido antes dos impostos	4.830	3.303	4.826	3.297
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(1.642)	(1.123)	(1.641)	(1.121)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(107)	(47)	(92)	(33)
• Juros sobre o capital próprio	169	184	169	184
• Incentivos fiscais	11	18	11	18
• Despesas com benefício pós emprego de saúde A.M.S.	641	(92)	641	(92)
• Outros itens	3	(32)	(9)	(42)
Imposto de renda e contribuição social	**(925)**	**(1.092)**	**(921)**	**(1.086)**
IR e CSLL correntes	(931)	(1.014)	(925)	(1.012)
IR e CSLL diferidos	6	(78)	4	(74)
	(925)	**(1.092)**	**(921)**	**(1.086)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	19,2%	33,1%	19,1%	32,9%

⇒ *Política contábil*

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

17 Salário, férias, encargos, prêmios e participações

Os saldos relativos aos principais benefícios de curto prazo, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Provisão de férias	64	104	64	103
Salários, encargos e outras provisões	46	96	45	95
Abono por repactuação salarial (nota 17.1)	68	55	68	55
Prêmio por desempenho/Incentivo de Curto Prazo (nota 17.2)	55	53	55	53
Participação nos lucros ou resultados	-	1	-	-
Total	**233**	**309**	**232**	**306**

17.1 Abono por repactuação salarial

Trata-se de abono em função de renegociação contratual com redução salarial, realizada por meio de negociação individual, conforme previsto no artigo 444 da CLT e em acordo firmado com o Tribunal Superior do Trabalho.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia provisionou o montante de R$ 55 de abono, tendo sido pagos R$ 50 em 2020, com consequente reversão de R$ 5.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou o valor de R$ 68 a serem pagos em 2021.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.2 Prêmio por desempenho e incentivos de curto prazo

17.2.1 Pagamento de prêmios a empregados

Em 2020, a Companhia reverteu a provisão de R$ 49, relativa ao prêmio por desempenho aos empregados, uma vez que tal prêmio não teve aprovação para o exercício de 2019.

No exercício de findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou, com base na melhor estimativa, R$ 21 para pagamento de prêmio especial pela transformação organizacional, restando saldo a pagar de R$ 4.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou o montante de R$ 45 para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados referente ao exercício de 2020.

17.2.2 Pagamento de prêmio aos membros da Diretoria Executiva

Em dezembro de 2019, a Companhia provisionou o montante de R$ 3 como prêmio aos membros da Diretoria Executiva, a ser pago com base no percentual aferido de cumprimento das metas dos indicadores corporativos e de unidade de negócios. O valor provisionado se refere ao pagamento da parcela à vista do programa (60%), a ocorrer em 2020.

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia efetuou a quitação total dos programas de premiação dos exercícios de 2017 a 2019 dos membros da Diretoria Executiva.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou o montante de R$ 10 para o programa de Incentivos de Curto Prazo.

17.3 Planos de pagamentos baseados em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020 foram aprovados o Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas – Programa de Matching Shares, sendo este último aplicável somente aos Dirigentes Estatutários.

Esses planos têm, dentre seus objetivos: (i) alinhar interesses entre acionistas e executivos; (ii) reconhecer o sucesso na execução do Business Plan; (iii) reforçar a visão a longo prazo nas decisões da Companhia; e (iv) reter talentos e compartilhar o sucesso da organização.

No Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações o executivo recebe opções da Companhia que poderão ser convertidas em ações por um período de três anos (período do exercício) após um prazo determinado de três anos (*vesting*) a partir de sua outorga. Já no Plano de Ações Restritas (Programa de Matching Shares), o executivo recebe ações como contrapartida ao investimento feito na compra de ações de emissão da Companhia no mercado, usando parte de seu incentivo de curto prazo, também após um prazo determinado de carência de três anos a partir do seu investimento.

A primeira outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações ocorreu em 31 de julho de 2020, tendo sido reconhecido até 31 de dezembro de 2020 o montante de R$4 como despesa de pessoal, incluindo encargos sociais.

A primeira outorga do Plano de Matching Shares acontecerá somente em 2021.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Seguem informações do programa:

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidade outorgada no período	Quantidade cancelada	Ativos em carência em 31.12.2020	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	3.417.133	9.441	3.407.692	R$ 21,81	R$ 21,81	R$ 7,36

O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 4,25% a.a.; *Dividend Yield* de 1,90% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade da ação de 2 anos, sendo essa de 34,03%, além dos prazos de *vesting* e exercício.

⇒ *Política contábil*

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

18 Planos de desligamento

18.1 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

A movimentação da provisão em 2020 está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	**83**
Desistências	(38)
Indenizações retidas	3
Atualização / ajustes	(3)
Utilização por desligamento	(60)
Complemento Provisão PIDV BR 2018	17
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2**
Utilização por desligamento	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**

18.2 Programa de Desligamento Optativo – PDO

A Companhia implementou um programa de desligamento optativo (PDO) em novembro de 2019.

O PDO BR 2019 encerrou em 12 de maio de 2020 com um total de 907 desligamentos.

18.3 Reestruturação da Companhia

Em 2019, em virtude da reestruturação da Companhia, a estrutura organizacional foi reduzida em aproximadamente 140 posições de gestão. Os desligamentos decorrentes dessa reestruturação não estão contemplados nos programas citados nos itens 18.1 e 18.2 acima, por não serem voluntários ou optativos. Para tal, foi reconhecido um contas a pagar no valor de R$ 94 (R$ 91 em 31 de dezembro de 2019), tendo sido pago o valor de R$ 93 até dezembro de 2020 (R$ 64 até dezembro de 2019), restando um saldo a pagar de R$ 1 em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações atuariais				
Plano de pensão Petros Repactuado	1.194	1.764	1.194	1.764
Plano de pensão Petros Não Repactuado	446	576	446	576
Plano de pensão Petros II	47	18	47	15
Plano de saúde	183	2.850	183	2.850
Outros Planos	-	3	-	-
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**1.870**	**5.211**	**1.870**	**5.205**
Circulante	102	192	102	192
Não circulante	1.768	5.019	1.768	5.013

19.1 Planos de pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Plano Petros Repactuados e Não repactuados

Os Planos Petros Repactuados e Não Repactuados (anteriormente Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP) são planos de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que asseguram aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e são direcionados atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Fundação Petros é procedida em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 2020, a Companhia recolheu cerca de R$ 95 a título de contribuições patrimoniais (normais e extraordinárias) para os planos (PPSP-R e PPSP-NR). As contribuições esperadas (parte patronal) para 2021 somam R$102.

A duração média do passivo atuarial dos planos (PPSP-R e PPSP-NR), em 31 de dezembro de 2020, é de 12,08 anos e 11,00 anos, respectivamente (14,30 anos e 11,95 anos em 31 de dezembro de 2019).

Quitação dos Termos de Compromisso Financeiro (TCFs)

Em 28 de junho de 2019, a Companhia realizou o pré-pagamento no valor de R$ 424 referente aos Termos de Compromissos Financeiros (TCFs) oriundos do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) que fora celebrado com a Petros, Petrobras e diversas entidades sindicais em 2006. O montante pago no ano de 2019 somou R$ 436. Tal acordo tinha como contexto a busca de uma solução para o reequilíbrio do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). Os TCFs foram assinados em 2008, prevendo o pagamento total da dívida em até 20 anos (até 2028) com correção de IPCA + 6% a.a.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O TCF – Diferença de Pensão, não obstante sua quitação, prevê o pagamento pela Companhia de eventuais ajustes atuariais, conforme cálculo atuarial processado anualmente. O pagamento do ajuste atuarial referente a 2019 devido pela Companhia, foi realizado no dia 30 de abril de 2020, no valor de R$ 27.

Equacionamento do déficit acumulado em 2015 (PED 2015)

Em março de 2018 teve início o Plano de Equacionamento de Déficit (PED) do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), decorrente do déficit acumulado em 2015, mediante o recolhimento de contribuições extraordinárias da parte dos participantes (ativos e assistidos) e da patrocinadora, conforme suas proporções. Os recolhimentos do PED 2015 vigoraram até maio/2020. A partir da competência junho/2020 entrou em vigor o Novo PED, conforme detalhado a seguir.

Novo Plano de Equacionamento de Déficit (Novo PED) – PPSP-R e PPSP-NR

Em função dos déficits acumulados em 2018 terem superado o limite legal, restou necessária a implementação, pela Petros, de um novo plano de equacionamento de déficit. Este equacionamento, denominado de Novo PED, foi aprovado pela PREVIC e publicado no DOU no dia 05 de maio de 2020, sendo que o desconto das novas alíquotas, a título de contribuição extraordinária, foi implantado na competência junho/2020.

O objetivo da Petros com a implementação do Novo PED, foi buscar uma alternativa de reequilíbrio dos planos Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR), incluindo o déficit de 2015 e o de 2018, além de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias mensais sobre os participantes.

A solução inclui alteração de alguns direitos e mudanças no regulamento dos dois planos, destinados aos participantes ativos e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70, especialmente no cálculo do Pecúlio por Morte e a 13ª Suplementação, e, ainda, no cálculo da concessão de benefício para os futuros aposentados não elegíveis, conforme critério regulamentar para a definição do direito assegurado. Dentre os aspectos contemplados na proposta de alteração estão a adoção da média dos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício de suplementação de aposentadoria; desvinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos do reajuste concedido pelo patrocinador aos seus empregados, com a consequente vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano – IPCA, aplicável ao PPSP-NR; e desvinculação dos valores de suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo INSS, com a consequente vinculação dos valores de suplementações de aposentadorias a valor de INSS hipotético (Unidade de Referência – UR), dentre outros. A proposta do Novo PED foi aprovada em instância final pela PREVIC no mês de maio/20 e sua implementação ocorreu no mês de junho/20.

Dentre as obrigações contidas no Novo PED, restou estabelecida a obrigatoriedade de aportes extraordinários das patrocinadoras em contrapartida à redução do benefício de Pecúlio por Morte aplicada aos participantes e assistidos. A obrigação total da Companhia foi firmada em instrumento de parcelamento de dívida no total de R$150, com as seguintes condições: prazo 15 anos, com carência até 31/12/2020 e pagamentos semestrais de principal e juros, a partir de janeiro de 2021, corrigidos pela meta atuarial, calculada anualmente de acordo com as premissas dos planos, além de opção de pré-pagamento. A Companhia apresentou como garantia notas promissórias no montante de R$342.

No dia 18/12/2020, a Companhia exerceu sua opção de pré-pagamento, conforme prevista em contrato, e realizou a liquidação total da dívida, no valor de R$ 162 (atualizado), referente ao parcelamento que a BR assumiu com o Novo PED.

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia desembolsou R$ 224 a título de contribuições extraordinárias do PED - parte patronal (PED 2015 até maio/2020 e Novo PED a partir de junho/2020).

Plano Petros-2

O Plano Petros-2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, com o compromisso por parte das patrocinadoras de assumir o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O Plano Petros-2 está aberto para novas adesões, sem o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de crédito unitário projetado. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2020, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$ 27 (R$ 46 em 2019).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa até 31 de março de 2021.

As contribuições esperadas da patrocinadora, para 2021, são R$ 30, referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2020 é de 16,52 anos (23,64 anos em 31 de dezembro de 2019).

19.2 Ativos dos planos de pensão

A Fundação Petros elabora anualmente Políticas de Investimentos (PI) específicas para cada plano que têm a função de definir a condução da gestão de seus ativos para um período de cinco anos. O modelo de obtenção da melhor carteira para os planos segue duas metodologias: (i) para os planos BDs a busca pelo menor descasamento de fluxo de caixa líquido, condicionado ao atingimento da meta atuarial; e (ii) para o plano CV o atingimento da meta atuarial com o menor risco de mercado (VaR) possível.

O aperfeiçoamento contínuo da PI, principalmente no último biênio, onde novos conceitos como uma abordagem de Carteira Total para a Gestão de Riscos Financeiros e um foco na evolução do passivo, trouxeram um ganho para a gestão dos ativos dos planos, incluindo, mas não se limitando, a melhorias na governança, transparência no objetivo da gestão e maior robustez metodológica.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado					
	2020				2019	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Recebíveis	-	260	**260**	**6%**	**281**	**7%**
Renda fixa	**1.651**	**1.088**	**2.739**	**63%**	**2.499**	**62%**
Títulos privados	-	-	-		-	
Títulos públicos	1.651	201	1.852		1.755	
Fundos de renda fixa	-	560	560		460	
Outros investimentos	-	327	327		284	
Renda variável	**902**	**51**	**953**	**22%**	**820**	**20%**
Ações à vista	902	-	902		777	
Outros investimentos	-	51	51		43	
Investimentos estruturados	1	46	**47**	**1%**	**54**	**1%**
Imóveis	-	212	**212**	**5%**	**217**	**5%**
	2.554	**1.657**	**4.211**	**97%**	**3.871**	**97%**
Empréstimos a participantes	-	112	112	3%	131	3%
	2.554	**1.769**	**4.323**	**100%**	**4.002**	**100%**

19.3 Plano de Saúde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha o plano Assistência Médica Supletiva (AMS), que oferecia cobertura a todos os colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes. O plano de saúde era administrado pela própria Companhia e sua gestão era baseada em princípios de autossutentabilidade do benefício.

Os colaboradores contribuíam com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais.

No 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou um plano de mercado administrado pela Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a BR ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela BR e a respectiva coparticipação.

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano “AMS”, a BR decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Para aqueles com menos de dois anos de BR, o direito ao plano Bradesco se dará pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da RN 279 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (RN 279: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de BR, terão direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 279 será mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido).

Os riscos atuariais envolvidos são:

(I) benefício saúde no pós-emprego,
(II) sobrevida superior que a estabelecida nas tábuas de mortalidade,
(III) rotatividade inferior a prevista e
(IV) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2020 é de 18,40 anos (18,43 anos em 31 de dezembro de 2019).

O decréscimo de R$2.132 reconhecido no resultado da Companhia (R$1.927 em Outras Receitas (Despesas), Líquidas) é devido a redução observada nos custos médicos que anteriormente era segregado pela utilização da assistência médica da AMS e para a avaliação inicial do Bradesco foi estimado através do prêmio médio, dado a baixa experiência, bem como a temporariedade do direito adquirido dos participantes em atividade que não tinham dez anos na data da opção de permanência de pagamento do Plano.

19.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

19.4.1 Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado											
	2020						2019					
	Planos de Pensão						Planos de Pensão					
	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Outros	Petros 2	Plano de saúde	Total	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Outros	Petros 2	Plano de saúde	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais												
Obrigação atuarial no início do exercício	4.643	1.468	1	251	2.850	9.213	3.519	1.198	1	232	2.569	7.519
Custo dos juros	281	89	1	14	229	614	308	104	-	21	231	664
Custo do serviço corrente	-	-	1	4	18	23	18	3	-	7	39	67
Custo do serviço passado	(92)	(36)	-	-	(2.132)	(2.260)	-	-	-	-	-	-
Contribuições de participantes	4	-	-	-	-	4	22	4	-	-	-	26
Benefícios pagos	(326)	(123)	-	(18)	(87)	(554)	(205)	(91)	-	(10)	(98)	(404)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência (b)	(387)	(100)	-	183	(519)	(823)	322	54	-	(11)	(361)	4
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	122	52	-	(27)	(176)	(29)	669	179	-	56	591	1.495
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	1	12	-	(1)	-	12	(10)	17	-	(44)	(121)	(158)
Baixa pela venda da Stratura	-	-	(3)	(4)	-	(7)	-	-	-	-	-	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	**4.246**	**1.362**	**-**	**402**	**183**	**6.193**	**4.643**	**1.468**	**1**	**251**	**2.850**	**9.213**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano												
Ativos do plano no início do exercício	2.879	892	-	231	-	4.002	1.944	504	-	162	-	2.610
Receitas de juros	182	54	-	14	-	250	186	49	-	15	-	250
Contribuições pagas pela empresa	94	28	-	-	-	122	446	97	-	-	-	543
Contribuições de participantes	4	-	-	-	-	4	22	4	-	-	-	26
Benefícios pagos	(326)	(123)	-	(18)	-	(467)	(205)	(91)	-	(10)	-	(306)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	219	65	-	128	-	412	486	329	-	64	-	879
Ativos do plano no fim do exercício	**3.052**	**916**	**-**	**355**	**-**	**4.323**	**2.879**	**892**	**-**	**231**	**-**	**4.002**
Valores reconhecidos no balanço patrimonial												
Valor presente das obrigações	4.246	1.362	-	402	183	6.193	4.643	1.468	1	251	2.850	9.213
(-) Valor justo dos ativos do plano	(3.052)	(916)	-	(355)	-	(4.323)	(2.879)	(892)	-	(231)	-	(4.002)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	**1.194**	**446**	**-**	**47**	**183**	**1.870**	**1.764**	**576**	**1**	**20**	**2.850**	**5.211**
Movimentação do passivo atuarial líquido												
Saldo no início do exercício	1.764	576	1	20	2.850	5.211	1.575	694	1	70	2.569	4.909
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(483)	(101)	-	27	(695)	(1.252)	495	(79)	-	(63)	109	462
(+) Custos incorridos no período	-	-	1	4	18	23	18	3	-	7	39	67
(-) Custo de serviço passado	(92)	(36)	-	-	(2.132)	(2.260)	-	-	-	-	-	-
(-) Pagamento de contribuições	(94)	(28)	-	-	(87)	(209)	(446)	(97)	-	-	(98)	(641)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	99	35	1	-	229	364	122	55	-	6	231	414
(-) Baixa pela venda da Stratura	-	-	(3)	(4)	-	(7)	-	-	-	-	-	-
Saldo Passivo Atuarial no final do exercício	**1.194**	**446**	**-**	**47**	**183**	**1.870**	**1.764**	**576**	**1**	**20**	**2.850**	**5.211**
Instrumento de dívida (Novo PED):												
Aporte contributivo	111	42	-	-	-	153	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros	6	3	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-
Pagamento da dívida	(117)	(45)	-	-	-	(162)	-	-	-	-	-	-
Saldo Instrumento de Dívida em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.194**	**446**	**-**	**47**	**183**	**1.870**	**1.764**	**576**	**1**	**20**	**2.850**	**5.211**
Circulante	72	30	-	-	-	102	59	33	-	-	100	192
Não circulante	1.122	416	-	47	183	1.768	1.705	543	3	18	2.750	5.019
	1.194	**446**	**-**	**47**	**183**	**1.870**	**1.764**	**576**	**3**	**18**	**2.850**	**5.211**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19.4.2 Componentes do benefício definido

	2020						
	Consolidado						Controladora
	Plano de Pensão						
	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Outros	Petros 2	Plano de saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	-	1	4	18	23	23
Custo/ (reversão) do serviço passado	(92)	(36)	-	-	(2.132)	(2.260)	(2.260)
Juros líquidos sobre o passivo líquido	99	35	1	-	229	364	364
Custo do exercício	**7**	**(1)**	**2**	**4**	**(1.885)**	**(1.873)**	**(1.873)**
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio das atividades operacionais	-	-	-	-	(12)	(12)	(12)
Diretamente no resultado	1	-	2	4	(155)	(148)	(148)
Relativa aos inativos (*):	6	(1)	-	-	(1.718)	(1.713)	(1.713)
Custo do exercício	**7**	**(1)**	**2**	**4**	**(1.885)**	**(1.873)**	**(1.873)**
Instrumento de Dívida (Novo PED):							
Aporte contributivo	111	42	-	-	-	153	153
Custo dos juros	6	3	-	-	-	9	9
Custo do exercício	**117**	**45**	**-**	**-**	**-**	**162**	**162**
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio	2	-	-	-	-	2	2
Diretamente no resultado	17	3	-	-	-	20	20
Relativa aos inativos (*):	98	42	-	-	-	140	140
Custo do exercício	**117**	**45**	**-**	**-**	**-**	**162**	**162**
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**124**	**44**	**2**	**4**	**(1.885)**	**(1.711)**	**(1.711)**

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

	2019					
	Consolidado					Controladora
	Plano de Pensão					
	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Petros 2	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	18	3	7	39	67	66
Juros líquidos sobre o passivo líquido	122	55	6	231	414	414
Custo do exercício	**140**	**58**	**13**	**270**	**481**	**480**
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	3	-	-	3	6	6
Diretamente no resultado	40	7	10	84	141	140
Relativa aos inativos(*):	97	51	3	183	334	334
Custo do exercício	**140**	**58**	**13**	**270**	**481**	**480**

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

19.4.3 Análise de sensibilidade

A variação de 1% nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(506)	811	(50)	72	75	(29)
Custo do serviço e juros	10	2	(3)	4	7	(3)

19.4.4 Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2020				2019			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	7,98%	7,86%	8,23%	8,15%	8,16%	8,13%	8,25%	8,21%
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	5,68%	5,68%	5,68%	5,68%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (2)	n/a	n/a	n/a	10,10% a 3,20% a.a	n/a	n/a	n/a	10,63% a 3,50% a.a
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2020	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2020	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	EX-PETROS 2013
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Álvaro Vindas desagravada em 40%	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo americana desagravada em 40%	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	IAPB 1957 (forte) e desagravada em 20%	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	IAPB 1957 (forte)	AT 49 Masculina
Idade de entrada na aposentadoria	Homens - 57 anos Mulheres - 54 anos	Homens - 54 anos Mulheres - 61 anos	1ª elegibilidade	Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 54 anos Petros 2 - 59 anos Mulheres PPSP-R - 54 anos PPSP-NR - 61 anos Petros 2 - 56 anos	Homens - 58 anos Mulheres - 56 anos	Homens - 60 anos Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	Homens PPSP -R - 58 anos PPSP-NR - 60 anos Petros 2 - 59 anos Mulheres PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 56 anos

(1) Considerando uma curva de inflação projetada com base no mercado em 4,38% para 2021 e atingindo 3,20% de 2025 em diante.
(2) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19.4.5 Perfil de vencimento da obrigação

	2020			
	Plano de Pensão			Plano de saúde
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	
31/12/2021	272	92	17	-
31/12/2022	255	91	17	-
31/12/2023	244	86	17	1
31/12/2024	234	82	16	2
31/12/2025 ou posterior	3.241	1.011	335	180
Total	**4.246**	**1.362**	**402**	**183**

⇒ *Política contábil*

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

A mensuração destes compromissos depende de diversas estimativas, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- *taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e*

- *taxa de variação de custos médicos e hospitalares: premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Companhia nos últimos cinco anos, sendo que, em 2020, no último ano foi utilizada a VCMH (variação dos custos médicos e hospitalares) do Bradesco, em função da mudança do plano de saúde da AMS para o Bradesco.*

As estimativas dos custos médicos foram significativamente alteradas nesse exercício para representar a redução esperada nos custos médicos que anteriormente eram segregados pela utilização da assistência médica da AMS, e que, com a troca do plano de saúde para este exercício, foi utilizada a avaliação inicial do Bradesco Saúde, conforme detalhado na nota 19.3 acima.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 19.4

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 6.353 (R$ 6.353 em 31 de dezembro de 2019), está composto por 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R$ 7.000 (sete bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias.

20.2 Reservas de lucros

20.2.1 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

20.2.2 Reserva estatutária

Constituída com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, da reserva para contingência, do dividendo obrigatório, da reserva de lucros a realizar e da reserva de retenção de lucros, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.2.3 Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

20.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2020
Lucro líquido do exercício	3.905
Apropriação	
Reserva legal	(136)
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	**3.769**
Juros sobre capital próprio / dividendos - Registrados no passivo circulante	
Equivalentes a 25% do lucro básico	942
Registrados no patrimônio líquido	
Dividendos adicionais propostos	1.308
Equivalentes a aproximadamente 35% do lucro básico	
Composição dos Juros sobre capital próprio, dividendos e dividendos adicionais	
Juros sobre o capital próprio	498
Dividendos	499
Dividendo adicional proposto	1.308
Total de dividendos / juros sobre capital próprios distribuídos	**2.305**
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(55)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	**2.250**
Dividendos / Juros sobre capital por ação	1,93

20.3.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	525	758
Adição	1.531	2.789
Pagamento	(1.080)	(3.049)
Imposto de renda retido na fonte	(58)	(85)
Atualização	24	112
Saldo final	**942**	**525**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ *Política contábil*

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. No caso da destinação dos dividendos exceder ao mínimo obrigatório, esse excedente permanece registrado no patrimônio líquido na conta de Dividendos Adicionais Propostos, até a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas ou Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos são atualizados monetariamente, a partir do encerramento do exercício social até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido como no resultado do exercício.

20.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

20.5 Resultado por ação

	Consolidado	
	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido	3.905	2.211
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.165.000.000	1.165.000.000
Resultado por ação básico	3,3519	1,8979
Numerador		
Lucro líquido	3.905	2.211
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.165.000.000	1.165.000.000
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	68.174	-
Média ponderada de ações ajustadas	1.165.068.174	1.165.000.000
Resultado por ação diluído	3,3517	1,8979

No resultado diluído por ação, a quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas é ajustada para refletir a presunção da conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Assim sendo, para as opções de compra de ações do programa de incentivo de longo prazo (nota 17.3), é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo preço médio de mercado da ação da Companhia no período.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21 Receita de vendas

	Consolidado		Controadora	
	2020	2019	2020	2019
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	46.571	52.482	46.571	52.482
Gasolina	31.468	34.172	31.468	34.172
Óleo combustível	4.225	3.974	4.225	3.974
Querosene de aviação	5.305	9.981	5.305	9.981
Lubrificantes	2.246	2.105	2.246	2.105
Asfalto	710	1.015	-	-
Coque	2.335	2.230	2.335	2.230
Outros derivados	1.071	1.101	1.071	1.100
Etanol	8.255	9.426	8.255	9.426
Gás natural	1.224	2.344	1.224	2.344
Produtos de Suplly-House (a)	1.435	1.209	1.435	1.209
Serviços, energia e outros	77	86	50	61
	104.922	120.125	104.185	119.084
Juros embutidos no preço dos produtos	(220)	(290)	(220)	(290)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(638)	(513)	(638)	(513)
Bonificação por desempenho (b)	(323)	(323)	(323)	(323)
Prêmios e descontos sobre vendas	(253)	(249)	(253)	(249)
Receita bruta	**103.488**	**118.750**	**102.751**	**117.709**
Encargos de vendas	(21.987)	(23.765)	(21.820)	(23.529)
Receita de vendas	**81.501**	**94.985**	**80.931**	**94.180**

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.
(b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente.

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a comercialização de combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da parte relacionada Petrobras (detentora de 37,5 % das ações da Companhia) e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

21.1 Obrigações de desempenho restantes

A Companhia possui contratos de vendas de produtos ou serviços, vigentes e assinados até 31 de dezembro de 2020, com prazos superiores a 1 ano, onde os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos encontram-se definidos, ou seja, há uma quantidade pré-estabelecida de bens ou serviços prometidos ao cliente para os próximos exercícios, com seus respectivos termos de pagamentos.

A seguir estão apresentados os valores totais de preços alocados às obrigações de desempenho que não se encontram satisfeitas em 31 de dezembro de 2020, tendo como base volumes de vendas comprometidos entre as partes, bem como preços praticados em vendas recentes, sendo esses sujeitos às variações no valor de commodities, taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado
Total dos contratos	**282.272**
Diesel	124.382
Gasolina automotiva	119.699
Querosene de aviação (QAV)	29
Óleo combustível	7.116
Outros derivados de petróleo	4.249
Subtotal de derivados	**255.475**
Gás natural	2.424
Etanol, nitrogenados e renováveis	24.190
Serviços e outros	25
Mercado interno	**282.114**
Exportações	158
Mercado externo	**158**

A tabela anterior não inclui informações sobre contratos com clientes com duração igual ou inferior a um ano, como por exemplo, vendas no mercado spot, além de contratos que não estabeleçam volumes.

21.2 Passivos de contratos

Os passivos de contratos referem-se às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futuras vendas de produtos, principalmente, combustíveis claros, produtos de aviação e combustíveis escuros os quais serão reconhecidos como receita mediante a efetiva entrega.

Esses saldos estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de dezembro de 2020 perfazem o montante de R$494 (Consolidado e Controladora). Em 31 de dezembro de 2019 estes saldos eram R$161 no Consolidado e R$155 na Controladora.

O valor de R$142 foi reconhecido como receita em 2020 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do exercício (R$131 em 2019).

⇒ *Política contábil*

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- *bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou*
- *série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.*

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

As bonificações antecipadas concedidas a clientes são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 9).

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

22 Custo e despesas por natureza

22.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Produtos para revenda	(76.979)	(89.219)	(76.503)	(88.527)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(95)	(94)	(92)	(88)
Despesas com pessoal	(26)	(52)	(20)	(45)
Depreciação e amortização	(13)	(12)	(10)	(9)
Variação dos estoques (*)	155	489	155	492
Tributárias	(1)	(1)	(1)	(1)
Outras	(85)	(138)	(76)	(122)
Total	**(77.044)**	**(89.027)**	**(76.547)**	**(88.300)**

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

22.2 Despesas de vendas e perdas de créditos esperadas

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(1.321)	(1.574)	(1.306)	(1.550)
Despesas com pessoal	(312)	(752)	(309)	(745)
Perdas de crédito esperadas	(55)	(52)	(43)	(57)
Perdas com títulos incobráveis	(24)	(27)	(24)	(27)
Depreciação e amortização	(455)	(454)	(462)	(461)
Tributárias	4	6	4	6
Outras	(129)	(164)	(127)	(159)
Total	**(2.292)**	**(3.017)**	**(2.267)**	**(2.993)**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.3 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(164)	(188)	(158)	(178)
Despesas com pessoal	(168)	(557)	(161)	(544)
Depreciação e amortização	(69)	(62)	(69)	(61)
Outras	(56)	(61)	(54)	(59)
Total	**(457)**	**(868)**	**(442)**	**(842)**

A redução com pessoal nas despesas de vendas e despesas gerais e administrativas reflete o menor quantitativo de empregados, associado a menores remunerações, em virtude do processo de transformação organizacional e ao impacto positivo da redução das obrigações atuariais com plano de saúde, em razão do novo modelo implantado no quarto trimestre de 2020.

22.4 Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Abono por repactuação salarial	(63)	(55)	(63)	(55)
Créditos tributários - ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS (nota 16.1)	1.040	-	1.040	-
Créditos de ICMS – Fim da definitividade	52	-	52	-
Despesas de aluguéis	(46)	(44)	(46)	(44)
Ganho indenização do contrato de concessão GAS ES	117	-	117	-
Participações nos lucros ou resultados	-	(14)	-	(13)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 25.1)	49	(109)	52	(108)
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 19.4.2)	1.573	(334)	1.573	(334)
Plano de cargos e salários	-	(48)	-	(48)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário (nota 18.1)	-	21	-	21
Provisão crédito de descarbonização	(190)	-	(190)	-
Programas de desligamento e reestruturação	2	(332)	2	(332)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	235	252	235	252
Receita de armazenagem conjunta	84	161	84	161
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	34	45	34	45
Relações institucionais e projetos culturais	(100)	(91)	(100)	(91)
Resultado com alienação/baixa de ativos	(147)	17	(147)	12
Resultado de hedge de commodities - operações em aberto	(50)	(67)	(50)	(67)
Resultado de hedge de commodities - operações encerradas	395	27	395	27
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(27)	(52)	(27)	(52)
Outros	38	(31)	40	(31)
Total	**2.996**	**(654)**	**3.001**	**(657)**

O aumento na receita refere-se, principalmente, ao reconhecimento dos créditos tributários decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS no valor de R$1.040 (nota 16.1) e ao impacto positivo da alteração do plano de saúde no montante de R$1.927 (nota 19.3)

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Provisão para créditos de descarbonização

⇒ *Política contábil*

A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (market-share) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIO equivale a uma tonelada de carbono.

As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2020 a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 4.040.538 CBIOS.

A Companhia reconhece a provisão para crédito de descarbonização no passivo circulante e em outras receitas (despesas), líquidas.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

A Companhia estima, mensalmente, a provisão de CBIOS, considerando os custos das quantidades já adquiridas e o valor médio de mercado negociado no último dia do mês para as quantidades restantes.

Operações de hedge de commodities

Ao longo de 2020, se combinaram a grande relevância das importações nas operações da Companhia com as fortes quedas observadas nos preços das commodities no mercado externo, provocadas pelo desbalanço entre oferta e demanda, intensificado pelos efeitos da pandemia do COVID19 nos níveis globais de consumo. Diante dessa combinação, passaram a adquirir maior relevância as operações de hedge no resultado da Companhia.

Tais operações em essência observam um modelo de negócios voltado à proteção das margens operacionais, sem qualquer caráter especulativo, caracterizando assim um hedge econômico que visa reduzir os riscos atribuídos a volatilidade nos preços das commodities (proteção econômica da exposição), sem considerar eventual impacto de descasamento contábil nas demonstrações financeiras.

Consequentemente, o resultado dessas operações é apresentado dentro do grupo de Outras Receitas (Despesas), líquidas (nota 22.4). Os saldos de 2019 de despesa líquida de R$40 (Consolidado e Controladora) foram reclassificados de Resultado Financeiro para Outras Receitas (Despesas), líquidas, para uma melhor comparabilidade, com consequente impacto na apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

23 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(256)	(299)	(256)	(298)
Arrendamentos	(70)	(78)	(125)	(137)
Absorção de financiamentos ressarcíveis em espécie	(6)	(10)	(6)	(10)
Comissões bancárias	(23)	(43)	(23)	(43)
Impostos	(13)	(10)	(12)	(10)
Outras	(17)	(9)	(14)	(4)
	(385)	**(449)**	**(436)**	**(502)**
Receitas				
FIDC	-	49	-	48
Juros por atraso de clientes	83	120	76	107
Financiamentos a clientes	180	58	180	58
Depósitos judiciais	43	41	43	41
Recuperação de créditos - Setor elétrico - Sistema Isolado	-	2.154	-	2.154
Aplicações financeiras	97	98	93	86
Outras	47	48	50	55
	450	**2.568**	**442**	**2.549**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado	17	61	17	61
Depósitos	(9)	5	(9)	5
Impostos	432	6	432	6
Outras	12	4	12	4
	452	**76**	**452**	**76**
Passiva				
Arrendamentos	-	(2)	(34)	(31)
Atualização de dividendos a pagar	(24)	(112)	(24)	(112)
Empréstimos e financiamentos	(73)	(78)	(14)	(6)
Impostos	-	(2)	-	(2)
Outras	(25)	(1)	(25)	(1)
	(122)	**(195)**	**(97)**	**(152)**
Variações cambiais				
Resultado de instrumento financeiro derivativo	565	(5)	565	(5)
Caixa e bancos	(5)	(1)	(5)	(1)
Clientes	29	4	29	4
Fornecedores	(266)	(26)	(266)	(26)
Financiamentos	(467)	-	(467)	-
Aplicações financeiras	32	12	32	12
Outros	(19)	6	(19)	6
	(131)	**(10)**	**(131)**	**(10)**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**199**	**(129)**	**224**	**(86)**
Resultado financeiro	**264**	**1.990**	**230**	**1.961**

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R$ 810 (nota 14.1) no exercício (R$ 386 em 2019), sendo R$ 796 (R$ 377 em 2019) reconhecidos no resultado e R$ 14 (R$ 9 em 2019) como juros capitalizados.

A redução na receita financeira refere-se, principalmente, à recuperação dos créditos do cliente Amazonas Energia, em 2019, no montante de R$2.154, sem correspondência em 2020.

Notas Explicativas

O aumento na variação monetária ativa reflete, principalmente, a atualização monetária dos créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, em 2020, no valor de R$397 (nota 16.1).

24 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Não há transferências entre as áreas de negócio.

A Companhia passou por reestruturação organizacional visando direcionar o foco para o conjunto de iniciativas que vêm sendo implementadas desde a sua privatização em julho de 2019. A nova estrutura, que se tornou válida a partir de 1º de janeiro de 2020, transferiu a gestão dos negócios que até 2019 estavam organizados no segmento operacional de Mercados Especiais para o B2B.

Após a reestruturação, a Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/mercado dos seus clientes, resultando na segregação das atividades em Rede de Postos; B2B e Mercado de Aviação, conforme apresentados a seguir:

Rede de Postos
Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B
Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Mercado de Aviação
Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

O resultado consolidado das receitas com clientes no Brasil, antes dos ajustes, conforme tabela abaixo, é de R$ 81.476 (R$ 93.860 em 2019), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R$ 663 (R$ 1.638 em 2019).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em função da transferência da gestão do portfólio de negócios antes organizado no segmento operacional de Mercados Especiais para o B2B os dados de 2019 estão reapresentados na nova visão, para comparabilidade.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/20

	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total Consolidado
Receita de Vendas	50.813	26.477	4.849	82.139	-	82.139	(638)	(a)	81.501
Custo dos produtos vendidos	(48.286)	(24.383)	(4.375)	(77.044)	-	(77.044)	-	(b)	(77.044)
Lucro (Prejuízo) bruto	**2.527**	**2.094**	**474**	**5.095**	**-**	**5.095**	**(638)**		**4.457**
Despesas									
Vendas, gerais e administrativas	(1.080)	(897)	(370)	(2.347)	(71)	(2.418)	(331)	(c)	(2.749)
Tributárias	(6)	(6)	(2)	(14)	(27)	(41)	(106)	(d)	(147)
Outras receitas (despesas), líquidas	268	168	8	444	722	1.166	1.830	(e)	2.996
Resultado de participações em investimentos	-	12	-	12	(3)	9	-		9
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	264	(f)	264
EBITDA Ajustado	**1.709**	**1.371**	**110**	**3.190**	**621**	**3.811**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**1.019**		**4.830**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/19

	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total Consolidado
Receita de Vendas	56.524	30.001	8.973	95.498	-	95.498	(513)	(a)	94.985
Custo dos produtos vendidos	(53.254)	(27.586)	(8.175)	(89.015)	-	(89.015)	(12)	(b)	(89.027)
Lucro (Prejuízo) bruto	**3.270**	**2.415**	**798**	**6.483**	**-**	**6.483**	**(525)**		**5.958**
Despesas									
Vendas, gerais e administrativas	(1.523)	(1.055)	(444)	(3.022)	(175)	(3.197)	(688)	(c)	(3.885)
Tributárias	(5)	(13)	(3)	(21)	(23)	(44)	(64)	(d)	(108)
Outras receitas (despesas), líquidas	277	88	22	387	(499)	(112)	(542)	(e)	(654)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	2	2	-		2
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	1.990	(f)	1.990
EBITDA Ajustado	**2.019**	**1.435**	**373**	**3.827**	**(695)**	**3.132**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**171**		**3.303**

Reconciliação com as demonstrações contábeis	**2020**	**2019**
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(638)	(513)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(13)	(12)
Remensuração atuarial - Plano de Saúde	13	-

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis	2020	2019
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(524)	(516)
Perdas de crédito esperadas		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.	1	12
Verbas Rescisórias de planos de desligamentos	-	(173)
Gastos com consultoria - Plano de Transformação Organizacional	-	(11)
Remensuração atuarial - Plano de Saúde	192	-
(d) Tributárias		
Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente.	(20)	(4)
Encargos tributários: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e sobre a receita com indenização do contrato de concessão do Gás do ES e que estão classificados em despesas tributárias.	(86)	(60)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	49	(109)
Planos de desligamento (nota 18)		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pelo contas a pagar e pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas aos planos, respectivas reversões em função de desistências, além dos gastos com desligamentos decorrentes da reestruturação da Companhia.	2	(311)
Abono por repactuação salarial - Plano de Transformação Organizacional	(63)	(55)
Operações de hedge de commodities em andamento	(50)	(67)
Ganho com indenização de contrato de concessão do Gás do ES	117	-
Resultado com alienação - Stratura	(152)	-
Remensuração atuarial - Plano de Saúde	1.927	-
(f) Resultado Financeiro, líquido	264	1.990
Total	**1.019**	**171**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24.1 Desagregação da Receita

	Consolidado 2020			
	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total
No país				
Norte	4.720	3.247	437	8.404
Nordeste	12.533	4.247	866	17.646
Centro Oeste	5.487	2.005	531	8.023
Sudeste	19.722	13.399	2.200	35.321
Sul	8.351	3.464	267	12.082
No exterior	-	115	548	663
Total	**50.813**	**26.477**	**4.849**	**82.139**

	Consolidado 2019			
	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total
No país				
Norte	5.019	3.237	595	8.851
Nordeste	13.721	5.043	1.483	20.247
Centro Oeste	6.487	2.258	1.043	9.788
Sudeste	21.430	15.099	3.685	40.214
Sul	9.867	4.272	621	14.760
No exterior	-	92	1.546	1.638
Total	**56.524**	**30.001**	**8.973**	**95.498**

25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais
(i) cobrança de ICMS em virtude de não inclusão do ICMS – Substituição Tributária em sua base de cálculo (R$ 38 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 49 em 31 de dezembro de 2019); e

(ii) suposto recolhimento a menor de ICMS por uso de créditos de ICMS adquiridos quando da tomada de serviços de frete associados a operações não tributadas (R$ 36 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 38 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) (R$ 57 em 31 de dezembro de 2020).

Processos Cíveis
(i) processo movido por Valpar em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (R$ 104 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 92 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Processos Trabalhistas

(i) Subsidiaridades – pedidos de condenação subsidiária da Companhia ao pagamento de verbas trabalhistas devidas aos empregados das empresas prestadoras de serviço (R$ 83 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 83 em 31 de dezembro de 2019); e

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R$ 36 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 51 em 31 de dezembro de 2019).

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras receitas (despesas), líquidas.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Entretanto, dada as características das provisões judiciais de longo prazo, não é possível estimar um cronograma referente à saída desses recursos.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado									
	2020					2019				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	**299**	**370**	**352**	**19**	**1.040**	**213**	**323**	**453**	**12**	**1.001**
Adição, líquida de reversão	(69)	25	(65)	2	(107)	94	71	(83)	5	**87**
Utilização (*)	(14)	(51)	(23)	-	(88)	(17)	(25)	(28)	-	**(70)**
Atualização	8	19	30	1	58	9	1	10	2	**22**
Baixa pela venda da Stratura	(3)	(1)	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldo final	**221**	**362**	**294**	**22**	**899**	**299**	**370**	**352**	**19**	**1.040**

	Controladora									
	2020					2019				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	**299**	**369**	**352**	**19**	**1.039**	213	323	453	12	**1.001**
Adição, líquida de reversão	(72)	25	(65)	2	(110)	94	70	(83)	5	**86**
Utilização (*)	(14)	(51)	(23)	-	(88)	(17)	(26)	(27)	-	**(70)**
Atualização	8	19	30	1	58	9	2	9	2	**22**
Saldo final	**221**	**362**	**294**	**22**	**899**	**299**	**369**	**352**	**19**	**1.039**

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R$ 37 em 2020 (Consolidado e Controladora),conforme nota 25.2 (R$ 17 em 2019 Consolidado e Controladora).

25.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	Consolidado					
	2020			2019		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	362	125	237	370	135	235
Causas fiscais	221	97	124	299	93	206
Causas cíveis	294	62	232	352	61	291
Causas ambientais	22	1	21	19	1	18
Total	**899**	**285**	**614**	**1.040**	**290**	**750**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**768**	**184**	**98**	**1**	**1.051**	**1.027**
Adição, líquida de reversão	61	30	7	-	98	98
Utilização (a)	(1)	(14)	(2)	-	(17)	(17)
Atualização monetária / juros (b)	35	5	-	-	40	39
Outros	-	-	1	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**863**	**205**	**104**	**1**	**1.173**	**1.148**
Adição, líquida de reversão	12	6	3	-	21	21
Utilização (a)	(10)	(23)	(4)	-	(37)	(37)
Atualização monetária / juros (b)	24	4	3	-	31	30
Baixa pela venda da Stratura	(25)	-	-	-	(25)	-
Outros	-	2	(1)	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**864**	**194**	**105**	**1**	**1.164**	**1.163**

(a) Por pagamento de processos judiciais.
(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas. Os depósitos referentes a tributos federais são atualizados de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Os depósitos trabalhistas e de outras naturezas são atualizados pela TR mais juros de 6% ao ano.

A Companhia mantém R$ 285 (R$ 290 em 31 de dezembro de 2019) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 25.1.1); R$ 597 (R$ 575 em 31 de dezembro de 2019) associados a contingências possíveis; R$ 158 (R$ 88 em 31 de dezembro de 2019) associados a contingências remotas; R$ 91 (R$ 185 em 31 de dezembro de 2019) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R$ 33 (R$ 35 em 31 de dezembro de 2019) referem-se a outros.

25.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Fiscais	8.143	8.480	8.143	8.420
Cíveis	3.294	2.532	3.294	2.525
Trabalhistas	709	695	709	695
Ambientais	145	154	145	153
Total	**12.291**	**11.861**	**12.291**	**11.793**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	2020	2019
	Autor: Estado do RJ		
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. O Estado do Rio de Janeiro conferiu benefício fiscal reduzindo a alíquota de ICMS sobre querosene de aviação. Essa redução foi considerada inconstitucional. Hoje o Estado do Rio de Janeiro cobra essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas.	1.364	1.329
	Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO		
2)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal. (a) (c)	1.509	1.569
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, SE, SP e TO		
3)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura. (b)	928	918
	Autores: Estados do AP, BA e SP e Discom		
4)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	722	851
	Autores: Estados do AM, CE e PE		
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior. (e)	199	519
	Autor: Estado de PE		
6)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as normas contidas no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991, que previam a possibilidade de tomada e manutenção de créditos fiscais de ICMS, foram ou não tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996.(e)	684	522
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MT, PA, PB, PI, RJ, e RO, o Distrito Federal e a União		
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia. (b) (d)	234	371
	Autor: União		
8)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	574	664
	Autor: Estado do RJ		
9)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda.	229	292
	Autor: Estado do RJ		
10)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	102	108

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Autor: União			
11)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados.	157	170
Autores: Estado do AC, AM, BA, CE, GO, MG, PB, PI, RO e SP			
12)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte. (a)	242	81
Autores: Estados do AC, AM, BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ e RS			
13)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	77	113
Autor: União			
14)	Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	63	38
Autores: Estados do AC, AM, CE, ES, GO, MA, MT, PA, PE e RJ			
15)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante. (a)	122	60
Autores: Estados do MT, PA e PE			
16)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	101	81
Autor: União			
17)	Processos em que a Companhia é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de contribuições previdenciárias.	52	54
Autores: Estado do PA, União e Município de Sorocaba			
18)	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	75	155
Autores: Estados do PR e SP			
19)	Guerra fiscal entre Unidades da Federação relativa a benefícios fiscais na origem e possibilidade de creditamento em operações interestaduais.	75	73
Autor: Estado do MT			
20)	Processo no qual se discute a exigência de ICMS em razão de a empresa ter vendido a cliente, formalmente localizado no Estado do Pará, quantidade de produto superior à capacidade de consumo daquele. Assim, considerando o Estado, que o produto permaneceu em Mato Grosso.	16	50
Autores: Estados do AM, GO, MT e SC			
21)	Não Retenção ou Retenção a Menor do ICMS nas vendas da Companhia para adquirentes industriais, que utilizam combustível como insumo à industrialização.	29	43
Autor: União			
22)	Processos em que a Companhia é autuada quanto às verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	67	56
Autores: Estados do AC, GO, MG, PA, PB, PE, RJ, RO, SC e TO			
23)	Processos em que há cobrança de ICMS não categorizada nos demais perfis existentes. (C)	28	55
Autor: União			
24)	Processos relativos a compensações de saldo credor e/ou pagamento a maior de Impostos Federais não homologados pela RFB.	22	45

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Autor: Estados do MT e SP			
25)	Processos em que o estado cobra da BR tributo retido e não recolhido por alienante.	50	36
Autor: União			
26)	Cobranças de multas isoladas da Receita Federal em razão da não homologação de compensações efetuadas pela BR. (d)	75	-
Autor: União			
27)	Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações operadas pela BR, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal - exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.	110	-
	Processos diversos de natureza fiscal	237	227
	Total	**8.143**	**8.480**

Ocorreram reclassificações entre os perfis, conforme segue abaixo:

(a) reclassificação de R$ 160 do perfil "2 - ICMS – Aviação Revenda" para os perfis "12-ICMS – Crédito sobre frete" (R$ 123) e "15 - ICMS – Omissões Scanc (R$ 59").
(b) reclassificação de R$ 16 do perfil "3 - ICMS – Divergência de estoque" para o perfil "7 - Descumprimento de Outras Obrigações Instrumentais.
(c) reclassificação de R$ 32 do perfil "23 - ICMS – Outras cobranças" para o perfil "2 - ICMS - Aviação Revenda".
(d) reclassificação de R$ 70 do perfil "7 - Descumprimento de outras obrigações instrumentais" para o perfil "27 - Multas isoladas pela não homologação de compensações federais".
(e) reclassificação de R$ 92 do perfil "5 - ICMS - Aviação Exportação " para o perfil "6 ICMS - Crédito Lei PE Derrogada ".

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível		2020	2019
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..			
1)	Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis. **Situação atual:** Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.141	962
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
2)	Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências. **Situação atual:** Em 10 de abril de 2019, o Tribunal Colegiado do CADE finalizou o julgamento, e por maioria de votos (3 a 2), a Companhia foi absolvida pelo CADE da acusação de formação de cartel. Por unanimidade, contudo, a Companhia e a IPP foram condenadas pelo CADE, por suposto exercício de influência negativa na cadeia econômica de revenda. Em setembro de 2019 a Companhia ajuizou ação anulatória do débito, com oferta de garantia, perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Nesse processo foi proferida decisão concedendo efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto pela BR, suspendendo a multa administrava oriunda da decisão do CADE até ulterior decisão do juízo competente. Foi ainda determinado, na mesma decisão, que o CADE se abstenha de inscrever no CADIN e em qualquer cadastro de proteção ao crédito, o nome da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. Em 22/10/2020, BR protocolo a sua réplica.	70	67

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o soerguimento do Grupo Forte. **Situação atual:** A União opôs embargos de divergência contra o acórdão que rejeitou os seus embargos de declaração (RESP nº 1.265.625). O valor em discussão atualizado é R$ 1,6 bilhão, conforme proposta de acordo apresentada pela Rede Forte em 2017. No fim de 2017, a Rede Forte enviou carta ao mercado estimando a condenação em R$8 bilhões – nada obstante ter se manifestado em juízo a respeito de sua iliquidez. Em julho de 2018, enviou nova carta ao mercado estimando a condenação em R$10.600 milhões, tendo iniciado execução provisória de sentença neste montante. O pleito foi indeferido pelo juízo e a decisão mantida pelo TJSP após interposição de agravo de instrumento pela autora, dentre outros motivos, pela necessidade de novo julgamento pelo TJSP, que poderá alterar a condenação, bem como as suas premissas. Tal decisão não foi desafiada por novos recursos da Autora. No entendimento da Administração da Cia, alinhado aos dos advogados que patrocinam a causa, o valor da contingência seria de R$ 294. Tal diferença decorre da necessidade de se promover uma liquidação da sentença, fazendo com que o risco atual não possa ser definido com precisão.	294	281
3)			
	Autor: Francisco Messias Cameli Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). **Situação atual:** Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da BR, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a BR interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela BR o Recurso Especial, o mesmo foi admitido na origem, sem efeito suspensivo. Aguardando distribuição do recurso perante o STJ, e caso seja iniciado cumprimento provisório de sentença contra a BR, apesar do recurso especial admitido, será solicitado efeito suspensivo ao STJ.	201	191
4)			
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda. A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais. **Situação atual:** Aguardando o julgamento do Recurso de Apelação da Companhia, e do recurso Adesivo da DISCOM.	230	206
5)			
	Autor: Borborema Energética S.A. O autor alega erro na formação do preço da Companhia quando da elaboração do contrato o qual não teria observado a competente Resolução da ANEEL. A Companhia alega que praticou adequadamente os preços da Resolução ANEEL e que a formação de seu preço observou o reajuste previsto em tal resolução. **Situação atual:** Pedidos julgados procedentes em primeira instância. Em segunda instância, as nossas preliminares (prescrição e nulidade da perícia/sentença) foram rejeitadas e, no mérito, o colegiado entendeu (por unanimidade) que o mês M-1 seria aquele indicado pela BR (Jan/2009), mas que o reajuste deveria já ocorrer em fevereiro e não em março. Assim, de ofício, a 15ª Câmara Cível anulou a sentença de 1ª instância e determinou que outra perícia fosse realizada com base nas premissas apontadas pelo colegiado, julgando prejudicado o nosso recurso de apelação. A Tendências Consultoria elaborou novos cálculos com base nos parâmetros do Acórdão, tendo enviado resultados obtidos em dois cenários, optamos pelo cenário mais conservador e o novo risco é de R$ 14.	14	215
6)			

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7)	**Autor: Único Combustíveis Ltda.** O autor ajuizou ação postulando indenização pela responsabilidade da Companhia na rescisão do contrato de fornecimento de combustíveis. A Companhia se defendeu afirmando que o autor, e não ela, deu causa à rescisão. **Situação atual:** Ação com trânsito em julgado desfavorável à Companhia, em fase de execução. A Companhia apresentou recurso sustentando que o critério de margem bruta/líquida para fins de apuração dos lucros cessantes foi equivocadamente utilizado pelo perito, o que foi acolhido em decisão do Superior Tribunal de Justiça. Em 23/09/2020, devido à atribuição de efeito suspensivo ao Recurso Especial da BR, o Juízo determinou a suspensão do feito, na origem, inicialmente por 90 dias, para aguardar o julgamento do recurso no Superior Tribunal de Justiça.	75	71
8)	**Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda.** Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor, além dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada. **Situação atual:** Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	53	45
9)	**Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica** Trata-se de investigação administrativa de suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, com pedido de adoção de medida preventiva, deflagrada por GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP. **Situação atual:** Em 12 de agosto de 2020, a SG fez publicar o Despacho nº 859/2020 (SEI nº 0790808), determinando a conclusão da instrução processual do Processo Administrativo e notificando as empresas representadas a apresentar alegações no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com fundamento no artigo 73 da Lei de Defesa da Concorrência e no artigo 155, caput, do RICADE.	84	82
10)	**Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.** Autor moveu ação em face da BR objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A BR foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários. Tal metodologia de cálculo elevou o crédito da Dislub para cerca de R$ 95 em valores atuais.		

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Situação atual: BR foi condenada em indenizar lucros cessantes, calculados por perícia homologada pelo juízo e confirmada pelo Tribunal pelo faturamento bruto, sem desconto dos custos operacionais. Em razão disso, BR recorreu ao STJ e anulou o acórdão para determinar que Tribunal se manifestasse sobre a necessidade de desconto dos lucros cessantes - em linha com a jurisprudência da corte. Por essa razão, mantivemos o valor do risco financeiro, contudo, imputamos como provável o risco jurídico de pagar (R$ 5 - valor encontrado pelo nosso assistente técnico aplicando as premissas da decisão e jurisprudência do STJ), reclassificando como possível a diferença entre o valor atualizado pleiteado por DISLUB (R$ 95) e o valor provisionado. O valor dessa diferença está em cadastro espelho apartado (R$ 90.).	99	-
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
	Inquérito convertido em Processo Administrativo em decisão publicada em 02/07/2020. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% a 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da BR no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF.		
11)	**Situação atual:** Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo em face da BR, Adão e Sanches. As infrações à ordem econômica a serem apuradas são: 284. Constam dos autos indícios que a BR Distribuidora, por meio de Adão do Nacimento Pereira e Luiz Cláudio Caseira Sanches, teria participado de acordo de preços do etanol e de divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como adotado uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. 285. Os indícios mencionados decorrem dos depoimentos dos compromissários vinculados à rede Cascol, do monitoramento das conversas telefônicas e da apreensão da comunicação eletrônica. Tais indícios estão minuciosamente descritos nos itens II.3.1.2.1 Do acordo de preços do etanol entre BR Distribuidora e Ipiranga, II.3.1.2.3 Da discriminação de adquirentes, II.3.1.2.4 Da divisão de Clientes.	343	-
Autor: Viação Ouro Verde E Outros			
12)	Trata-se de Ação Ordinária ajuizada por Viação Princesa Tecelã Transportes Ltda. e Auto Viação Ouro Verde em face da BR. As autoras alegam que cada uma delas, em 29/06/92, firmou com a BR CPCVM e outros pactos, pelos quais se comprometeram a adquirir, ambas, um volume total de 32.760 m³ de combustíveis, em um prazo de sessenta meses. Alegam, ainda que a segunda autora, Viação Ouro Verde Ltda. celebrou contrato de transporte rodoviário a granel de derivados energéticos e álcool anidro e/ou hidratado, com prazo de sessenta meses. Todos os contratos estariam vinculados, na medida em que se estabeleceu proporção entre as quantidades de combustíveis adquiridas e as quantidades de transportes dos produtos. Todavia, afirmam que a BR nunca deu a correta interpretação à cláusula de proporção entre as quantidades dos contratos, de modo que sempre se valeu de transportes da Auto Viação Ouro Verde na quantidade aquém da avençada e, com isso, causou-lhe perdas e danos. **Situação atual**: BR foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entende devida: R$1.041 de indenização a título de frete não transportado e R$83 a título de lucros cessantes. A Companhia requereu a produção de prova pericial técnica para apuração dos volumes e período de contrato que servirão de premissa à liquidação dos valores da condenação. Com apoio dos seus assistentes técnicos, a Companhia avalia que R$83 equivaleria ao lucro líquido que seria obtido com base em faturamento bruto de R$1.041, relativo ao volume de fretes que deveriam ter sido transportados indicados pelas Autoras. Assim, a Companhia considera	75	-

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	provável a perda de R$ 8 (valor estimado com base na proporcionalidade prevista no contrato) e possível a perda de R$ 75.		
Autor: Carrefour Comércio E Indústria Ltda			
13)	Ação monitoria objetivando a cobrança de valores que foram glosados pelo BR. **Situação atual:** Processo em fase de produção de provas.	63	-

Autor: Rrf Participações E Administração De Empresas S.A.

14)	A causa de pedir desta demanda decorre do artigo 246 da LSA, segundo o qual a "sociedade controladora será obrigada a reparar os danos que causar à companhia por atos praticados com infração ao disposto nos arts. 116 e117 ".A BR impediu – tanto por ações quanto por omissões – que a BRF pudesse se desenvolver: a BR simplesmente reavaliou suas prioridades internas e perdeu o interesse no projeto, após ter assumido compromissos não apenas perante sua sócia RRF – em acordo de acionistas firmado quando da constituição da sociedade – mas, especialmente, perante a própria BRF. Para atender a interesses particulares, a BR desistiu unilateralmente de implementar atos imprescindíveis à concretização do fim social da BRF, recusando-se a assinar os contratos essenciais à viabilização do projeto de produção de óleo para biorrefino. E, ao assim proceder, agiu a ré em inequívoco abuso de poder de controle, conduta vedada pelos arts. 116 e 117 da LSA. **Situação atual:** Citação da BR recebida em 24/11/2020. Prazo de 15 (quinze) dias para responder a juntada do AR (Art. 219 do CPC).	51	-
	Processos diversos de natureza cível	501	412
	Total	**3.294**	**2.532**

c) Processos de natureza trabalhista

	Descrição dos processos de natureza trabalhistas	2020	2019
Autores: Diversos			
1)	Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	236	305
Autores: Diversos			
2)	Ações judiciais nas quais os ex-empregados das empresas contratadas da Companhia pleiteiam a condenação subsidiária da Companhia ao pagamento dos seus créditos trabalhistas.	58	58
Autores: Diversos			
3)	Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da BR pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos aos agentes nocivos, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e do Emprego.	41	60
Autores: Diversos			
4)	Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos combustíveis derivados de petróleo contratados pela Companhia.	67	89

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Autores: Diversos		
5) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas contratadas para efetuar a prestação de serviços pleiteando direito à isonomia salarial em relação a outros empregados.	19	41
Processos diversos de natureza trabalhista	288	142
Total	**709**	**695**

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	**2020**	**2019**
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia. **Situação atual:** Processo em fase de perícia, com discussões sobre os quesitos e a qualificação do perito designado pelo juízo. Antes de decidir sobre os limites da perícia, o Juiz designou audiência de conciliação para março/2020, que foi cancelada em razão da COVID-19, sem nova data marcada.	116	100
Processos diversos de natureza ambiental	29	54
Total	**145**	**154**

⇒ *Política contábil*

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando:
(i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos;
(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
(iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

As estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base na avaliação de seu corpo técnico e escritórios contratados.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

25.4 Processos judiciais – recuperação de tributos

25.4.1 ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

Em 28 de outubro de 2020, mediante solicitação adicional realizada pela Companhia em 11 de agosto de 2020, foi certificado que se tornou irrecorrível a decisão emitida pela 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, favorável à Companhia, que determinou que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado nos documentos fiscais.

Em face desta certificação, em 2020, a Companhia reconheceu um crédito no total de R$1.437 (Nota 16.1).

⇒ ***Política contábil***

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

26 Compromissos contratuais

a) Contratos "*take or pay*" de compras

A Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de 3 anos, que correspondem a um valor total estimado de R$ 226 com a Petrobras e R$ 73 com a Refinaria de Petróleo Riograndense.

A Companhia possui compromissos de compras de gás natural veicular para o período de quatro anos, num valor estimado de R$ 55 com a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS).

A partir de 01/08/2020, a Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás assumiu as operações da concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo, sucedendo a Companhia nos contratos de compra de gás natural com a Petrobras.

b) Contratos "*take or pay*" de serviços

A Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R$ 837, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Serviços de beneficiamento prestados pela Brasil Carbonos nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis, cujo saldo contratual remanescente refere-se a aproximadamente 15.400 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$ 426, até outubro de 2033.

A Companhia presta serviço de armazenagem, para o período de 1 ano, ao valor estimado de R$ 44 com Ageo Terminais.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27 Instrumentos financeiros

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial e suas devidas categorias:

	Notas	Hierarquia Valor Justo	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Controladora 2020	Controladora 2019
Custo amortizado						
Caixa e bancos	6		50	239	50	238
Aplicações financeiras	6		3.308	2.123	3.146	1.876
Contas a receber	7		4.665	5.044	5.004	5.214
Empréstimos concedidos a partes relacionadas			-	-	-	144
NTN-P (Outros ativos realizáveis a longo prazo)			3	2	3	2
Total ativos ao custo amortizado			**8.026**	**7.408**	**8.203**	**7.474**
Fornecedores	13		2.196	2.307	2.226	2.331
Financiamentos	14		7.757	5.957	6.987	5.066
Total passivos ao custo amortizado			**9.953**	**8.264**	**9.213**	**7.397**
Valor justo por meio do resultado						
Contas a receber	7	2	84	23	84	23
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		1	11	3	11	3
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de swaps e NDFs		2	506	6	506	6
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			**601**	**32**	**601**	**32**
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		1	77	19	77	19
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de NDFs		2	4	22	4	22
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			**81**	**41**	**81**	**41**

⇒ *Política contábil*

No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais instrumentos.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- *Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;*

- *Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.*

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento

Notas Explicativas

remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Os ativos financeiros estão sujeitos ao teste de impairment.

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge de moeda e de commodity, os quais são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

28 Gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de hedge definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados à variação cambial.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

28.1 Riscos de mercado

28.1.1 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, da importação de produtos e de captações de empréstimos em moeda estrangeira, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

28.1.1.1 Gerenciamento de risco cambial

Contratos de SWAP

Entre janeiro e dezembro deste ano, a Companhia contratou operações de swap em virtude de captações de recursos realizadas através de NCE e Loan 4131 para proteção contra a variação cambial da dívida contraída em moeda estrangeira. As operações de swap contratadas possuem um nocional total de R$2.848.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

US$ x CDI

A Companhia possui cinco contratos desta modalidade, cujo valor nocional agregado é de US$ 614 milhões com diversos vencimentos até 31/03/2025, com uma posição ativa (comprada) em dólares indexados à taxa pré-fixada, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI + spread, totalizando um nocional de R$ 2.733.

YEN x CDI

A Companhia possui um contrato desta modalidade, cujo valor nocional é de ¥2.449 milhões (R$125 em 31 de dezembro de 2020) com vencimento em 09/04/2021, com uma posição ativa (comprada) em YEN indexado a uma taxa pré-fixada, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI + spread, totalizando R$ 115.

	Contratos de Swap	Valor de Referência (Nocional) (Milhões)		Valor Justo (R$ Milhões)	
		2020	2019	2020	2019
Ponta ativa	USD	614	-	3.307	-
Ponta ativa	JPY	2.449	-	125	-
Ponta passiva	CDI	2.848	-	2.927	-
		Resultado do Swap		505	
		Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)		504	

Em 31 de dezembro o resultado dos SWAP das seis operações foi precificado em R$ 504.

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. O valor justo do SWAP de Iene x CDI, é calculado pela paridade iene-dólar. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no CDS (Credit Default Swap) tendo como fonte a Bloomberg.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Contraparte					Taxas Médias Swap	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	Pré x DI	4131 JP	JP Morgan	325	325	100%	1,07059% a.a.	CDI + 0,64% a.a
USD	Pré x DI	4131 JP	JP Morgan	325	325	100%	1,08235% a.a.	CDI + 0,64% a.a
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	1.040	1.040	100%	1,216% a.a.	CDI + 0,79% a.a
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	1.163	1.164	100%	2,5725% a.a.	CDI + 0,78% a.a
USD	Pré x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	351	351	100%	2,08% a.a.	CDI + 0,694% a.a
JPY	Pré x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	125	125	100%	2,08% a.a.	CDI + 2,75% a.a

Conforme informado na nota 14, a Companhia celebrou aditamento dos instrumentos de dívidas e contratos de Swap atrelados a Libor, trocando o indexador por uma taxa pré-fixada.

Até 31 de dezembro de 2020 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R$ 15.

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos. Para as dívidas em dólar e os respectivos instrumentos de hedge (SWAPs Dólar x DI) adotou como cenário provável o câmbio projetado pelo relatório Focus publicado em 31/12/2020, para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%. Para a dívida em iene e o respectivo instrumento de hedge (SWAP Iene x DI) adotou como cenário provável o contrato futuro de JPYUSD e o câmbio USDBRL projetado pelo relatório Focus publicado em 31/12/2020, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

As análises de sensibilidade apresentadas consideram mudanças com relação às variáveis de riscos assumidas, mantendo constantes as demais.

Análise de Sensibilidade ao USD

Operação		31.12.2020	Cenário Provável	25%	50%
Derivativo SWAP Dólar x DI	PA (+)	3.307	3.214	4.017	4.821
	PP (-)	2.807	2.807	2.807	2.807
	Resultado SWAP	500	407	1.210	2.014
Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito		499	405	1.205	2.006
Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito			**(94)**	**706**	**1.507**

	31/12/2020	Cenário Provável	+25%	+50%
USDBRL	R$ 5,1967	R$ 5,05	R$ 6,3125	R$ 7,5750

Análise de Sensibilidade ao Iene

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Operação		31.12.2020	Cenário Provável	25%	50%
Derivativo SWAP Iene x DI	PA	125	121	189	273
	PP	120	120	120	120
	Resultado SWAP	5	1	70	53
Resultado pós desconto de Risco de Crédito		5	1	70	153
Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito			**(4)**	**65**	**148**

	31/12/2020	Cenário Provável	+25%	+50%
JPYUSD	R$ 0,009679	R$ 0,0096	R$ 0,0120	R$ 0,0144
USDBRL	R$ 5,1967	R$ 5,05	R$ 6,3125	R$ 7,5750

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. No segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado. No terceiro caso, o objetivo é alinhar o custo do estoque ao nível de mercado. No quarto caso, ainda em fase inicial, é a garantia de preço do Cartão do Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido entre janeiro e dezembro de 2020, o percentual de *hedge* contratado representou 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou *hedge* cambial, entre janeiro a dezembro de 2020, para 100% das cargas onde há exposição cambial.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações quanto das importações.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF entre janeiro a dezembro de 2020 geraram um fluxo positivo para a Companhia de R$ 63.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (*nocional*) USD (Milhões) 31.12.2020	31.12.2019	Valor justo R$ (Milhões) 31.12.2020	31.12.2019	Vencimento
Posição Comprada	-	223	-	(22)	1T20
Posição Comprada	-	2	-	-	2T20
Posição Comprada	64	-	(1)	-	1T21
Posição Vendida	-	77	-	6	1T20
Posição Vendida	-	2	-	-	2T20
Posição Vendida	13	-	-	-	1T21

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2020, os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data. O valor justo no cenário provável é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável em 31.12.2020	Cenário Possível (Δ de + 25%)	Cenário Remoto (mil R$) (Δ de + 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	Valorização do dólar frente ao real	(7)	(66)	(132)

(*) A Companhia tem mais posição comprada do que vendida em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

	Consolidado				
	Exposição em 31/12/2020	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - possível (*) 25%	Cenário III - remoto (*) 50%
Ativos					
Disponibilidades	26	Dólar / Real	(1)	6	12
Contas a receber	45	Dólar / Real	(1)	10	21
Passivos					
Fornecedores	(412)	Dólar / Real	12	(88)	(189)
Financiamentos	(3.203)	Dólar / Real	90	(688)	(1.466)
Financiamentos	(125)	Ienes / Real	5	(63)	(146)
Impacto no resultado					
Ganho/(perda)			105	(823)	(1.768)

Critérios
Cenário provável - Variação de -4,82% do Real frente ao Dólar e de -3,616% frente ao Iene. Fonte: Focus.
(*) Cenário II e III - consideram um impacto no cenário provável de 25% e 50%, respectivamente.
Para a análise de sensibilidade foi considerada apenas a deterioração do dólar em relação ao saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020, considerando este constante.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.1.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado, principalmente, ao CDI e ao IPCA, que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários-CRI, Nota de Crédito de Exportação-NCE, Loan 4131 e Debêntures dos Certificados de Recebíveis de Agronegócios-CRA).

28.1.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia e suas investidas consolidadas, atualmente não utilizam instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2020.

					Consolidado
		Risco	Cenário I - provável	Cenário II - possível (*)	Cenário III - remoto (*)
	Exposição em 31 de dezembro de 2020	CDI	2,08%	2,60%	3,12%
		IPCA	4,10%	5,13%	6,15%
		SELIC	2,19%	2,73%	3,28%
		IGPM	5,19%	6,48%	7,78%
		INPC	4,41%	5,52%	6,62%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI - 100%	3.121	CDI	65	81	97
Aplicações financeiras - SELIC	149	SELIC	3	4	5
Financiamentos a receber - CDI- 100%	636	CDI	13	17	20
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	355	IGPM	18	23	28
Financiamentos a receber - INPC	84	INPC	4	5	6
Financiamentos a receber - SELIC	213	SELIC	5	6	7
Instrumentos financeiros passivos					
Debêntures - CDI - 111,57%	(753)	CDI	(17)	(22)	(26)
Debêntures - CRA 9ª série - CDI - 98%	(481)	CDI	(10)	(12)	(15)
Debêntures - CRA 10ª série - CDI - 100%	(204)	CDI	(4)	(5)	(6)
Debêntures - CRA 11ª série - IPCA	(309)	IPCA	(13)	(16)	(19)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) - IPCA	(770)	IPCA	(32)	(39)	(47)
Empréstimos bancários - CDI - 100%	(1.912)	CDI	(40)	(50)	(60)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(perda)			(8)	(8)	(10)

Critérios
Cenário provável - considera a projeção das taxas para 2021, conforme Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil. Em relação ao CDI, foi utilizada como fonte a CETIP.
(*) Cenário II e III - consideram uma deterioração da taxa projetada no cenário provável de 25% e 50%, respectivamente.
Para a análise de sensibilidade foi considerada apenas a deterioração da taxa de juros em relação ao saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020, considerando este constante.

28.1.3 Gerenciamento de risco de preços

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Atualmente a política de preços da Petrobras para diesel e gasolina, além de levar em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações para acompanhar esse movimento.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros. Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de commodity e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco todas as operações com derivativos de *commodity* possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contratos (em centavos por galão)				(em milhões de reais)		
Tipo	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 31.12.2020	MTM (Valor do Contrato)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)
RBOB (Gasolina)	668	712	733	(6)	(57)	(109)
HO (Diesel)	1.991	777	771	5	(156)	(318)

Foi utilizada a Ptax Venda de 31/12/2020 (5,1967) para cálculo dos números descritos acima.

28.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário. Mantém-se, ainda, espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

Até a realização do *Follow On*, em 25 de julho de 2019, o excesso de caixa era aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Após o *Follow On* a Companhia buscou bancos parceiros para fazer as aplicações das sobras de caixa com rendimentos atrelados ao CDI.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado							
Período	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Principal	2.034	1.144	1.367	1.170	2.305	33	274	8.327
Juros	228	157	136	110	59	13	47	750
Total	**2.262**	**1.301**	**1.503**	**1.280**	**2.364**	**46**	**321**	**9.077**

O fluxo dos pagamentos de arrendamentos está apresentado na nota 15.

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante.

28.3 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

28.3.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, segue rating abaixo:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Nome	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Américas	-	-	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco do Brasil	Brasil	AA	Fitch	BB-	S&P
Banco Itau Unibanco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Safra	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Caixa Econômica Federal	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Citibank	Brasil	AAA	S&P	-	S&P
Banrisul	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
Scotia bank	Canadá	-	S&P	A+	S&P
MUFG	Estados Unidos	-	S&P	A-	S&P
MUFG	Brasil	AAA	S&P	-	-
BRASIL (País)		AAA	S&P	BB-	S&P
Petrobras Distribuidora S.A.	Brasil	Aaa	Moody's	Ba1	Moody's

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 7.

A carteira da Companhia somava R$ 10.683 em 31 de dezembro de 2020.

Para os clientes da Rede de Postos e B2B sem aviação, a Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

Para o setor elétrico, a Companhia possui uma matriz separada, dado o histórico e especificidade deste segmento.

Em relação ao segmento de aviação, devido ao aumento no risco de crédito mencionado na nota 1.3, decorrente do impacto da pandemia do COVID-19, a Companhia incorporou o aumento da probabilidade de default na matriz utilizada para o cálculo das perdas de crédito esperadas, utilizando-se dos ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco para as empresas aéreas mais representativas do contas a receber, extrapolando este impacto para toda a carteira de recebíveis da aviação.

A seguir a matriz atualmente vigente:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos	0,20%	66,46%	72,08%	76,12%	79,68%	100,00%
Aviação	2,63%	95,24%	95,24%	95,24%	95,24%	100,00%
B2B sem aviação	0,10%	24,59%	42,22%	63,70%	73,97%	100,00%
Térmicas do sistema isolado						
Sistema Eletrobras	0,11%	23,31%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%

28.3.2 Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e Valores Mobiliários	
	2020	2019	2020	2019
AAA	3.064	1.442	3	-
AA	268	-	-	-
BrAAA	-	468	-	2
Aa1.br	-	338	-	-
Sem rating (*)	26	114	-	-
	3.358	**2.362**	**3**	**2**

(*) Os ratings listados na tabela possuem referência em Escala Nacional e a ausência de classificação indica que a respectiva instituição financeira não está classificada segundo esse critério pelas agências S&P e Moody's. Os ratings em Escala Global neste caso são BBB+ em 2020 e BBB+ e A+ em 2019

.

28.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado	
	2020	2019
Financiamentos (nota 13)	7.757	5.957
Arrendamentos (nota 14)	796	818
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	8.553	6.775
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	(504)	-
Dívida bruta após instrumento derivativo	8.049	6.775
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(3.358)	(2.362)
Endividamento líquido	**4.691**	**4.413**

28.5 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 14.2.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

29 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por operação

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado 2020			Controladora 2020		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Resultado						
Receitas	2.558			2.558		
Variações monetárias e cambiais líquidas	16			(18)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	32			(25)		
Outras receitas e despesas	3			3		
Ativo						
Contas a receber (nota 7)		596			935	
Títulos e valores mobiliários (*)		3			3	
Caixa e equivalentes de caixa		294			285	
Dividendos		-			7	
Depósitos judiciais		882			881	
Passivo						
Fornecedores			709			742
Dividendos / Juros sobre capital próprio			346			346
Adiantamento de clientes			194			194
Arrendamentos			52			594
Outras contas a pagar			146			146
Em 31.12.2020	**2.609**	**1.775**	**1.447**	**2.518**	**2.111**	**2.022**
Janeiro a dezembro/2019	**2.872**			**2.808**		
Em 31.12.2019		**2.419**	**1.032**		**2.824**	**1.628**

(*) Classificados em Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo.

As compras efetuadas com a Petrobras totalizaram R$ 53.600 (R$ 56.801 em 2019), com a Refinaria de Petróleo Riograndense R$ 403 (R$ 579 em 2019) e com as Distribuidoras de Gás R$ 227 (R$ 341 em 2019).

A Companhia possui contratos mínimos de compra com a Petrobras, conforme mencionado na nota 26 (a). Adicionalmente, a Companhia possui contratos com a Petrobras para o período de 4 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$ 40.298.

A Companhia assumiu compromissos de aportes de capital, no ano de 2021, nas empresas Muricy II e Pecém, no valor de R$ 30 em cada uma delas.

29.1.2 Por empresa

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

						Consolidado
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	**17**	**329**	**206**	**631**	-	-
Controladas - Sistema Petrobras						
Petrobras	1.709	1.687	192	200	1.200	927
Transpetro	33	45	18	10	44	35
Outras	76	48	11	6	1	2
	1.818	**1.780**	**221**	**216**	**1.245**	**964**
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia e Sistema Petrobras						
Termocabo	21	12	15	-	-	-
Petrocoque	61	88	-	-	-	-
Logum Logística	3	1	-	-	1	1
CDGN (**)	-	(4)	-	-	-	21
ES GAS	7	-	65	-	-	-
Cia. Energética Manauara	35	30	-	-	1	1
Brentech Energia	49	-	-	-	-	-
Outras	3	2	-	1	6	7
	179	**129**	**80**	**1**	**8**	**30**
Coligadas do Sistema Petrobras (***)						
Suape II	-	2	-	-	-	-
	-	**2**	-	-	-	-
Entidades governamentais						
Títulos governamentais	-	-	3	2	-	-
Bancos Controlados pela União	69	126	1.176	1.476	-	-
Clientes - Governo Federal	526	506	89	93	194	38
	595	632	1.268	1.571	194	38
Total	**2.609**	**2.872**	**1.775**	**2.419**	**1.447**	**1.032**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	**17**	**329**	**206**	**631**	-	-
Controladas da Companhia e Sistema Petrobras						
Petrobras	1.709	1.688	192	200	1.200	922
Stratura (*)	-	27	-	145	-	-
Transpetro	33	45	18	10	44	35
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(91)	(89)	343	291	570	597
Outras	76	47	11	6	-	2
	1.727	**1.718**	**564**	**652**	**1.814**	**1.556**
Operação em conjunto						
Brasil Carbonos	-	-	**3**	-	**6**	**4**
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia e Sistema Petrobras						
Termocabo	21	12	15	-	-	-
Petrocoque	61	88	-	-	-	-
Logum Logística	3	1	-	-	1	1
CDGN (**)	-	(4)	-	-	-	21
ES GAS	7	-	65	-	-	-
Cia. Energética Manauara	35	30	-	-	1	1
Brentech Energia	49	-	-	-	-	-
Outras	3	2	-	1	6	7
	179	**129**	**80**	**1**	**8**	**30**
Coligadas do Sistema Petrobras (***)						
Suape II	-	2	-	-	-	-
	-	**2**	-	-	-	-
Entidades governamentais						
Títulos governamentais	-	-	3	2	-	-
Bancos Controlados pela União	69	124	1.166	1.445	-	-
Clientes - Governo Federal	526	506	89	93	194	38
	595	630	1.258	1.540	194	38
Total	**2.518**	**2.808**	**2.111**	**2.824**	**2.022**	**1.628**

(*) Em 18 de agosto de 2020 a Companhia concluiu o processo de venda da totalidade da participação na Stratura (Nota 10).
(**) Em 05 de junho de 2020, a Companhia realizou o fechamento da operação de venda da totalidade de sua participação acionária na CDGN LOGÍSTICA S.A. ao MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
(***) Em 31 de dezembro de 2019, estas empresas deixaram de ser consideradas Partes Relacionadas.

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil.

29.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	2020				2019			
Benefícios	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Curto prazo	21,4	13,4	1,0	**35,8**	11,3	1,2	0,5	**13,0**
Pós-emprego	0,8	-	-	**0,8**	0,7	-	-	**0,7**
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	-	-	-	0,1	-	-	**0,1**
Remuneração baseada em ações	1,6	-	-	**1,6**	-	-	-	-
Total	**23,8**	**13,4**	**1,0**	**38,2**	**12,1**	**1,2**	**0,5**	**13,8**

Em 2020, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

No Consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R$ 41 (R$ 17 em 2019).

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Arrendamentos	116	106	123	110
Aportes em participações societárias por meio de contas a receber	379	-	379	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	37	17	37	17

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

31 Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra incêndio para as instalações, equipamentos e produtos totalizava R$ 723. A cobertura para a responsabilidade civil totalizava R$ 5.276, sendo R$ 5.196 para operações de abastecimentos de aeronaves e R$ 80 para operações e poluição ambiental súbita. A cobertura para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia, totalizava R$ 139.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32 Eventos subsequentes

Aquisição da Targus

Em 01 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu o fechamento da Transação com a Targus Comercializadora de Energia S.A. e a Targus Serviços de Energia Ltda. (“Grupo Targus Energia”) (“Fechamento da Transação”).

A Companhia será detentora de 70% do capital social do Grupo Targus Energia, após a conclusão de todos os aportes previstos para até 31 de dezembro 2021. A Companhia também celebrou na mesma data o Acordo de Acionistas com os atuais sócios do Grupo Targus Energia, que vigorará por 15 anos, e que prevê, entre direitos e obrigações, opções de compra para aquisição dos 30% da participação societária remanescente.

***Joint Venture* com Lojas Americanas**

Em 25 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou com LOJAS AMERICANAS S.A. (“Americanas”), documentos vinculantes para a formação de parceria para a exploração do negócio de conveniência, dentro e fora de postos de combustíveis, através das redes de lojas Local e BR Mania.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A referida parceria será efetivada por meio da criação de uma nova sociedade, cujo capital social será detido pela BR e por Americanas, ambas com participações de 50%, e que contará com estrutura de gestão independente e governança corporativa própria.

Para essa nova sociedade, foi considerado um valor (Enterprise Value) nas condições atuais de até R$ 995, que considera o aporte da Rede de Franquias BR Mania e das lojas Local. Além disso, a transação inclui um desembolso pela Americanas de até R$ 305, na forma de um aporte na nova empresa de aproximadamente R$ 252 e um pagamento de até R$ 53 de parcela variável à BR, com base em metas de performance.

Atualmente a BR conta com aproximadamente 1.200 lojas BR Mania, operadas por franqueados, e a Americanas conta com 55 lojas Local, com operação própria. A marca BR Mania será mantida nas lojas dos postos, enquanto as lojas fora de postos utilizarão a marca Local. O modelo de operação prevê tanto lojas franqueadas como operação própria dos pontos de venda.

A formalização da parceria e fechamento da operação depende do cumprimento de condições usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Venda de Participação em Termelétricas

Em 05 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda para alienar a totalidade de sua participação acionária nas empresas Pecém Energia S.A.(Pecém) e Energética Camaçari Muricy II S.A. (Muricy) para a CH4 ENERGIA LTDA, sociedade brasileira controlada pela NEW FORTRESS ENERGY INC. (NASDAQ: NFE) ("NFE"), sociedade limitada constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque.

A transação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, mas seu fechamento ocorrerá após o atendimento de determinadas condições precedentes estabelecidas no Contrato.

O valor total da venda das participações será de R$ 50 a ser reajustado pelo IPC-A, dos quais R$ 21 serão pagos no ato de fechamento e R$ 29 serão pagos em até 5 dias úteis após o início das operações comerciais das sociedades alienadas.

Novas captações

Em fevereiro de 2021 foram realizadas novas captações totalizando R$2.800, através das seguintes operações:

- Desembolso em 12 de fevereiro de 2021 de empréstimo realizado com o Banco Santander via Resolução 4131 no valor de R$1.060, com taxa CDI + 1,67% a.a., juros semestrais e amortização no vencimento em fevereiro de 2026. Nesta ocasião houve negociação para o pré-pagamento, em fevereiro de 2021, das 3 NCEs com vencimento em março e abril de 2021, totalizando um *liability management* de R$ 580 através da substituição das NCEs com custo médio de CDI + 4,19% pelo empréstimo supramencionado.

- Desembolso em 12 de fevereiro de 2021 do Loan 4131 com o BNP Paribas de US$150 milhões equivalentes a R$803, com taxa de USD + 2.02% a.a. e amortização no vencimento, em fevereiro de 2026, além do contrato de swap celebrado com a mesma instituição para hedge integral da dívida em dólar, ao custo de CDI + 1,69% a.a.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- Desembolso em 26 de fevereiro de 2021 do Loan 4131 com o Scotiabank de US$100 milhões equivalentes a R$537, com taxa de USD + 1.53% a.a. e amortização no vencimento, em fevereiro de 2026, além do contrato de swap celebrado com a mesma instituição para hedge integral da dívida em dólar, ao custo de CDI + 1,55% a.a.

- Desembolso em 12 de março de 2021 do Loan 4131 com o Bank of America de US$73 milhões equivalentes a R$ 400, com taxa USD + 2,27 % a.a. e amortização no vencimento, em março de 2026, além do contrato de swap celebrado com a mesma instituição para hedge integral da dívida em dólar, ao custo de CDI + 1,67 % a.a..

Proposta de Orçamento de Capital

ANEXO II - PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SER ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, da Instrução da CVM nº 480/2009)

A administração da Companhia submete à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021 **("AGO")** a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**).

O orçamento da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, considera, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, gastos de R$1.463.500.004,05 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos mil, quatro reais e cinco centavos), com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios, conforme detalhamento a seguir:

Destinação dos recursos	Em R$
Infraestrutura Logística e SMS para atendimento ao mercado	238.879.258,34
Infraestrutura logística em clientes	40.793.397,00
Transformação digital e automação	149.714.247,66
Manutenção e expansão da rede de postos	885.490.000,00
Aportes em participações e novos negócios	148.623.101,05
Total	**1.463.500.004,05**

Fonte dos recursos	Em R$
Retenção do lucro líquido de 2020	1.463.500.004,05
Recursos próprios e de terceiros	-
Total	**1.463.500.004,05**

Assim, para atendimento ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, propomos a esta AGO a aprovação do montante de R$1.463.500.004,05 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos mil, quatro reais e cinco centavos), correspondente aos gastos orçados para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petrobras Distribuidora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual de operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Petrobras Distribuidora S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Benefícios concedidos a empregados – Passivo decorrente de planos de pensão e saúde

Conforme Nota Explicativa nº 19 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

O passivo decorrente desses planos de pensão e saúde é determinado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, contratado pela Companhia, de acordo com o método de crédito unitário projetado, com base em diversas premissas atuariais. As principais premissas utilizadas, por conta do impacto relevante que pequenas alterações poderiam causar na estimativa do passivo atuarial, são a taxa de desconto, a taxa de variação de custos médicos e hospitalares e a projeção de custos médicos.

Devido ao alto grau de julgamento por parte da Companhia para determinação das estimativas e premissas atuariais, bem como a geração dos dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, utilizados para mensurar o passivo decorrente desses planos de pensão e saúde, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves adotados pela Companhia associados ao processo de mensuração do passivo decorrente desses planos de pensão e saúde, principalmente aqueles relacionados a revisão e aprovação das premissas utilizadas na mensuração do passivo atuarial.

Realizamos procedimentos sobre as informações das bases de dados funcionários ativos, assistidos, aposentados e pensionistas utilizadas nos cálculos para mensurar o passivo decorrente desses planos de pensão e saúde, incluindo a avaliação da projeção de custos médicos, com base em uma seleção.

Avaliamos a objetividade, o escopo, a competência técnica e a experiência do atuário independente responsável pelo cálculo atuarial, contratado pela Companhia.

Com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do cálculo para mensurar o passivo decorrente desses planos de pensão e saúde, e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, principalmente taxa de desconto e taxa de variação dos custos médicos e hospitalares.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos do passivo decorrente desses planos de pensão e saúde e demais valores refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ- 112835/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 e suas respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração e a destinação do resultado do Exercício 2020 com proposta de distribuição de dividendos e proposta de orçamento de capital para 2021.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2021.

JOÃO VERNER JUENEMANN
Presidente

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO
Conselheiro

MARIA SALETE GARCIA PINHEIRO
Conselheira

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Aos Conselheiros de Administração da
Petrobras Distribuidora S.A.

1. Apresentação e informações gerais

O Comitê de Auditoria da Petrobras Distribuidora S.A. (“BR”) passou à condição de Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), em 31 de agosto de 2017. A partir de 25 de julho de 2019, com a nova condição societária da BR, o Comitê de Auditoria Estatutário manteve sua condição de órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

Em conformidade com o Estatuto Social e com os normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 308/99 e alterações subsequentes e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; e (iv) as transações com partes relacionadas.

É importante enfatizar que os administradores da BR são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais (doravante “demonstrações contábeis”) da BR sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta responsabilidade é da administração e dos auditores independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas no Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

2. Composição do Comitê

Atualmente, o CAE é constituído pelos seguintes membros: Conselheira Maria Carolina Ferreira Lacerda (Coordenadora), Conselheiro Alexandre Firme Carneiro, ambos nomeados em 24 de setembro de 2019, Conselheiro Edy Luiz Kogut e Conselheiro Mateus Affonso Bandeira, nomeados em 01 de novembro de 2019 e Membro Externo Elionor Farah Jreige Weffort, reeleita e nomeada em 01 de abril de 2020.

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C §2º da Instrução CVM nº 308/99, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM no. 509 de 16 de novembro de 2011, bem como aos critérios de independência estabelecidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

3.Resumo das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2020/2021

No exercício de 2020, abrangido pelo presente relatório, foram realizadas 12 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias. As pautas apreciadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário contemplaram pautas envolvendo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Gerentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As análises, manifestações e recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente registradas em atas.

Os principais temas tratados em suas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas às diversas áreas da BR, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes, de forma resumida, foram relatados mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração.

O CAE elaborou o Calendário Anual de Reuniões para o exercício social de 2021, contemplando todos os assuntos pertinentes e demandados para o cumprimento das suas obrigações e responsabilidades.

3.1. Informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras

No período de abrangência deste relatório, foram realizadas pautas de reuniões com a área de Contabilidade tendo como objeto as demonstrações contábeis, trimestrais e anual, abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixas e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis. Essas pautas envolveram, ainda, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal da BR.

A classificação de riscos dos processos nas esferas judiciais e administrativas, as estimativas de valores e consequentes registros contábeis em provisões passivas e/ou divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis da BR, foram analisadas e discutidas em reuniões do CAE com o Jurídico, com a Contabilidade e com o Financeiro.

A razoabilidade das premissas em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios de previdência e pensão e de saúde foram apresentados pelas áreas responsáveis e avaliados pelo CAE.

3.2. Auditoria Independente

A Auditoria Independente, a partir de abril de 2017, é realizada pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"). Foram obtidas informações para assegurar a independência dos auditores e a inexistência de conflitos de interesses em outros trabalhos que não os de auditorias das demonstrações contábeis.

O CAE reuniu-se com os auditores independentes ("KPMG") para abordar os seguintes assuntos: (i) planejamento e execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis trimestrais e anual do exercício de 2020; (ii) extensão dos principais procedimentos de auditoria e a materialidade adotada; (iii) riscos de auditoria; (iv) pontos de atenção identificados e (v) conclusões dos seus exames de auditoria.

3.3. Auditoria Interna

O CAE supervisiona a adequação da Auditoria Interna, que responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades mais sensíveis às operações e à estratégia da BR.

Nas diversas reuniões realizadas com a Auditoria Interna, o CAE tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes das conclusões dos seus trabalhos, bem como efetuou o acompanhamento dos planos de ação recomendados para os apontamentos dos exames de auditoria. As pautas abordaram, ainda, a adequação do Plano de Atividades (PAINT), recomendando sua aprovação ao CA e o acompanhamento de sua execução, bem como eventual necessidade de ajustes nos relatórios trimestrais e anual dos trabalhos da Auditoria Interna (RAINT), além do acompanhamento da realização dos testes dos controles internos na BR.

3.4. Transações com partes relacionadas

Cumprindo suas atribuições de avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela BR e suas respectivas evidenciações, o CAE examinou os pontos relevantes dos relatórios emitidos contendo as informações das transações com partes relacionadas.

3.5. Outras atividades

Além das atividades acima mencionadas, o CAE tratou de diversas outras pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da BR Distribuidora, a fim de tomar conhecimento das estratégias relevantes do negócio, bem como para acompanhar as melhorias operacionais, organizacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais da empresa.

O CAE acompanhou o funcionamento do canal de denúncias e as apurações por meio de reuniões periódicas com a área de Compliance e Ouvidoria.

4. Recomendações à Diretoria Executiva

Em decorrência de sua atuação anteriormente relatada, o CAE entende que todos os itens destacados e recomendados à Diretoria Executiva, cujos planos de ação já foram implementados ou encontram-se em andamento, contemplam procedimentos adequados para mitigar os riscos de controles internos e não geram impactos relevantes nas demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

5. Conclusões e recomendações ao Conselho de Administração

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da BR, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão, o Comitê de Auditoria Estatutário recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário

Alexandre Firme Carneiro
Conselheiro

Edy Luiz Kogut
Conselheiro

Elionor Farah Jreige Weffort
Membro Externo

Mateus Affonso Bandeira
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:
(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2021.

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Presidente em exercício e Diretor Executivo de Operações, Logística e Sourcing

ANDRÉ CORRÊA NATAL
Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

FLAVIO COELHO DANTAS
Diretor Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO CRUZ LOPES
Diretor Executivo de Comercial B2B

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:
(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2021.

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Presidente em exercício e Diretor Executivo de Operações, Logística e Sourcing

ANDRÉ CORRÊA NATAL
Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

FLAVIO COELHO DANTAS
Diretor Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO CRUZ LOPES
Diretor Executivo de Comercial B2B